

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

Lilian Nascimento Bernardino

**O REINO DE DEUS À BRASILEIRA: A HISTÓRIA EM
DIÁLOGO COM A IMPRENSA E PROPAGANDA DO
MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM 1992**

Niterói
2023

LILIAN NASCIMENTO BERNARDINO

LINHA DE PESQUISA
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA

**O REINO DE DEUS À BRASILEIRA: A HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A
IMPrensa E PROPAGANDA DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM 1992**

Dissertação apresentada para exame final de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, no dia 19/04/2023 como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Gomes

NITERÓI
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Bernardino, Lilian Nascimento.
B523 O reino de Deus à brasileira: a história em diálogo com a imprensa e
propaganda do movimento neopentecostal em 1992. / Lilian Nascimento
Bernardino. -- Niterói, RJ, 2023.
ix, 1-169p. il.; tabs.
Numeração da publicação: [i] – ix, 1-169p].
Referência(s): P. 138-148.
Apêndice(s): P. 149-169.

Orientadora: Ph.D. Adriana Gomes.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2023.

1. Igrejas pentecostais - Brasil. 2. Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)
- História. 3. Igrejas pentecostais - Doutrina. I. TÍTULO.

CDD 289.0981

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a
responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

LILIAN NASCIMENTO BERNARDINO

**“O REINO DE DEUS À BRASILEIRA: A HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A
IMPRESA E PROPAGANDA DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM
1992”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 19 de abril de 2023 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Adriana Gomes

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente em 4
goubro UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
Data: 20/04/2023 10:55:15 -0500
URL: https://sistemas.gou.br

Prof.ª Dr.ª Magda Maria de Oliveira Ricci
Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)



Prof.ª Dr.ª Vivian Cristina da Silva Zampa
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela graça concedida, acrescentando-me ânimo para persistir em meio aos percalços do caminho.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã por serem incansáveis no suporte dado a mim durante este percurso acadêmico.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Adriana Gomes pela pertinência em sugerir, acrescentar e me conduzir a revisitar teorias e conceitos fundamentais para sustentar a linha de raciocínio e tecer uma escrita com relevância acadêmica e de reflexão pessoal no descortinar de um tema de intenso significado político e social.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Vivian Zampa por depositar credibilidade e confiança no projeto proposto, entendendo a importância social e acadêmica do assunto submetido ao rigor universitário, articulando saberes que tornaram esta obra singular.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Magda Ricci pelo envolvimento, interesse e contribuições neste trabalho de expandir fronteiras do conhecimento.

Agradeço aos queridos Claudio Ignatiuk, Cleyber Fintelman e Julio Miranda pela presteza em aceitarem visitarmos suas memórias, enquanto fontes orais de recurso metodológico, a fim de acrescentarmos e enriquecermos as definições almejadas nesta dissertação. Há sensibilidade em exercerem o papel de entrevistado mesmo diante de uma longa carreira profissional, como jornalistas, em que estiveram na posição de entrevistadores.

À Igreja Universal do Reino de Deus, na pessoa de Cleber Nascimento Dias, pela gentileza em autorizar acesso ao material de acervo da *Folha Universal* para análise.

Agradeço à CAPES por apoiar Universidades e auxiliar financeiramente pesquisas como esta no Brasil.

Por fim, gratidão a você, estimado(a) leitor(a), por se permitir envolver com o desencadear das ideias registradas nas linhas a seguir.

Lista de Figuras

Figura 1 – Reportagem da Folha Universal, 1992.....	6
Figura 2 – Capa da revista Veja, 23/03/1988, com chamada para reportagem sobre o governador de Alagoas, Collor de Mello.....	18
Figura 3 – Jornal O Globo - Edição de 18 de dezembro de 1989.	26
Figura 4 – Mensagem em que o presidente Collor pede ao Congresso que ratifique o tratado do Mercosul.....	31
Figura 5 – Gráfico de crescimento econômico; dados em % ao ano.....	52
Figura 6 – Desempenho do PIB per capita — Riqueza média do brasileiro; dados em % ao ano	53
Figura 7 – Concurso para escolha do nome do novo jornal. O Paiz, 25/05/1925	56
Figura 8 – O <i>JB</i> diz que tem compromisso com a verdade e é isso que diferencia um bom jornal dos outros	65
Figura 9 – Anúncio <i>JB</i>	76
Figura 10 – Anúncio <i>JB</i>	78
Figura 11 – Coluna de Opinião	79
Figura 12 – Primeira página <i>JB</i>	80
Figura 13 – Entrevista com Pedro Collor.....	84
Figura 14 – Segundo Caderno	85
Figura 15 – Economia	85
Figura 16 – Caderno de Economia	86
Figura 17 – Folheto de propaganda da <i>FU</i> encontrado no acervo das publicações de 1992 da redação do jornal	88
Figura 18 – Técnicas mercadológicas com linguagem religiosa entrelaçada aos termos “idólatra”, “imagem” e “unção” no intuito de favorecer as vendas. Promessa de venda produtos com preço especial para evangélicos, enquanto a própria IURD propaga a divulgação de seus serviços	94
Figura 19 – Anúncio.....	94
Figura 20 – Classificados da <i>FU</i> , novembro/1992.....	95
Figura 21 – Classificados	95
Figura 22 – Classificados	95

Figura 23 – Caderno Ela sugerindo produtos relacionados ao estilo e comportamento feminino padronizado na época em questão com respectivos preços comerciais	97
Figura 24 – Nota de convite para evento IURD	98
Figura 25 – Propaganda veiculada no <i>JB</i>	98
Figura 26 – Nota veiculada na <i>FU</i>	99
Figura 27 – Lei 9431/2021	134

Resumo

O campo de pesquisa em História das Religiões e Religiosidades observa que as pessoas recorrem à religião e às manifestações da religiosidade por diversas motivações. Dentre essas motivações estão: a obtenção do alívio para suas aflições, sentido para sua existência ou mesmo a conexão entre o sentido de suas práticas religiosas à necessidade de superação de suas dificuldades materiais. Diante disso, torna-se relevante a investigação temática sobre a maneira como os serviços religiosos têm o hábito de promover o fortalecimento de uma cultura engendrada na socialização e ajuda mútua. Nesse sentido, é pertinente a seguinte indagação: Qual a origem do sentimento religioso imputada à natureza humana? Nesse âmbito, encontramos no Brasil diferentes ritos e credos religiosos, bem como a circularidade cultural e o trânsito religioso. Mais que um estudo descritivo-exploratório, esta dissertação destina-se a análise do discurso em termos qualitativos e tem por finalidade apresentar as características da religião protestante, abordando a lógica de crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na terceira onda do Movimento Pentecostal (i.e. Neopentecostalismo), com vistas à pauta neoliberal alicerçada ao viés de empreendedorismo dos sujeitos. Para isso, analisa-se os discursos difundidos pela instituição religiosa IURD quanto às práticas doutrinárias neopentecostais, a função eclesiástica adotada e a propagada no meio de comunicação impresso – o jornal *Folha Universal*.

Palavras-chave: Neopentecostalismo, Nova República, Impeachment de Collor, *Folha Universal*, Igreja Universal do Reino de Deus.

Abstract

The field of research in History of Religions and Religiosities observes that people turn to religion and manifestations of religiosity for different reasons. Among these motivations are: obtaining relief for their afflictions, meaning for their existence or even the connection between the meaning of their religious practices and the need to overcome their material difficulties. Given this, it becomes relevant to thematic research on how religious services have the habit of promoting the strengthening of a culture engendered in socialization and mutual help. In this sense, the following question is pertinent: What is the origin of the religious feeling imputed to human nature? In this context, we find in Brazil different rites and religious creeds, as well as cultural circularity and religious transit. More than a descriptive-exploratory study, this dissertation is intended to analyze the discourse in qualitative terms and aims to present the characteristics of the Protestant religion, approaching the logic of growth of the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) in the third wave of Pentecostal Movement (i.e. Neo-Pentecostalism), with a view to the neoliberal agenda based on the subjects' entrepreneurship bias. For this, we analyze the discourses disseminated by the IURD religious institution regarding neo-Pentecostal doctrinal practices, the ecclesiastical function adopted and propagated in the printed media – the *Folha Universal* newspaper.

Keywords: Neo-Pentecostalism, New Republic, Impeachment of Collor, *Folha Universal*, Igreja Universal do Reino de Deus.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – O Brasil de 1992	6
1.1 Rumores de impeachment na sociedade brasileira	7
1.2 Redemocratização do país e os desafios da Nova República	13
1.3 O voto iurdiano e a democracia brasileira	22
1.4 O “empreendedor de si mesmo” na conjuntura política, social e econômica brasileira	35
Capítulo II – Os “donos da mídia”	55
2.1 Um bom jornal é o que faz você pensar	65
2.2 A crise espiritual do mundo moderno	69
2.3 Um jornal de verdade	75
Capítulo III – Saber e sabor do Reino em terras brasileiras	102
3.1 Saber e sabor do protestantismo	103
3.2 Saber e sabor do pentecostalismo	111
3.3 Nasce no Brasil um fenômeno neopentecostal: a Igreja Universal	117
3.4 Degustando a <i>Folha Universal</i>	121
3.5 O poder do discurso	127
3.5.1 Jornalistas e editoriais da IURD: percepções dos depoimentos colhidos	129
Considerações finais	136
Referências	138
Apêndices	149
Apêndice A – Termos de consentimento e autorização de publicação das entrevistas	149
Apêndice B – Roteiro de entrevista	151
Apêndice C – Transcrição das entrevistas	152

Introdução

O tema a ser pesquisado está relacionado ao aspecto do neoliberalismo nas igrejas neopentecostais no ano de 1992. A análise do objeto de estudo pretende responder à seguinte pergunta: “Qual a associação entre o aspecto de estímulo ao enriquecimento e a religiosidade, o trabalho e o sucesso material, no que tange à liderança da Igreja Universal do Reino de Deus (doravante, IURD) dentro do sistema neoliberal no Brasil?”

Diante dessa questão, no que diz respeito ao recorte espacial, os propósitos da pesquisa atendem ao Rio de Janeiro, tendo em vista ter sido o local de fundação da IURD e onde estava localizada a sede da instituição no período de análise estabelecido: o ano de 1992. É importante frisarmos que o recorte temporal desta pesquisa tem, em seu contexto, a implementação da pauta neoliberal no Brasil durante o governo Collor, e viabiliza a compreensão de crescimento do neopentecostalismo, uma das razões de expansão da IURD. Naquele corrente ano, o investimento da instituição se relacionava à fundação do jornal *Folha Universal (FU)*, instrumento de comunicação impresso da instituição religiosa. Apesar do recorte abordar o ano de 1992, a análise do contexto das eleições de 1989 é fundamental para compreendermos os aspectos político, econômico e social da redemocratização do país relacionados à sensibilidade social emitida pela IURD sob o viés da falta de políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal.

A fim de analisar o *ethos* neopentecostal e os valores de mercado no Brasil, com ênfase na IURD, em 1992, esta dissertação tem como objeto de estudo principal o discurso da Igreja contido no jornal *FU*. Além do jornal, utiliza também entrevistas com personagens do cenário do impeachment disponíveis no YouTube, a fim de amparar a pesquisa quanto aos recursos usados pelos jornalistas. Formula-se, assim, argumentos pertinentes aos recortes cronológico e espacial da pesquisa, de modo a contribuir para a construção da historiografia. Nessa abordagem contextual, este estudo visa estabelecer um diálogo entre a metodologia instrumentalizada pela imprensa da época e a História Oral.

A História Oral traz o depoimento dos editores do jornal *FU*, de maneira que as narrativas descortinam o mundo do trabalho dos jornalistas junto à comunidade iurdiana, relacionando ao olhar da imprensa para as questões neopentecostais que aconteciam no

momento histórico dos desdobramentos do impeachment¹ de Collor. A finalidade de colher os depoimentos gira no intuito de que a narrativa histórica se enriquece quando a História se utiliza das fontes orais. A importância desta obra recobre a produção de conhecimento que se torne referência de estudos para a memória social.

O viés de ineditismo deste trabalho visa incentivar discussões únicas que partem da metodologia da História Oral para compreender o vivido dos sujeitos históricos no tempo presente. A sensibilidade singular de narrativas, viabilizada pela entrevista, é uma proposta sugestiva para os leitores desejosos de saber um pouco mais sobre o conhecimento científico que é produzido hoje nos centros acadêmicos brasileiros acerca da História das Religiões.

Esta pesquisa tem seu diferencial na utilização, como objeto de análise, de fontes orais de entrevistas dirigidas junto a editores do jornal *FU*. Com essas fontes, objetivamos analisar de quais maneiras o discurso religioso era apresentado nas publicações do periódico e, com isso, compreendermos o modo como os artigos impressos veiculavam determinadas concepções religiosas, fundamentadas em valores do mercado político-econômico e da Teologia da Prosperidade. Além disso, pretendemos refletir sobre os significados das variadas propostas defendidas pelos editores que escreviam naquelas folhas, entendendo a sua atuação enquanto agentes promotores das ideias iurdianas. A partir dessas entrevistas, buscamos compreender quem eram os sujeitos que publicavam nesses órgãos da imprensa periódica, quais eram as interpretações que tinham da sociedade, bem como as intenções de escrita na época e as propostas que sugeriam para uma atuação mais direta, bem como seus significados políticos e sociais.

Associado a isso, esta pesquisa também tem por característica analisar o papel da imprensa brasileira no ano de 1992, por meio do cotejamento dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, em sua atuação na propagação dos valores neoliberais na sociedade. Com a reunião dessas fontes de análise, pretende-se distinguir os vários projetos de modernização da nação, que se fundamentavam em estabelecer um modelo pautado no empreendedorismo, analisando significados sociais e políticos veiculados nos impressos.

Assim, a investigação dedicada ao mapeamento dos jornais, à compreensão dos projetos modernizadores ali presentes, à atuação dos intelectuais que lá escreveram, às propostas veiculadas, à opinião dos leitores e ao estudo do diálogo das folhas entre si e com outros órgãos da imprensa periódica, torna-se de grande valia para os debates em torno da

¹ De acordo com o manual da SECOM do senado federal, a palavra impeachment é grafada sem itálico ou aspas. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/verbetes-acessorio/estrangeirismos-grafados-sem-italico-ou-aspas>. Acesso em: 24 de mar. de 2024.

imprensa religiosa e da atuação intelectual brasileira. Portanto, esperamos que a presente proposta de análise contemple contribuições importantes ao campo de investigação – não só da História do Brasil, mas também da História Intelectual, História da Imprensa e História das Religiões.

O aprofundamento bibliográfico desta pesquisa busca compreender o que a literatura diz a respeito da imprensa, dos valores de mercado, da propagação da política presidencial e do contexto social do período analisado, enfatizando, nessa análise historiográfica, seus enfoques teóricos e metodológicos.

No que tange à relação entre o capitalismo moderno e as práticas iurdianas, tem-se, em 1992, a influência do neoliberalismo no Brasil, implementado no governo Collor. A década de 1990, no Brasil, foi marcada pelos reflexos evidenciados na década anterior, chamada de *década perdida*; como também pelo panorama mundial, em 1989, com a queda do muro de Berlim, representando o início da queda do comunismo na Europa Oriental e Central, o fim da União Soviética e o término da divisão bipolar do mundo nos blocos antagônicos de poder socialista e capitalista. Tais fatos geravam medo na expectativa popular acerca das eleições diretas de 1989, no Brasil, numa divergência quanto ao viés comunista. Nessa circunstância, a figura de Fernando Collor reuniu um perfil atrativo ao processo de mudanças desejadas pelo povo brasileiro.

Nesse cenário, em relação ao contexto econômico, em 1992, ocorreu uma intensa insatisfação social com o governo Collor. Ao procurarmos compreender a política brasileira nesse período, buscamos inúmeras referências teóricas em relação ao neoliberalismo, mas dentro do período aqui analisado, destacam-se as obras: *1989: História da primeira eleição presidencial pós-ditadura*, do historiador Cássio Augusto Guilherme, *Histórias da gente brasileira (vol. 4)*, da historiadora Mary del Priore, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*, do cientista político Danilo Martuscelli e *O impeachment de Fernando Collor: Sociologia de uma crise*, do sociólogo Brasílio Sallum Jr.

Essas obras tratam especificamente da transição democrática brasileira, desde as discussões sobre o bloco de poder no Governo Collor até o processo de impeachment, e nos permitem compreender possíveis relações com o neoliberalismo. A opção por trabalharmos o conceito de neoliberalismo com tais autores se deve ao fato de formularem conceitos referentes às dimensões estruturais e conjunturais do Governo Collor e esclarecerem características específicas do mercado econômico que ela própria busca silenciar.

Esse é o cenário social do ano de fundação do jornal *FU*. A mídia impressa iurdiana incentiva os seguidores a frequentar igrejas filiadas e veicula informações sobre a identidade

da instituição religiosa, sendo possível perceber o discurso presente no interior da instituição. Além disso, dialoga com jornais seculares que retratam a economia, a política e outros assuntos que mostram as demandas sociais vigentes.

Diante disso, a fim de refletirmos sobre as variáveis do processo de construção da identidade do sujeito iurdiano, assumimos o conceito de neoliberalismo discutido por Michel Foucault (1926 - 1984) na obra *Nascimento da Biopolítica*, articulando-o à óptica da racionalidade no interior do discurso da IURD. Essa escolha se pauta na possibilidade de identificar, a partir do estudo da “governamentalidade”, as relações de poder, no tempo e no espaço, como inerentes a qualquer forma de relação social. Portanto, optamos por utilizar os conceitos relativos ao empreendedorismo em Michel Foucault, pois essas ideias nos possibilitam perceber a perspectiva de ampliação de rendimentos que circula entre os fiéis à procura de serem empreendedores de si mesmos.

Ainda nesse contexto, destacamos a obra *A ética protestante e “espírito” do capitalismo*, de Max Weber (1864 - 1920), que trata da relação entre a ética protestante e o capitalismo moderno num estudo sobre religião e economia. A respeito da Sociologia da Religião, de Max Weber, o sociólogo Reinhard Bendix esclarece que Weber não pretendia tratar da “essência” da religião, mas apenas indagar sobre os efeitos desse tipo de ação comunitária. Para ele, a Sociologia e a História (ciências empíricas da ação) deveriam investigar não o sentido objetivamente “justo” ou “verdadeiro” da realidade social, mas sim, “estudar o comportamento compreensível dos indivíduos em sociedade, e coletividades tais como o estado, a nação ou a família não ‘agem’, nem ‘se mantêm’, nem ‘funcionam’”².

Em relação ao fator de crescimento da IURD, esse movimento neopentecostal anuncia a Teologia da Prosperidade, a cura física e a cura espiritual. Esse movimento afirma, em suma, que o seguidor está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo. O foco da instituição rompe com a ideia de busca da salvação pelo ascetismo de rejeição do mundo e, como resultado, atrai uma quantidade expressiva de pessoas que, por influência da pós-modernidade, do neoliberalismo e do consumismo, se voltam para essas igrejas como uma oportunidade para resolver problemas físicos, financeiros e espirituais.

Este estudo visa compreender os valores, as normas e as crenças compartilhadas por diferentes sujeitos e grupos, em seus processos de comunicação, troca e conexão cultural, ligados ao neopentecostalismo. Quanto à memória, o processo de construção do passado a ser

² BENDIX, Reinhard. *Max Weber: um perfil intelectual*. Tradução Elisabeth Hanna; José Vargas Filho. Brasília: Ed. UnB, 1986, p. 214.

recordado no trabalho objetiva tecer novos relatos e significados que abarcam o processo de patrimonialização, no Rio de Janeiro, do movimento pentecostal, veia protestante ao qual a comunidade religiosa aqui analisada está inserida.

Em síntese, a motivação principal para esta pesquisa é a relevância do assunto na sociedade atual, que se desenvolve em torno de pressupostos neoliberais – emergência social de um tema que não se esgota –, e a importância de compreender a maneira como a religião pode reforçar, justificar e, até mesmo, naturalizar o modelo de racionalidade governamental estabelecido no Brasil.

Capítulo I – O Brasil de 1992

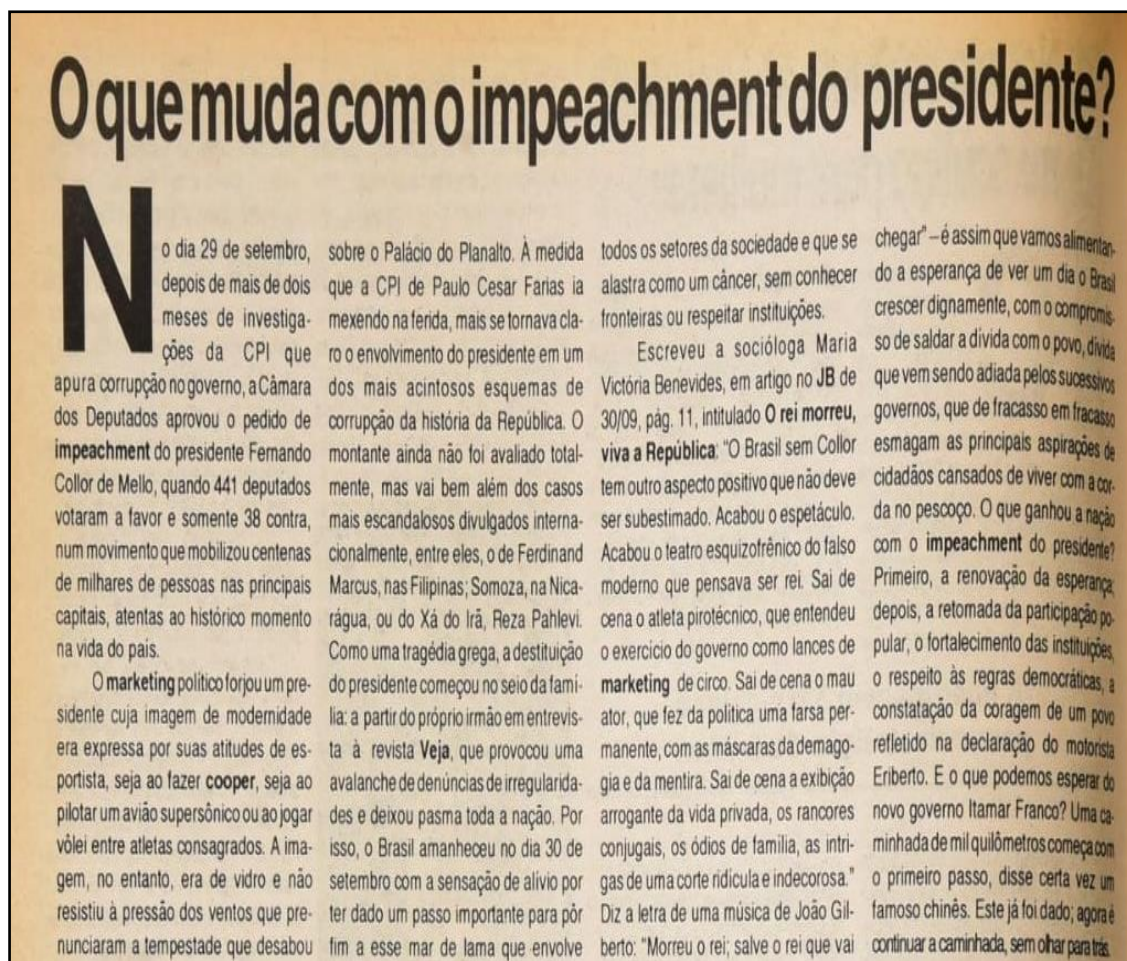


Figura 1 – Reportagem da Folha Universal, 1992

Fonte: Calaméo. Jornal *Folha Universal* (FU).³

O ano é 1992. No Brasil, evidentes tensões político-econômicas culminam em movimentos sociais⁴ expressivos na história do país: os jovens ocuparam as ruas, exigindo a saída do primeiro presidente eleito de forma direta desde Jânio Quadros, em 1960. Eles estavam completamente envolvidos na campanha “Fora Collor” e ficaram conhecidos como

³ *FU*, 11/10/92.

⁴ Vide documento da denúncia de Impeachment de Collor: BRASIL. Câmara dos Deputados. Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello, oferecida pelos cidadãos Barbosa Lima Sobrinho e Marcello Lavenere Machado. *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, ano 143, 3 set. 1992. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03SET1992SUP.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SALLUM JR, Brasílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

“caras-pintadas”⁵. Em 29 de setembro, a Câmara dos Deputados aprovou o afastamento de Fernando Affonso Collor de Mello (1949 -). Afinal, quais fatos levaram o Chefe de Governo a perder o cargo?

1.1 Rumores de impeachment na sociedade brasileira

Consoante à descrição emitida no jornal *Folha Universal (FU)*, a insatisfação da sociedade com o governo fundamentou-se nos escândalos noticiados nas mídias impressas. Em 13 de maio de 1992, a primeira parte de um dossiê foi publicado na revista *Veja*⁶. Pedro Affonso Collor de Mello (1952 - 1994), irmão do presidente, confirmou as denúncias de corrupção contra o governo que vinha recebendo desde o ano de 1991. A reportagem divulgou que o empresário alagoano Paulo César Farias (1945 - 1996), conhecido como PC Farias, ocupando a posição de amigo e tesoureiro da campanha de Fernando Collor, teria liderado um grande esquema criminoso na administração federal envolvendo as mais diversas áreas do governo⁷. Disse, inclusive, que PC Farias estaria envolvido em cumplicidade com o presidente como “testa de ferro”.⁸ Apesar de PC não ocupar qualquer cargo no governo, tal exposição ocasionou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, culminando no afastamento do cargo presidencial. O escândalo tornou-se a principal notícia do país.

Em 1º de junho, instalou-se a CPI, e o primeiro a prestar depoimento foi o acusador, Pedro Collor. No intuito principal de acompanhar e apoiar as investigações do caso PC Farias, o Movimento pela Ética na Política (MEP) foi constituído por dezoito entidades civis, entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A organização preparou um documento conjunto, exigindo a apuração das acusações⁹. Esse documento foi assinado por Barbosa Lima Sobrinho (1897 - 2000), presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Marcello Lavenère Machado (1938 -), presidente da OAB,

⁵ DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*, Volume 4: República. São Paulo: Casa da Palavra, 2019, p. 175.

⁶ Instrumento de comunicação de grande circulação nacional.

⁷ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...* DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p.179.

⁸ Entrevista concedida por Pedro Collor ao programa *Roda Viva*, da *TV Cultura*, em 1992. RODA VIVA. Roda Viva Retrô | Pedro Collor de Mello | 1992. *Youtube*, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yZYJhIa-nfs&t=1731s>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁹ MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, PR: CRV, 2015, p. 105.

solicitando abertura do processo de impeachment no Congresso¹⁰. Fernando Collor afirmara presença atuante de PC na campanha eleitoral, apesar de enfatizar que o vínculo terminara ao fim dela.

No dia 20 de junho de 1992, Collor prosseguiu refutando relações com PC Farias e declarou por meio da imprensa: “Quero deixar claro, de uma vez por todas, que não mantenho, com o senhor Paulo César Farias, ligações empresariais ou de qualquer outra natureza que possam beneficiar a mim ou minha família: nunca o autorizei, nem a quem quer que seja, a utilizar o meu nome em assuntos de Governo”.¹¹ E continuou expondo: “Não aceito nem o povo aceitará crises fabricadas; não podemos admitir a conduta daqueles que querem ganhar o poder pela força do escândalo de laboratório, daqueles que se iludem e pensam que a democracia ainda é frágil, daqueles que imaginam que existem outros meios para chegar ao poder que não seja o do voto popular”.¹² Mesmo assim, o famoso “caçador de marajás”¹³, figura de Fernando Collor, produzida durante a campanha presidencial, pautada na honestidade e na defesa de um projeto econômico de agrado às elites tradicionais, passava a ser descortinada com arrogante atuação diante dos partidos políticos e desmoralizada como criminoso perante a população.

Diante da pressão da CPI, ao 13º dia de agosto de 1992, Collor – num gesto exaltado – pediu apoio à nação. Em um pronunciamento em rede nacional de televisão, convocou todos para que saíssem de suas casas (em um domingo específico), vestidos com as cores da bandeira, em resposta aos que o acusavam. Na data prevista, 16 de agosto, as pessoas compareceram às ruas, trajando roupas de cores pretas e com o rosto pintado da mesma cor, em sinal de luto contra a corrupção, revelando descrédito, insatisfação e pedindo a saída do presidente. Este episódio ficou conhecido como “Domingo negro”¹⁴. Ainda naquele mês de agosto, a conclusão da CPI documentou: “Sem se referir explicitamente ao quórum de dois

¹⁰ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*; DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p.179.

¹¹ BRASIL, *Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello...* p. 26.

¹² BRASIL, *Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello...* p. 27.

¹³ A expressão “caçador de marajás” equivale ao intento de Collor em diminuir a máquina de funcionamento dos cargos públicos. Tal redefinição no quantitativo de servidores públicos de altos salários mostra a repulsa do governo ao viés de estatização e impulsiona a pauta neoliberal defendida pelo partido governante. SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*; VENANCIO, Renato; DEL PRIORE, Mary. *Uma breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010, p. 258.

¹⁴ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*; MARTUSCELLI, *Crisis políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 96.

terços e ao voto secreto para votar a aceitação do processo de impeachment, Collor classificou de ‘movimentos casuísticos’ a proposta da maioria simples e do voto em aberto, defendida pela oposição no Congresso”¹⁵.

O documento de denúncia por crime de responsabilidade, publicado no Diário do Congresso Nacional, em 3 de setembro de 1992, descreve o significado do termo impeachment. Vejamos:

O “impeachment” não é uma pena ordinária contra criminosos comuns. É a sanção extrema contra o abuso e a perversão do poder político. Por isso mesmo, pela condição eminente do cargo do denunciado e pela gravidade excepcional dos delitos ora imputados, o processo de “impeachment” deita raízes nas grandes exigências da ética política e da moral pública, à luz das quais não se interpretam as normas do direito positivo. Nos regimes democráticos, o grande juiz dos governantes é o próprio povo, é a consciência ética popular. O governante eleito que se assenhoreia do poder em seu próprio interesse, ou no de seus amigos e familiares, não pratica apenas atos de corrupção pessoal, de apropriação indébita ou desvio da coisa pública: mais do que isso, ele escarnece e vilipendia a soberania popular.¹⁶

O documento notifica os crimes contra a honra do cargo de Presidente da República e a dignidade ao cargo ocupado, expressando, por sua vez, a desmoralização da própria imagem do Estado. Assim, compete elencar os destaques do que foi registrado acerca do denunciado:

- (i) Vantagens indevidas: desde o dia 15 de março de 1990, tanto o denunciado quanto alguns de sua família receberam vultuosa quantia em espécie, além de outros bens (como o Fiat Elba), sem indicação da origem lícita dessas vantagens;
- (ii) Constatação de recursos do patrimônio do Presidente e de seus íntimos, provenientes de organização controlada por Paulo César Farias, sob exploração de prestígio e tráfico de influência (tais quais, envolveram as empresas Votorantim, Tratex e Vasp);
- (iii) Pedido de empréstimo à Petrobrás, feito pelo Embaixador Marcos Antônio Coimbra, cunhado do denunciado, culminando com a demissão de Motta Veiga (efetuada pelo Presidente da República) após negação da concessão;
- (iv) Falta de decoro e dignidade para o exercício do cargo: concernente às acusações de Pedro Collor, dizendo que havia uma sociedade informal envolvendo PC Farias (transferindo 70% dos lucros) e seu irmão, o Presidente da República.

¹⁵ “Collor avisa ao país que ganhará no voto”. *JB*, 31/08/92. Cf. BRASIL, *Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello...* p. 28.

¹⁶ BRASIL, *Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello...* p. 3-4.

Ademais, apresentou-se a justificativa no documento: “O clamor público, a passeata dos jovens de nosso País, as praças públicas tomadas de cidadãos indignados são a demonstração da perda da dignidade de Fernando Affonso Collor para o exercício do cargo de primeiro mandatário da Nação¹⁷”.

No trâmite de apuração dos fatos, o programa *Roda Viva*¹⁸, da *TV Cultura*, exibiu entrevista com importantes representantes dos setores sociais no dia anterior à deliberação do Congresso. O tema do debate refletia a expectativa da Nação: “Como será o futuro imediato do Brasil após a votação do processo de impeachment? ”. O empresário Ricardo Semler (1959 -) iniciou a conversa, abordando a tônica de insatisfação com o primeiro mandatário do país e afirmando: “O Brasil é corrupto”. A escritora Lygia Telles (1918-2022) apontou que “as instituições políticas do Brasil não são confiáveis”.

No decurso, o jurista Celso Bandeira de Mello (1936 -) sinalizou que havia uma “falta de noção sobre cidadania, como se a sociedade brasileira estivesse suficientemente atrasada – politicamente – esperando um rei vir e apontar a solução; sendo nula a percepção que esta ‘resposta’ possa vir de si mesma”. Nesse ínterim, em tom irônico, Millôr Fernandes (1923-2012) – jornalista associado ao *Jornal do Brasil (JB)* e a revista *Isto É* – disse que recebera ligação de PC Farias, mencionando que “O povo brasileiro não está preparado para a corrupção”. O economista e ex-ministro do Planejamento, João Sayad (1945-2021), interveio, explicando que “a corrupção sempre existiu no Brasil, a mudança é a percepção sobre ela”. Ele concluiu: “a não aceitação dela”¹⁹.

O discurso continuou ressaltando que os novos segmentos da população ajudam a modernizar essas ideias e valores sobre o país. Nisso, Lindbergh Farias (1969 -) e Vicente Paulo da Silva (1956 -), líderes da União Nacional dos Estudantes (UNE)²⁰ e do movimento operário, respectivamente, expressaram a importância das manifestações de rua com efeitos

¹⁷ BRASIL, *Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello...* p. 15.

¹⁸ RODA VIVA, *Roda Viva Retrô | Pedro Collor de Mello | 1992...*

¹⁹ Mais adiante implementaremos a discussão sobre a “não aceitação de poder”, sob o viés da anarqueologia conceituada por Michel Foucault.

²⁰ Após o desfecho desse importante episódio político do governo Collor, muitos pesquisadores se debruçaram na análise da atuação da UNE em manter e ampliar o engajamento dos estudantes no cenário político do Brasil. Nesse quesito, cabe ressaltar a existência de outras demandas populares intervindo no processo, como os dirigentes dos sindicatos e os movimentos dos trabalhadores. Em suma, frisa-se que, por si só, os protestos estudantis não são capazes de viabilizar o impedimento do dirigente do país. Conforme a Constituição de 1988, em seu Artigo 86: “Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade”.

de afastar a corrupção e ratificar a democracia viabilizada na Constituição de 1988. Por fim, indicaram que elas continuariam independente do resultado no dia seguinte.

Ao propor a análise da participação dos diferentes atores coletivos na dinâmica de início e fim da crise do governo Collor, o sociólogo Sallum Jr, na obra *O impeachment de Fernando Collor: Sociologia de uma crise*, faz jus a um aspecto que não pode deixar de ser tratado: de que essa camada permanece atenta ao político, sendo que não funciona ininterruptamente. Ele pondera que uma situação de crise provoca a diluição do campo político no qual funcionam os partidos, os atores políticos, executivos, legislativos etc. Logo, as mobilizações de pessoas organizadas pela sociedade civil, de forma direta, fizeram, plenamente, parte da vida política, porque anunciaram a opinião da sociedade brasileira decidida em favor daquilo, no caso, o impedimento do presidente. De acordo com o sociólogo, esta postura afetou o voto dos parlamentares e, nesse viés, a participação popular massiva foi essencial, pois legitimou o uso do instituto do impeachment (da retirada do cargo eleito), reforçando-o como instituto da democracia.

Em 29 de dezembro de 1992, o Senado atribuiu crime de responsabilidade a Collor, em sessão comandada pelo presidente do Superior Tribunal Federal. Antes de o processo ser aprovado, mais precisamente no período de quatro horas de diferença, o ex-presidente anunciou a renúncia ao cargo, devido ao risco de possível inelegibilidade por oito anos; porém, a solicitação não foi atendida, tendo em vista que a decisão do Congresso – embora, questionada por Collor no Supremo – foi consolidada pelo tribunal: ele deveria perder os direitos políticos²¹. Dessa maneira, o sistema político recém-saído de uma ditadura de 21 anos expôs a inclinação democrática da sociedade brasileira, através da determinação frente ao processo de impugnação de mandato (i.e. impeachment) do presidente.

Frente ao exposto, o programa *Roda Viva*²² recebeu Pedro Collor em mesa de entrevista junto a jornalistas. Na ocasião, Pedro, ora dirigente da *Gazeta de Alagoas*, pertencente a sua família, articulou as respostas sobre a exposição das acusações na revista *Veja*. Em síntese, segue o testemunho do acusador diante das perguntas veiculadas na ocasião: revelou tomar ciência da demissão das organizações Arnon de Mello, efetivada por sua mãe, por meio da imprensa, imediatamente após as denúncias divulgadas; disse que não publicou as informações que vinha recebendo em seus veículos de comunicação, por se tratar de um

²¹ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*; DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 179.

²² RODA VIVA, *Roda Viva Retrô | Pedro Collor de Mello | 1992...*

conteúdo incômodo, devido ao parentesco com o Presidente; evidenciou que relatou os casos a seu irmão, Fernando Collor, e pôs-se a aguardar providências emergentes, contudo, nenhuma devolutiva foi apresentada; dentre outros assuntos, fez menção ao conflito empresarial dentro da família.

O ápice dos argumentos girou em torno da suposta concorrência na área de comunicação por meio da compra do jornal *Tribuna de Alagoas*, por PC Farias. O empreendimento adquirido forneceria condições de PC dominar o mercado de Alagoas. Sendo assim, Pedro levantou suspeitas acerca da origem dos recursos para aquisição do negócio. Em respostas às indagações, Pedro declarou: “Paulo intencionava um comando político em Alagoas para exercer poderes sem limites. Isso é mais grave que um mero conflito de concorrência²³”.

A respeito do episódio de impeachment, o cientista político Danilo Martuscelli²⁴ assevera que:

Como todo esse processo se concentra na figura do Presidente da República ao gerar, nas massas populares, a ideia de que o aparato estatal se resume num único indivíduo e ao estabelecer uma relação líder/massa em termos de afinidade psicológica ou de conduta individual, ocultando, assim, os interesses de classe e o programa político que essa liderança política representa [...]. Tal fenômeno contribuiu para despoliticizar o processo de impeachment do presidente Collor.²⁵

Em matéria produzida pelo jornal *O Globo*, em 29 de setembro de 2012, sobre as heranças negativa e positiva do legado de Collor, 20 anos após o impeachment, o historiador Marco Antônio Villa (1955 -) comentou o seu aspecto maléfico: “[...] levou ao limite a indistinção entre o público e o privado. Transformou a coisa pública em coisa privada. Diria Antônio Rogério Magri (1940 -), seu ministro do Trabalho: ‘desproclamou’ a República”²⁶.

²³ À luz do conceito de neoliberalismo em Foucault, discorreremos adiante sobre a dinâmica do poder sob a lógica da concorrência no viés empreendedor.

²⁴ MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...*

²⁵ MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 98.

²⁶ G1. Cientistas políticos e historiadores analisam o legado da era Collor. *globo.com*, 29 set. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/09/cientistas-politicos-e-historiadores-analisam-o-legado-da-era-collor.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Destaca-se que nesta mesma edição de reportagem, o ex-ministro do Trabalho e Previdência citado na questão apresenta opinião contrária ao impeachment conforme entrevista exibida no impresso: G1. Impeachment se deve a 'meia dúzia de hipócritas', diz ex-ministro Magri. *globo.com*, 29 set. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/09/impeachment-se-deve-meia-duzia-de-hipocritas-diz-ex-ministro-magri.html>. Acesso em: 14 mar. 2023. Cabe frisar que Antônio Magri, durante a gestão no governo, foi acusado por Volnei D'Ávila, diretor de arrecadação e fiscalização do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), de ter aceitado suborno no valor de 30 mil dólares da construtora Norberto Odebrecht sob a condição de liberar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a realização de obras

Ainda nessa entrevista, a professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, Vera Chaia, enfatiza:

Herança negativa: Aquele processo eleitoral foi marcado por uma cobertura extremamente tendenciosa, com edições de debates políticos e com apoio irrestrito por parte da mídia da candidatura de Fernando Collor de Mello. Toda a imprensa escrita, bem como a televisão e rádio, destacara, o ‘fenômeno Collor’ como algo novo na política brasileira, comprando o slogan de Collor como o ‘caçador de marajás’ e como o político que introduzia o Brasil no contexto internacional. Todos os outros candidatos e, principalmente, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, foram desqualificados pela mídia.

Herança positiva: Após dois anos e nove meses, a imprensa mudou sua posição e começou a atacar Collor (corrupção, caixa dois, desmandos). [...] ²⁷

Diante do exposto, quais fatores levaram Collor ao poder? A imprensa tem condições de estabelecer configurações no cenário social por meio da opinião pública? ²⁸ A seguir serão prestados os desdobramentos da chegada de Collor à presidência do Brasil.

1.2 Redemocratização do país e os desafios da Nova República

A análise do processo de transição para a Nova República ²⁹ permite-nos compreender o jogo complexo de contradições políticas que marcou a conjuntura brasileira nas eleições solteiras de 1989, já que o único cargo em disputa era o presidencial. A Constituição de 1988 definiu o regime democrático da federação, de modo que o sistema político antevia que a

no Acre. Em janeiro de 1992, Volnei apresentou à imprensa uma gravação em que o ministro confessava ter cometido o delito. MONTEIRO, Maria Carmina. Verbete “Antônio Magri”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-rogerio-magri>. Acesso em: 04 jun. 2022.

²⁷ G1, *Cientistas políticos e historiadores analisam o legado da era Collor...*

²⁸ Este debate será discorrido no capítulo 2.

²⁹ A chamada Nova República visava atender as expectativas de mudanças que representavam de forma significativa diferentes olhares acerca do período de redemocratização. Assim, a despeito das controvérsias e, principalmente, em nome da tradição de acomodação brasileira, mesmo entre as oposições, surgiram vozes em defesa da atualização da agenda no sentido de acelerar a transição política. Por ora, para muitos setores do Poder Legislativo e da imprensa, em vez de rememorar o passado autoritário do país instruído pelo governo militar, era o momento de “mirar para o futuro”. Apesar de não existir um consenso sobre o tema, Pedro Fagundes chama de Nova República o período histórico entre 1985, data da posse do presidente José Sarney (1985-1990), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), até a destituição da presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), em 2016. LUKACS JR, Estevão. Nova República? *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 6, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12330>. Acesso em: 19 mar. 2023. FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia. *Locus*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p.290-306, 2019.

promulgação das eleições e a autonomia entre os poderes consolidava este intento nacional, o sufrágio universal.

Mary del Priore narra³⁰ que, em março de 1983, por meio de um acordo entre partidos de oposição, o deputado Dante de Oliveira (1952 - 2006), representando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB - MT), apresentou ao Congresso Nacional uma emenda constitucional, visando o retorno das eleições diretas para presidente e vice-presidente para o próximo processo eleitoral. Desse modo, levantou-se um movimento político suprapartidário para esse fim republicano. Inúmeros comícios ocorreram no início do ano de 1984, em diversas capitais brasileiras, chegando a ser computado o quantitativo de até um milhão de pessoas. Na cidade de Olinda, um comício-show, organizado pelo PT, oficializou a abertura do movimento pró-*Diretas Já*³¹. O uso das cores em referência à bandeira brasileira nas camisetas, nos para-brisas dos carros e nas fachadas dos imóveis serviam de demonstração de apoio às *Diretas Já*. Naquela conjuntura, o propósito crucial era a restauração da democracia e das liberdades no Brasil.

Salientando que, desde 1964, o processo eleitoral era controlado pelas forças armadas, por meio do Congresso Nacional, Priore diz que esse cenário mobilizou milhões de brasileiros, em razão de discutir os novos rumos do país, concernentes à campanha de sucessão ao governo do general João Batista de Figueiredo (1918 - 1999). Diferentes grupos participaram da campanha: o PMDB distribuiu mais de dois milhões de panfletos, dentre outros materiais, como camisetas e cartazes, até aplicações em recursos publicitários na televisão, nos intervalos do jornal da noite. Tal assertiva de descontentamento era constatada nos refrãos que agitavam as manifestações de rua, entre os quais destacavam-se: “Um, dois, três/ quatro, cinco, mil/ queremos eleger o presidente do Brasil”.³²

Segundo Cássio Augusto Guilherme³³, no decorrer dos desdobramentos, a Câmara dos Deputados rejeitou a emenda que propunha as *Diretas Já*. Apesar de a emenda não ser

³⁰ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 156.

³¹ *Diretas Já* foi um movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em maio de 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de comícios nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros quando da campanha para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar instituído em 1964. MOREIRA, Maria Ester Lopes. Verbete “Diretas Já”. FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 04 jun. 2022.

³² DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 158.

³³ GUILHERME, Cássio Augusto. 1989: história da primeira eleição presidencial pós-ditadura. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

aprovada, as mobilizações prosseguiram em greves gerais, inúmeras paralisações localizadas e na grande pressão para a aprovação de emendas populares.

Guilherme adverte que, nesse ineri, a medida revelou-se ser favorável aos militares, à burguesia e aos políticos moderados do PMDB, principalmente Tancredo Neves (1910 - 1985), que já articulava pré-candidatura indireta, no desafio de restaurar as instituições democráticas. A escolha de Tancredo para ocupar o mais alto cargo do país representou o fim simbólico do regime militar e o início de um momento: a Nova República. Tancredo faleceu antes de tomar posse, logo o eixo de poder foi deslocado para o vice, José Sarney (1930 -), ficando à frente do governo durante os anos de 1985 a 1990. O último presidente militar, João Figueiredo, deixou a administração federal com o maior índice de inflação da história do país, a maior dívida externa do mundo, dois anos de crescimento negativo e renda per capita em queda.

Mary del Priore relata, ainda, que o governo Sarney foi marcado por importantes conquistas políticas. A principal delas foi a elaboração da Constituição de 1988, seguida da formação da Assembleia Constituinte, das eleições para as prefeituras das capitais e das áreas de segurança nacional³⁴. Além disso, o voto facultativo, pela primeira vez, foi viabilizado aos analfabetos, como também a permissão do direito de votar aos maiores de 16 anos. Tais avanços democráticos não deixaram de deflagrar os casos de corrupção do governo registrados pela imprensa.³⁵

Cabe frisar que, na última eleição, em 1960, apenas 20% da população estava apta a votar. Já as eleições de 1989 representavam a primeira participação para a maioria dos brasileiros³⁶, mediante à Constituição Cidadã promulgada. As eleições presidenciais de 1989 foram regulamentadas pela lei 7.733, de 08/06/1989. Apresentaram-se ao pleito 22 candidatos. Tamanha quantidade revelava fragmentação política da nação.

Dentre os pretendentes, figuraram políticos influentes, tais como: Mário Covas (1930 - 2001), que foi deputado federal pelo PMDB, de 1982 a 1983, prefeito de São Paulo, entre os anos 1983 e 1986, e líder da bancada do PMDB na Assembleia Constituinte; Paulo Maluf

³⁴ Nessas áreas, os prefeitos eram nomeados pelos governadores. De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), as áreas de segurança nacional seriam passíveis de ações extremistas tais como: sabotagens ou atos terroristas, caso a segurança do país estivesse comprometida. As grandes cidades, as capitais estaduais, as cidades fronteiriças e o Distrito Federal integravam essa designação no Brasil.

³⁵ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 173.

³⁶ Em 1989, 54% da população tinha direito ao voto. Cf. SALLUM JR, Brasília. *O Impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

(1931 -), do partido PDS, que havia sido governador do estado de São Paulo no período de 1979 a 1982, e tinha atuado como deputado federal entre 1983 e 1987; Ulysses Guimarães (1916 - 1992), do PMDB, que presidiu a Assembleia Constituinte e foi presidente da Câmara dos Deputados durante quase todo o governo Sarney; Leonel Brizola (1922 - 2004), do PDT, que havia sido governador do Estado do Rio de Janeiro entre 1982 e 1986; Luís Inácio Lula da Silva (1945 -), do PT, que havia liderado as greves no ABC no final dos anos 1970 e início dos 1980 e tinha sido, até então, o deputado mais votado do país³⁷.

Nesse contexto, Fernando Collor era um dos nomes menos conhecidos da população. A marca da campanha presidencial eram as disputas de projetos daquela época. É pertinente referir a entrada de Silvio Santos (1930 -), grande comunicador e dono do Sistema Brasileiro de Televisão, na disputa aos quinze dias anteriores do primeiro turno, devido à legislação permissiva.

O acesso gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão foi viabilizado pela Constituição de 1988 (art. 17, §. 3º). Durante 70 dias, os candidatos tiveram duas sessões de 70 minutos diários para propaganda dos partidos. Vladimir Lombardo³⁸ esclarece que a disponibilidade inovadora desses recursos se revela como fator decisivo na conquista do voto. Ele interpreta que esse aspecto amparou os candidatos que chegaram ao segundo turno. O cientista político descreve:

Ao final da primeira campanha eleitoral ocorrida após a redemocratização do país, houve o episódio mais polêmico já ocorrido durante a exibição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Em 12/9/1989, durante o último programa do Partido da Renovação Nacional (PRN), Miriam Cordeiro, ex-namorada de Luiz Inácio Lula da Silva, denunciou que o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) era racista e que tentara convencê-la a fazer um aborto para impedir o nascimento da filha do casal, Lurian, que na época tinha 15 anos de idade.³⁹

Segundo o historiador Cássio Augusto Guilherme⁴⁰, a candidatura de Fernando Collor de Mello à presidência da República foi lançada em 13 de maio de 1988, em rede nacional, através do programa nacional de rádio e TV, do Partido da Juventude (PJ). A origem familiar de Collor é de tradição política: o pai foi governador de Alagoas e senador, enquanto seu avô

³⁷ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*; MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 45

³⁸ JORGE, Vladimir Lombardo. Verbete “O horário gratuito de propaganda eleitoral”. *FGV CPDOC*, 1994. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/horario-gratuito-de-propaganda-eleitoral-hgpe>. Acesso em: 16 jun. 2022.

³⁹ JORGE, *O horário gratuito de propaganda eleitoral...* 1994.

⁴⁰ GUILHERME, 1989...

foi nomeado, por Getúlio Vargas, o primeiro titular do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

Durante a Ditadura, Collor ocupou o cargo de prefeito biônico de Maceió em 1979 e renunciou em 1982, pois foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS). Em 1986, filiado ao PMDB, foi eleito governador de Alagoas. Fora dos circuitos alagoanos, a figura de Fernando Collor era pouco conhecida pelos brasileiros até meados de 1987. Foi com o apoio de Marcos Coimbra (1927 - 2013), sociólogo do instituto de pesquisa Vox Populi; de seu irmão, Leopoldo Collor (1941 - 2013), funcionário da TV Globo de São Paulo, do jornalista Cláudio Humberto (1946 -) e do deputado Renan Calheiros (1955 -), do PRN, que a rede de contatos com jornalistas dos grandes veículos de comunicação começou a ser ampliada. Com isso, por vezes, a figura jovem de Collor aparecia na capa da revista *Veja*⁴¹, em alguma edição do *Globo repórter* ou do *Jornal Nacional*, ganhando visibilidade nacional. Essa exibição positiva na mídia contribuiu para ascensão política de Collor, pois o fez alcançar favoritismo nas intenções de voto, ainda no período pré-eleitoral, passando a ser considerado o candidato com melhores condições de enfrentar as candidaturas de Brizola e Lula, cujo panorama apontava como “ameaça esquerdista”.

A interferência da emissora de comunicação na campanha presidencial pode ser entendida pelo fato de Brizola representar possível intimidação a Roberto Marinho de revogar sua concessão de TV, caso eleito. Por outro lado, Lula atemorizava pelo viés socialista aos interesses da sociedade.

Martuscelli assevera:

é preciso observar que toda a campanha eleitoral de Collor esteve centrada na figura do indivíduo-candidato, contribuindo, assim, para o aprofundamento de uma tendência estrutural do capitalismo que é a personalização da política, na qual a possibilidade de partidos políticos exercerem as funções de representação política ou de governo é praticamente nula⁴².

Mary del Priore acrescenta, com pertinência:

Não foi só a mídia que alavancou votos. O produto oferecido também era midiático: jovem, cabelos ao vento, viril, esportista, o contrário das imagens cansadas e envelhecidas que se viam no Congresso. Collor passava a imagem de um Brasil novo, esperançoso, com a vida pela frente. Dono de

⁴¹ Trecho do filme “Arquitetos do Poder”, de Vicente Ferraz e Adriana Aldé. ARQUITETOS DO PODER. Direção: Vicente Ferraz e Adriana Aldé. Produção de URCA Filmes. Brasil, 2010. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-ator-politico-aparece-em-cena>. Acesso em: 7 jun. 2022.

⁴² MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 49.

retórica fácil, cativava seus adeptos em comícios cheios de sorrisos e onde a presença de sua jovem esposa também tinha uma função: cativar, seduzir, convencer”⁴³

Nota-se, com isso, uma pretensão de intenso “empreendedorismo de si mesmo”, concepção que destacaremos mais adiante na vertente do neoliberalismo. A Figura 2, a seguir, ilustra esse empreendedorismo.



Figura 2 – Capa da revista Veja, 23/03/1988, com chamada para reportagem sobre o governador de Alagoas, Collor de Mello

Fonte: Arquivo Memorial da Democracia.

Cássio Augusto⁴⁴ explica que Collor, filiado ao PMDB, declarou oposição ao governo presidencial de José Sarney, a fim de afastar-se da marca adotada de políticas de controle dos salários e dos preços que tinham o intuito de conter o desenfreado processo de inflação que assolava a economia brasileira, além das tentativas de gerar empregos e negociar a dívida externa. A estratégia para alcançar a vitória no pleito depositava a responsabilidade, no governo Sarney, por todos os problemas políticos-administrativos que cerceavam o país naquele momento, posto que a conjuntura com péssimos índices econômicos do governo de Sarney deixou enfraquecida qualquer intenção de aproximação por parte de algum candidato a sua figura. No ímpeto da campanha presidencial, Collor prevalecia à qualificação de “caçador de marajás”, devido à tentativa de combater os altos salários de um restrito grupo de

⁴³ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 175.

⁴⁴ GUILHERME, 1989...

servidores públicos de Alagoas, acumulados por meio de processos fraudulentos e benefícios exorbitantes.

Durante isso, de acordo com o André Couto⁴⁵, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou que o horário do PJ estava sendo usado inadequadamente, tendo em vista a filiação do candidato. Assim, realizou cortes na edição do programa, ocasionando descontentamento por parte da direção do partido e do presidenciável alagoano. A entrada de Fernando Collor no Partido da Juventude (PJ) foi efetivada em 9 de fevereiro de 1989, provocando renomeação para Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Segundo o historiador, Collor lançou o manifesto de criação do PRN publicamente, disposto à candidatura à presidência, afirmando que “a reconstrução moral é pré-requisito para todas as demais tarefas que enfrenta a sociedade brasileira no campo político, econômico e social”⁴⁶. O programa do partido identificava-se como liberal democrático, articulando a retomada do crescimento econômico através da diminuição da participação do Estado na economia. Mesmo que a relevância dessa intervenção estivesse atribuída a alguns setores determinados, reprovava os “protecionismos descabidos e cartórios empresariais”⁴⁷.

Couto assinala que o documento destaca: “somente reunindo os ideais de liberdade individual e de livre iniciativa com os de justiça e solidariedade, podemos construir uma nação que mereça esse nome”⁴⁸. Os apontamentos contrários ao governo Sarney circundavam as restrições ao “sucateamento criminoso” das empresas estatais. Enfatizando o discurso contra os políticos tradicionais, Collor propunha a modernização do Brasil frente à privatização das empresas estatais, redução do tamanho do Estado, corte de gastos públicos, irrestrita abertura ao capital estrangeiro e livre negociação de salários entre patrões e empregados.

Conforme pesquisa apontada pela revista *Veja*, em março de 1989, a defesa desse programa o fez ganhar notoriedade em termos de popularidade entre os governadores do Nordeste. Enquanto, nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, o Carnaval abordou o tema sobre combate à corrupção em quatro enredos de escolas de samba. Collor esteve presente na avenida na realização do desfile. Atuou, acenando com sinais do “V” da vitória com os dedos

⁴⁵ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*

⁴⁶ COUTO, André. Verbetes “Partido da Reconstrução Nacional (PRN)”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-reconstrucao-nacional-prn>. Acesso em: 11 jun. 2022.

⁴⁷ COUTO, *Partido da Reconstrução Nacional (PRN)...*

⁴⁸ COUTO, *Partido da Reconstrução Nacional (PRN)...*

e sendo bem recebido, com aplausos, pelos espectadores das arquibancadas.⁴⁹ Resumidamente, Collor apresentava uma plataforma política intensamente neoliberal⁵⁰, contudo a retórica política de moralização visava a atender os “descamisados” – nomeação empregada para manter-se popular entre os mais pobres, evitando o título de “candidato das elites”. Logo, a contradição no discurso estava evidenciada nas críticas à ganância burguesa, enquanto, na prática, recebia excessivos investimentos financeiros empresariais a favor de sua campanha.

Cássio Augusto⁵¹ narra que o primeiro programa em horário gratuito reservado aos partidos políticos, lançado pelo PRN, foi exibido em 30 de março. Envolto por estratégias de marketing e modernas técnicas de comunicação audiovisual, o discurso de Collor dizia ser ele o único candidato capaz de resolver os problemas da nação. O segundo momento em cadeia nacional foi em 27 de abril. Na ocasião, Collor pontuou a crise moral existente no Brasil em compasso com as demais denúncias elencadas no programa anterior, mostrando ser um candidato jovem e ousado.

Enquanto a promoção de Collor era efetivada nos meios de comunicação, André Couto diz que, somente em 12 de julho de 1989, sua candidatura à presidência da República foi oficializada, através da convenção nacional do PRN. Relewa-se que sua candidatura vinha sendo promovida em programas de TV e rádio de pequenas legendas: Partido Social Cristão (PSC), Partido Trabalhista Renovador (PTR) e Partido Social Trabalhista (PST).⁵²

Tendo em vista a necessidade de sanar a fragilidade da política de Collor ser pertencente a um dos menores estados da federação, a escolha do vice-presidente a chapa recaiu sobre o senador Itamar Franco - oriundo do estado de Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral do país. A renúncia do governo de Alagoas ocorreu em 14 de maio de 1989, a fim de cumprir a exigência legal por desincompatibilização. O cenário deixado no estado descrevia arrecadação em queda vertiginosa, com salários dos servidores defasados e atrasados; escassez de recursos para indenizar os funcionários que já tinham sido afastados, bem como 1/3 do planejamento de demissões não haviam sido executados. Ademais, outro incidente, desta vez com os usineiros, estava em aberto: o Imposto sobre Circulação de

⁴⁹ MOURA PAIVA, Grazielle Albuquerque de. A imagem de modernidade brasileira: Collor e a eleição de 1989. *Tensões Mundiais*, v. 6, n. 11, p. 105-127, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/652>. Acesso em: 20 jun. 2022.

⁵⁰ No próximo tópico serão analisados conceitos sobre neoliberalismo.

⁵¹ GUILHERME, 1989...

⁵² COUTO, *Partido da Reconstrução Nacional (PRN)*...

Mercadorias e Produtos (ICMS), recolhido indevidamente, não havia sido ressarcido, conforme acordado por Collor⁵³.

A terceira participação em programa nacional de televisão ocorreu em 18 de maio. Na ocasião, Collor detinha a liderança nas pesquisas eleitorais, pois continuava a usar técnicas de comunicação política com assessoria do instituto de pesquisas Vox Populi, comandado pelo cientista político Marcos Antônio Coimbra. Tal conduta pavimentou notória disparidade em detrimento dos demais concorrentes, de forma que, em junho, ecoava a possibilidade de a eleição ser decidida no primeiro turno. A saber, o economista Bruno Théret considera que, na retórica neoliberal, existe “ a necessidade da mediação de um sistema simbólico adequado, que codifique satisfatoriamente uma concepção de mundo, assim como cumpra as funções de meio de comunicação e de instrumento de dominação ”⁵⁴.

Nesse cenário, atentamos ao voto analfabeto recém-implantado. O impacto da televisão e das campanhas eleitorais cada vez mais sofisticadas empurraram parcelas enormes da população sem formação a “eleger não uma ideia, mas uma imagem”⁵⁵.

Diante do exposto, vimos que o Brasil esteve atingido pelo aumento de problemas sociais, econômicos e políticos no período de transição democrática. É sob a compreensão desse quadro que buscamos apreender as propostas de Fernando Collor na conjuntura das relações de poder no circuito da sociedade, no que tange à implementação do viés neoliberal e o uso da sua própria imagem nos veículos de comunicação. Conforme veremos adiante, Dardot e Laval⁵⁶ entendem que, na temática neoliberal, cada indivíduo busca a “promoção de sua própria empresa”, ou seja, de acordo com Michel Foucault promove a lógica de ser “empreendedor de si mesmo”⁵⁷.

⁵³ LEMOS, Renato. Verbetes “Fernando Collor”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 21 jun. 2022.

⁵⁴ THÉRET, Bruno. O Neoliberalismo como retórica Econômica e Modo de Ação Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 24, fev. 1994.

⁵⁵ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*; DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 441.

⁵⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁵⁷ FOUCAULT, *Nascimento da Biopolítica...* p. 311.

1.3 O voto iurdiano e a democracia brasileira

A campanha presidencial levou ao segundo turno, programado para dezembro, Lula como adversário. Cássio Augusto⁵⁸ relata que, enquanto Lula fortaleceu bases de sustentação com PSDB, PMDB, PDT, PCB, pequenos partidos de esquerda e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Collor alicerçou-se em torno dos demais partidos, dos empresários reunidos na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – embora tenha recusado oficialmente este último – e recebeu, ainda, apoio de sindicalistas da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e na Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB).

Aproveitando o contexto mundial da chamada Guerra Fria, em que a União Soviética (URSS) emitia sinais de desintegração, Lula esteve associado ao comunismo. Essa prática discursiva de Collor alcançou êxito com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989. Paralelamente, uma parte considerável de pastores evangélicos de diferentes denominações, temendo a polaridade ideológica dos finalistas, decidiu convencer os fiéis eleitores a evitar a ascensão do PT, pois a preocupação amparava-se sobre o perigo de implantação de um regime marxista, tendo em vista que a atuação das igrejas sofreria perseguição quanto à liberdade de culto. A abordagem anticomunista manteve-se com tamanha eficiência que Lula pronunciou-se com urgência, desmentindo os fatos. Adiante foi organizado um movimento intitulado “Evangélicos com Lula”⁵⁹, que distribuiu cerca de 200 mil cartas no meio evangélico, assinadas por 132 ativistas, integrando pastores e fiéis, com objetivo de descortinar as especulações infundadas. Convém dizer que o apoio ao Lula foi inexpressivo entre os protestantes.

As eleições de 1989 deflagraram um movimento muito intenso de entrada dos pentecostais na principiante democracia brasileira. Os sociólogos, Ricardo Mariano e Antônio Pierucci, empenharam-se em estudar esse processo por meio de pesquisa de campo. Os autores relatam no artigo *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*, publicado em novembro de 1992, que a crença de “que havia um conluio entre o candidato petista e o clero católico para acabar com a liberdade dos cristãos não católicos era mais que uma suspeita entre algumas lideranças pentecostais, era uma certeza”. As doze rádios de propriedade da

⁵⁸ GUILHERME, 1989...

⁵⁹ O GLOBO, 12/12/89. Cf. GUILHERME, 1989...

Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) concederam espaço em seus programas a Collor, fortalecendo a ideia de que, com fé, iriam reconstruir o Brasil.

Ainda antes do primeiro turno, foram recolhidos pela Justiça Eleitoral duas toneladas de material irregular de campanha em favor de Collor em dois templos da IURD no Rio de Janeiro. Averiguou-se que, em um dos templos, funcionava uma gráfica clandestina. No dia da eleição, 15 de novembro, foi constatado que membros dessa igreja fizeram boca de urna para Collor⁶⁰.

Segue o apelo do bispo Edir Macedo⁶¹, da IURD, participando ativamente da campanha do segundo turno em 1989: “Só quero poder falar. Se Lula ganhar, a Igreja [católica] vai mandar no país[...] O catolicismo é uma peste bubônica”⁶². Intencionado em cessar a ameaça católico-comunista por meio do voto pentecostal, o bispo afirmava estar direcionado por Deus: “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor era o escolhido”⁶³. A justificativa do bispo Macedo era pautada em rumores de que Lula, acordado com a Igreja Católica, acabaria com a liberdade dos evangélicos, e os templos seriam transformados em creches, escolas ou supermercados. Em 1990, uma pesquisa feita pelo Gallup, aponta que, no Brasil, havia cerca de 9,6% de evangélicos⁶⁴, uma estimativa de 15 milhões de pessoas. Pierucci e Mariano⁶⁵, examinando o fio condutor da abordagem religiosa, percebem certo silêncio por parte das igrejas evangélicas a respeito da real intenção do engajamento político nos discursos

⁶⁰ *JB*, 16/10/1989.

⁶¹ Notícia veiculada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 11/11/89, p. 20, revela que o bispo Edir Macedo morava nos Estados Unidos e respondia no Brasil aos crimes de “estelionato, exploração de credulidade, charlatanismo, curandeirismo e possível evasão de divisas”. Em novembro de 1989, Macedo comprou a Rede Record de Televisão, que pertencia aos grupos Silvio Santos e Machado de Carvalho. A transação custou US\$ 45 milhões. Sem divulgação do nome de Edir Macedo como verdadeiro comprador da emissora, a negociação foi intermediada pelo empresário Alberto Haddad, ligado à campanha de Collor e eleito deputado federal pelo PRN em 1990, e pelo pastor Laprovita Vieira, posteriormente eleito deputado federal pelo PMDB. O jornal denominou a Igreja como “seita” e destacou que os recursos de Edir provinham “das contribuições feitas em dinheiro pelos fiéis, cheque pré-datado ou carnês e quem não tem dinheiro é obrigado a lavar as mãos e o rosto na frente de todos, na pia dos miseráveis” (Stycer, 2018 *apud* GUILHERME, 1989...)

⁶² *JB*, 03/12/89.

⁶³ *JB*, 03/12/89.

⁶⁴ HORTA, Pe. Jesus. *Panorama e estatística do fenômeno religioso no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991.

⁶⁵ MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, p. 92-106, nov. 1992. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdts_e/5134/1992_mariano_envolvimento_pentecostais_eleicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jun. 2022.

expressados sobre liberdade. Quais liberdades as comunidades evangélicas pretendem assegurar? Esse questionamento será retomado posteriormente neste trabalho.

Nesse sentido, frisa-se aqui o posicionamento religioso acerca do voto: “Escolhem seus candidatos e os apoiam, editando e deformando informações em favor do ungido dos seus interesses”⁶⁶. Mary del Priore adverte: o que “interessa para os que estão fazendo a ‘história do tempo presente’ é conhecer melhor essa nova gente brasileira. Nova nos hábitos, nas formas de viver, consumir e votar. Nova e ao mesmo tempo velha. Antiga nas formas de pensar, de ver o mundo”⁶⁷.

A expressividade evangélica denota crescimento e mudanças no domínio das religiosidades. A esse respeito, a historiadora coloca: “crenças se multiplicam sob novas formas. No início do terceiro milênio, a experiência coletiva do sagrado e a imaginação religiosa tomam caminhos inéditos, colocando em xeque interpretações simplistas que associavam a modernidade ao mundo laico e racionalista”⁶⁸.

Visto que a imensa expectativa pela experiência democrata nas eleições de 1989 prestava-se ao fato inédito de a maioria da população ter direito a exercer a cidadania por meio da escolha presidencial, a conjuntura dos setores sociais foi expressiva. Cássio Augusto⁶⁹ conta que os setores militar, empresarial e de imprensa insuflavam os ânimos das esquerdas, a fim de derrotá-las com mais facilidade no percurso da campanha, mediante à vitória do PT para a prefeitura de São Paulo e consequente retorno do temor comunista. De acordo com Del Priore, o líder da FIESP ainda ameaçou organizar uma campanha de saída de empresários do país caso Lula ganhasse⁷⁰.

A reportagem do jornal *O Globo*⁷¹ denuncia a ira do alto empresarial com o presidente da FIESP, Mário Amato, devido à declaração de que “se a ‘perigosa onda Lula’ vencer as eleições, haverá fuga dos empresários do país”. O candidato foi qualificado de “irresponsável e marmiteiro”. Em resposta, Lula disse que a frase simbolizava a “chantagem psicológica e política da classe dominante”.

⁶⁶ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 441.

⁶⁷ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 442.

⁶⁸ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 260.

⁶⁹ GUILHERME, 1989...

⁷⁰ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 174.

⁷¹ “Panorama político: Entre eles”. Jornal *O Globo*, 14 de outubro de 1989, p. 2. De acordo com Cássio Augusto, considerando a vitória de Lula, a famosa frase na íntegra seria a seguinte: “o número de empresários que fugiriam do país não seria menos que 800 mil”. GUILHERME, 1989...

Completa-se a isso o relato de Mario Amato, dizendo que utilizou a ausência de consenso nas eleições de 1989, sabendo que Collor não seria uma escolha ideal, mas circunstancial, devido ao antiliberalismo defendido por Lula durante a campanha⁷². A fim de impedir o avanço de Lula nas pesquisas, a imprensa e o empresariado passaram a constituir um apoio da grande burguesia à candidatura de Collor no segundo turno.

Segundo Cássio Augusto⁷³, neste íterim, Roberto Marinho, preocupado com o desempenho de Collor no debate programado para 15 de dezembro, sugeriu ao candidato a se aconselhar com Boni – chefe de programação da emissora. As propostas pautadas foram colocadas em prática: Collor apareceu no debate com pilhas de papéis em branco para forjar que estava preparado para debater e induzir que tinha alguma denúncia sobre Lula nos supostos documentos. Durante o debate, Collor acusou Lula de ser uma ameaça à economia, pois, se vencesse, confiscaria a poupança dos brasileiros.

Nota-se, então, que a imprensa, principalmente a televisiva, colocou-se como o fio condutor do imaginário popular nas eleições solteiras de 1989. Nas palavras do sociólogo Brasília Sallum Jr⁷⁴, em *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*:

Os meios de comunicação de massa, a televisão e a TV Globo, em especial, jogaram um papel-chave no processo. [...] foram centrais na configuração de um “cenário político para as eleições, moldando as formas de pensar o país e as soluções para suas dificuldades, por meio de novelas, séries, programas humorísticos, noticiários [...] a responsabilidade pela má situação do país foi atribuída ao Estado, à corrupção e à “classe política”.⁷⁵

Vejamos a notícia, estampada numa das principais mídias daquela época:

⁷² MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 46.

⁷³ GUILHERME, 1989...

⁷⁴ SALLUM JR, *O Impeachment de Fernando Collor...*

⁷⁵ SALLUM JR, *O Impeachment de Fernando Collor...* p. 70-71.



Figura 3 – Jornal O Globo - Edição de 18 de dezembro de 1989.

Fonte: Arquivo Memória.⁷⁶

A publicação evidencia a vitória de Collor, mesmo sem confirmação da computação final da votação, que ocorreu no dia anterior à reportagem. Soma-se ainda a perspectiva de induzir a expectativa para o início do novo governo, fazendo menção aos interesses representados na gestão de Collor, ao trazer nota sobre as medidas a serem propostas por Zélia Cardoso de Mello (1953 -). Percebe-se, também, certo silêncio da empresa de comunicação quanto à atuação do adversário de campanha⁷⁷.

A eleição de 1989 encerrou a série de eleições indiretas para o cargo máximo do Poder Executivo Federal. O resultado oficial registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral⁷⁸ revela que, no primeiro turno, obtendo 20.611.030 votos, Collor garantiu o primeiro lugar, e Lula ficou em segundo, com 11.622.321 votos. Collor elegeu-se presidente no segundo turno, computando 35.090.206 (53,03%) dos votos válidos contra 31.075.803 (46,97%) de seu adversário. Danilo Martuscelli⁷⁹, pondera que essa diferença mínima no resultado faz transparecer a crise de hegemonia no processo de transição para o capitalismo neoliberal no Brasil. Ele insiste na estrutura de um contexto político que exigiu o campo dominante a se opor às próprias camadas dominantes, a fim de obter êxito em seus projetos políticos.

⁷⁶ O GLOBO. O caçador de marajás. *O Globo*, 18/12/89. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/o-caccedilador-de-marajaacutes-8952245>. Acesso em: 21 jun. 2022.

⁷⁷ O GLOBO, *O caçador de marajás...*

⁷⁸ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Resultados. *TSE*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1989/resultados>. Acesso em: 27 jun. 2022.

⁷⁹ MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...*

Collor assumiu a presidência da República em 15 de março de 1990. Tendo em vista que, durante a campanha, prometera atender à pauta de redução do gasto público, da modernização do Estado e da abertura da economia. No discurso de posse, ele anunciou que iria cumprir aos grandes temas de seu programa: “democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo⁸⁰”. O principal desafio mencionado foi colocado em tom contundente: “a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la⁸¹”. Inerente a esse propósito, foi lançada as funções estatais pautadas na livre iniciativa de criar riquezas e dinamizar a economia:

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. [...] Não nos anima a ideia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil. Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta anti-inflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.⁸²

Ressalta-se, aqui, a ênfase crescente na temática da competitividade, regendo as relações econômicas. A economista Zélia Cardoso de Mello foi empossada ministra da Economia. Logo, no dia seguinte, foi editado um plano econômico para estabilizar a hiperinflação, o Brasil Novo, conhecido como Plano Collor⁸³.

O economista Dionísio Dias Carneiro⁸⁴ e a reportagem *Globo Serviço*⁸⁵ pontuam que as principais políticas planejadas incluíam: profunda reforma administrativa, envolvendo o

⁸⁰ POLÍTICOS BRASILEIROS. Discurso de posse do presidente Fernando Collor – 15 de março de 1990. YouTube, 24 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nvf1shij2kI>. Acesso em: 30 jun. 2022.

⁸¹ POLÍTICOS BRASILEIROS, *Discurso de posse do presidente Fernando Collor...*

⁸² POLÍTICOS BRASILEIROS, *Discurso de posse do presidente Fernando Collor...*

⁸³ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*

⁸⁴ CARNEIRO, Dionísio D. Verbete “Plano Collor”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-collor>. Acesso em: 23 jun. 2022.

afastamento de funcionários públicos e o fechamento de autarquias e empresas públicas; o aumento do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI); o acréscimo de taxas sobre os lucros do setor agrícola e a eliminação dos subsídios à exportação, não garantidos no texto constitucional; a substituição da moeda corrente nacional (Cruzado Novo convertido para Cruzeiro); o congelamento dos preços e salários, que passariam a ser reajustados conforme índices de inflação prefixados; o fim dos títulos e dos cheques ao portador, de valores acima de um teto determinado; a flutuação do câmbio segundo as tendências do mercado; a redução do Estado na economia, através da privatização de empresas estatais; e a diminuição de barreiras à importação e estimulação ao investimento estrangeiro. Com a adoção do plano, o governo visava a reduzir o volume da moeda circulante, por meio de restrição dos depósitos bancários.

A aprovação da Medida Provisória nº. 168, de 15 de março de 1990, instituiu de forma mais enérgica a nova regra para aplicação de ativos financeiros em poupança. Por conta da baixa do pacote econômico, justificou-se, mediante ao plano anti-inflacionário, a estratégia de confisco de saldos bancários e da caderneta de poupança. Não obstante ser imediato os ecos de temor na sociedade concernente a veiculação da notícia, a novidade desconsiderava os compromissos destinados à renda guardada nos bancos, provocando grande choque de interesses entre a população e os estímulos financeiros do governo. O depósito sob regras antigas submetia, em tese, o dinheiro aplicado à retenção por 30 dias ao banco, enquanto, no novo pacote, passaria ao bloqueio por 18 meses dos saldos em conta corrente e cadernetas de poupança superiores a 50 mil cruzeiros.⁸⁵ O procedimento provocou alvoroço na população, visto que, durante a campanha, Collor apontou que Lula pretendia usar esse recurso caso chegasse à presidência.

A respeito desse incidente, em pronunciamento, Collor qualificou:

Sobre a questão que minha secretária teria tido acesso a informações antecipadas sobre o bloqueio dos cruzados novos gostaria de puxar pela memória dos senhores e das senhoras. Logo depois do plano econômico um senador da oposição denunciou pessoas que teriam se beneficiado com informações antecipadas. Naquela época determinei de imediato que o Banco Central fornecesse todas as informações desejadas pelo parlamentar. Os senhores e as senhoras devem se lembrar das imagens, fartamente veiculadas pela imprensa, pela televisão, das montanhas de extratos

⁸⁵ ARQUIVO MARCKEZINI. Reportagem Globo Serviço: Plano Collor, 16/03/1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Pnax588vno&t=1528s>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁸⁶ ARQUIVO MARCKEZINI. Reportagem Globo Serviço: Plano Collor...

bancários entregues ao senador. Pois é, a conclusão foi de que aquelas denúncias eram infundadas.⁸⁷

Segundo Zélia⁸⁸, a implementação do teto para saque foi concedida sob restrito sigilo. Contudo, dois anos após o relato, veio à tona a informação de que Collor e seu amigo, PC Farias, teriam feito volumosos saques em suas contas antes do bloqueio.

Destaca-se, ainda, as Medidas Provisórias (MPs) 154⁸⁹, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários, e 155⁹⁰, que cria o programa nacional de desestatização. Sallum Jr.⁹¹ atenta para a intervenção do Congresso Nacional, resistindo, a partir de maio, à tantas medidas provisórias produzidas no primeiro ano de governo e esclarece que essa demanda na emissão de MPs gerou uma forma administrativa como se fosse por decretos.

Martuscelli⁹² estabelece relação entre as MPs e a implementação do neoliberalismo no Brasil. Ele observa que as primeiras medidas provisórias executadas pelo Plano Collor desempenharam o papel de criar as bases institucionais do neoliberalismo. A regência do Plano Collor I teve como origem o conjunto de 22 medidas provisórias. Ele observa elementos de ruptura e continuidades com os planos econômicos efetuados por governos anteriores. Quanto ao aspecto de ruptura, ele atenta para o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros e sua combinação com a implementação do programa de contrarreformas neoliberais. Quanto aos parâmetros de continuidades, o autor destaca a política de congelamento de preços e salários, e o próprio resultado do plano, ou seja, sua incapacidade de conter o processo inflacionário no país, e a recessão econômica decorrente desse processo.

A aplicação do Plano Collor estava em consonância com as determinações veiculadas no Consenso de Washington⁹³. A denominação refere-se a uma espécie de manifesto programático do neoliberalismo. Enquanto movimento político, o neoliberalismo se

⁸⁷ *JB*, 31/08/1992. Cf. BRASIL, *Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello...* p. 29.

⁸⁸ Depoimento registrado no livro *Zélia uma paixão*. Cf. GUILHERME, 1989...

⁸⁹ BRASIL. Medida Provisória nº 154, de 15 de Março de 1990. Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 16/3/1990, p. 5534. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-154-15-marco-1990-370448-norma-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁹⁰ BRASIL. Medida Provisória nº 155 de 15 de março de 1990. Cria o Programa Nacional De Desestatização, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 16/03/1990, p. 5535. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=155&ano=1990&ato=4f7oXTU9UeFpWT053>. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁹¹ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*; SALLUM JR, *O Impeachment de Fernando Collor...*

⁹² MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 54-55.

⁹³ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*

consolidou na América Latina a partir da década de 1980 e início da década de 1990, especialmente com a difusão das propostas do Consenso de Washington, seminário ocorrido em novembro de 1989, que reuniu técnicos do governo dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de economistas de países latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas em curso no continente.

A proposta neoliberal permaneceu não apenas como vetor importante da diferenciação política/partidária das candidaturas presidenciais, mas, também, como conteúdo programático dos presidentes eleitos. O seminário aprovou acordos realizados pela maioria dos países do território, salvo exceções como Brasil e Peru, impulsionados pelas normas atribuídas pelo governo norte-americano para estipular relações de cooperação financeira. O programa apresentou ajustes em três eixos centrais: a retirada do Estado das atividades econômicas; a liberalização dos mercados nacionais para a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco; a obtenção da estabilidade monetária, pelo rigoroso enfrentamento à inflação, mesmo que à custa de recessão, aumento do desemprego, contenção salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social⁹⁴.

No entanto, a maneira como o Plano Collor foi anunciado acarretou certas observâncias na receptividade da comunidade financeira internacional. O fato deve-se à continuidade do perfil ousado do presidente revelado no início do governo, combinado ao estilo pessoal, mostrado desde a campanha eleitoral. Acrescenta-se ainda a jovialidade abordada – frisa-se que consta como o mais jovem presidente eleito no Brasil – excessivamente transmitida por meio da imprensa, com imagens de bem-sucedido⁹⁵ em prática de esportes, pilotando aviões a jato, dirigindo jet-skis, entre outras atividades não comuns a um presidente da República.

Quanto à política externa, o destaque foi no dia 26 de março de 1991, ocasião em que os presidentes Fernando Collor, do Brasil; Carlos Menem (1930 - 2021), da Argentina; Andrés Rodríguez (1923 - 1997), do Paraguai, e Luiz Alberto Lacalle (1941 -), do Uruguai, assinaram, em Assunção, o documento de criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Esse constituiria, a partir de 1º de janeiro de 1995, a integração dos mercados entre os países

⁹⁴ OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 1, jan.-abr., p. 158-192, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/7PrFqzvf674MD6yX7YMgmwr/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2022.

⁹⁵ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*

signatários ⁹⁶. Essa negociação à união aduaneira pressupunha a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e mão de obra entre os países-membros do acordo e a adoção de uma tarifa externa, comum em relação aos países não-membros.

Sobre a iniciativa que abriu diálogo com o Mercosul. Vejamos as palavras do presidente na Figura 4, a seguir.

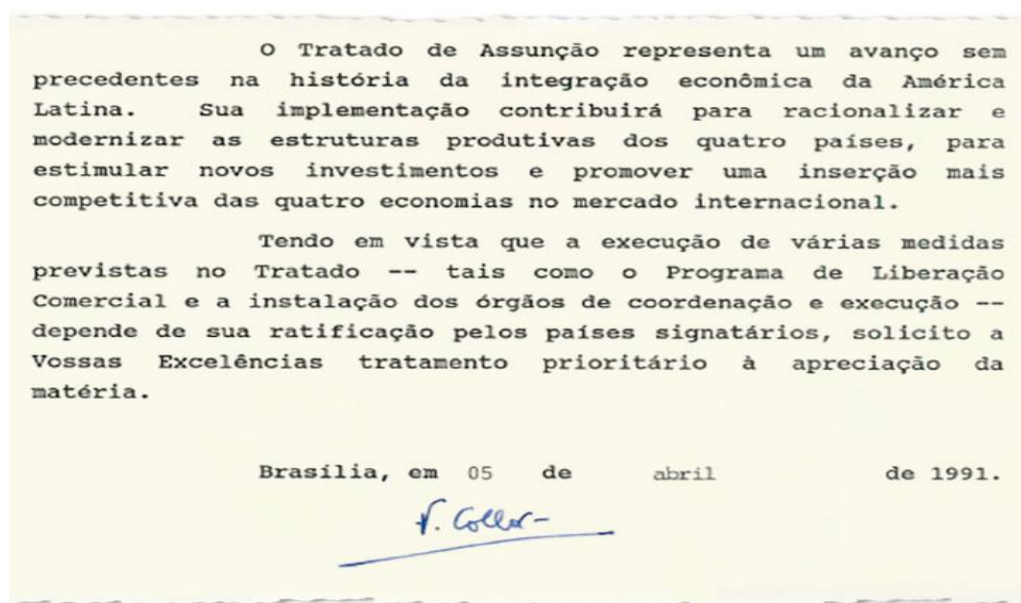


Figura 4 – Mensagem em que o presidente Collor pede ao Congresso que ratifique o tratado do Mercosul
 Fonte: Arquivo do Senado.⁹⁷

Esse pronunciamento coloca em evidência o Tratado de Assunção, no qual os quatro países reduziram gradualmente as taxas alfandegárias e acordaram a extinção de subsídios até dezembro de 1994, nas transações entre si, quando entraria em vigor o livre comércio de serviços e produtos no bloco regional. O Mercosul foi fundado num contexto semelhante entre os quatro países signatários do tratado: a necessidade de ocupar uma posição mais destacada no comércio internacional, através da abertura progressiva de seus mercados e da obtenção da estabilidade econômica interna. Com a criação do bloco, essas metas passariam a ser buscadas por meio de um esforço conjunto e não mais por iniciativas isoladas.

Observando a conjuntura do governo Collor, Cássio Augusto⁹⁸ verificou que, numa série de aspectos, essas medidas desembocaram prejuízos. O autor ressalta que a aplicação da

⁹⁶ PEREIRA, Lia Valls. Verbete “Mercosul”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/mercosul>. Acesso em: 26 jun. 2022.

⁹⁷ BRASIL. Senado Federal. Criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina. *Agência Senado*, ed. 76, 05 mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>. Acesso em: 26 jun. 2022.

política econômica no Brasil provocava efeitos recessivos. A taxa da inflação voltou a subir, mesmo após um declínio nos dois primeiros meses, em resposta ao enxugamento monetário feito por meio do bloqueio das contas bancárias e das poupanças. Outros problemas começaram a avultar: a demissão de empregados e a redução de carga horária e de salários, devido à falta de crédito e queda nas vendas das empresas; aumento do preço dos combustíveis, serviços postais, energia elétrica e transporte ferroviário de cargas. O cenário desfavorável não desanimou o presidente.

Collor desprezava as informações disseminadas sobre a necessidade de um novo plano econômico. Em reunião ministerial, ocorrida dia 30 de dezembro de 1990, o presidente reafirmou que seu governo estava lançando as bases da reconstrução da sociedade brasileira e que a ênfase girava em torno da eliminação de mecanismos perversos, como a afronta à lei, o favoritismo e a impunidade. Contudo, o desgaste econômico ocasionou uma situação insustentável. A emergência de solucionar os problemas inflacionários acarretou a adoção de várias medidas, principalmente financeiras, sendo baixado o Plano Collor II⁹⁹, em 31 de janeiro de 1991. Dentre os recursos viabilizados para correção, ressaltam-se: a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da taxa de juros; novo congelamento de preços e salários; e início da execução do cronograma de redução das alíquotas de importação.

Em linhas gerais, Cássio Augusto¹⁰⁰ chama atenção ao fato de o governo Collor ter alimentado um crescente devaneio de cumprir as promessas de sua caótica administração. O estado de decadência da política econômica gerou insatisfação entre a população de baixa renda, empresários de diferentes portes, entidades sindicais de patrões e de trabalhadores, credores, investidores estrangeiros, e parlamentares.

Martuscelli¹⁰¹ assevera que as principais políticas direcionadas pelo governo resultaram em efeitos diferenciados sobre os rendimentos e as condições de vida dos diversos setores sociais no país. Em suma, o autor frisa que a política adotada pelo Governo Collor, entre 1990 e 1992, conduziu à recessão, à queda da atividade econômica, ao crescimento do desemprego e à desvalorização dos salários, além de imobilizar a poupança e os ativos financeiros aplicados pela classe média e por parte do empresariado. Além disso, a queda da alíquota das importações, adotada também por Collor, tornou a economia brasileira mais vulnerável à entrada de capitais estrangeiros e dificultou, ainda mais, a produção nacional,

⁹⁸ SALLUM JR, *O Impeachment de Fernando Collor...*

⁹⁹ SALLUM JR, *O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello...*

¹⁰⁰ SALLUM JR, *O Impeachment de Fernando Collor...*

¹⁰¹ MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 44.

que despencou diante da concorrência com produtos estrangeiros de alto padrão tecnológico. Foi justamente nessa conjuntura que o país assistiu ao maior número de greves de sua história, atingindo uma média anual de 1.102 greves, entre 1985 e 1989, e de 1.226 greves, entre 1990 e 1992.

Associado a isso, a privatização das empresas públicas não foi favorável a uma contribuição considerável de recursos para o Tesouro, visto que a maior parte do pagamento foi efetuado em “moedas podres”, ou seja, títulos vencidos e a vencer de dívidas da União. Desse modo, as empresas passavam a ser adquiridas pela metade do preço que valiam. A Lei nº. 8.031/90 liberava a compra de ações das empresas estatais sem usar a moeda corrente, o Cruzeiro¹⁰². O debate sobre a questão da política de privatização indica claramente quais forças¹⁰³ no Congresso Nacional se opunham a um dos pilares básicos da política neoliberal¹⁰⁴.

Martuscelli sustenta que:

Embora a propaganda neoliberal, difundida pelo governo e por empresários, afirmasse que a abertura comercial levaria o país a ingressar numa economia de mercado competitiva, seus efeitos mais imediatos foram os de produzirem a queda da produção de segmentos inteiros da indústria brasileira e de aprofundar tanto a recessão econômica como o caráter dependente da economia brasileira diante dos países imperialistas.¹⁰⁵

Corroborar-se que o êxito de resultados no governo Collor se dispõe sobre um superávit na balança comercial e o aumento das reservas cambiais para o triplo do valor encontrado na ocasião de sua posse. Rodrigo Gomes, em *1989: a maior eleição da História*, ressalta que:

Collor foi apenas mais um político que galvanizou um espasmo nacional que clamava por renovação e modernização. Ironicamente, uma das artimanhas mais antigas da política brasileira. A busca pelo novo é o que temos de mais velho. O desejo de moralização é outro espasmo, esse mais seletivo, que normalmente serve de arma para a parcela mais rica da população. Essa estratégia serviu durante o Império, na Proclamação da República, serviu a

¹⁰² MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 76.

¹⁰³ De acordo com Martuscelli, a esquerda apresentou resistência frente à compra das empresas estatais pelo capital estrangeiro. A crítica deve-se ao caráter desnacionalizante da política de privatização. Mais adiante analisaremos a entrega das empresas estatais, associando ao ideal de empresa privada no neoliberalismo, com base nas proposições de Laval e Dardot.

¹⁰⁴ MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 68.

¹⁰⁵ MARTUSCELLI, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil...* p. 82.

Getúlio, contra ele, contra Jango, serviu a Jânio e serviu a favor e contra Collor.¹⁰⁶

Mary del Priore¹⁰⁷ induz a reflexão acerca da conquista democrática alcançada em 1988 e a contundente razão de a população eleger políticos marginalizados, em sua maioria. Discorrendo sobre a continuidade da desigualdade social, a falta de excelência nas políticas públicas e a crise moral decorrente nos governos, a autora pondera que a essência desse “familismo amoral” está intrinsicamente atrelada ao comportamento ético desajustado não só dos políticos, como também dos sujeitos que agem em desacordo com os hábitos de civilidade. Começando pelos roubos miúdos por meio de pequenas atitudes que se querem discretas, até a desmoralização da lei nos escândalos que envolvem corrupção. Sujeitos podem não roubar tanto quanto os políticos, mas a intenção de desobediência às regras de cidadania é equivalente.

Acompanhamos aqui o impacto que a crise econômica do fim dos anos 1980 ocasionou nas práticas de consumo e lazer, com a alta do custo de vida, de maneira que a inflação galopante gerou um desejo popular por candidatos percebidos como “novos”. Na visão de Mary del Priore, essa lógica da mercadoria e do consumismo da década inflacionária se refletiu na política: “Não funciona, troca”. E, quando voltamos os olhos para o tempo presente, o que mudou entre a esfera pública e a sociedade civil? Tudo indica o cultivo à alienação aos bens públicos, aos valores republicanos e aos interesses da democracia. A autora revela que “a gente brasileira não se reconhece no Estado que ela mesmo elege”¹⁰⁸.

De sorte, não buscamos examinar todos os aspectos relacionados à política econômica e social do governo Collor, apenas intencionamos apresentar algumas questões mais polêmicas e indicar as reações da sociedade no curso do ano vigente. Nesse cenário, discutimos a relação entre os objetivos político-econômicos do neoliberalismo e os objetivos de crescimento da IURD, instituição religiosa neopentecostal. Ao evidenciar a existência das propostas modernizadoras para o país substanciadas por Collor pretendemos perceber a correlação com a Teologia da Prosperidade, marca de sucesso econômico neopentecostal, que será apresentada no capítulo 3. Diante do exposto, foi observado o interesse dessa igreja no desenvolvimento da pauta neoliberal, diante do apoio ao governo Collor. Vimos que esse interesse teve grande influência nos fiéis, persuadindo-os, através do discurso religioso e

¹⁰⁶ GOMES, Rodrigo. 1989: a maior eleição da História. Porto Alegre: Lorigraf, 2014, p.6.

¹⁰⁷ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 440.

¹⁰⁸ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira...* p. 441.

político, a votarem no candidato à presidência, escolhido pela liderança da igreja: Fernando Collor. Por fim, observamos que o processo de transição democrático brasileiro esteve alinhado à pauta neoliberal presente nos países de cunho capitalista, mediante ao cenário de desmantelamento da URSS.

Dito isso, na próxima seção, discorreremos sobre os conceitos do viés neoliberal.

1.4 O “empreendedor de si mesmo” na conjuntura política, social e econômica brasileira

Nesta seção, elucidaremos a discussão sobre o neoliberalismo. As primeiras tentativas de sistematização das teses neoliberais foram elaboradas por três principais escolas de pensamento: (i) a escola austríaca, liderada por Friedrich August von Hayek; (ii) a escola de Chicago (EUA), que tinha como seus maiores expoentes, os pensadores Theodore William Schultz, Gari Becker e Milton Friedman, e (iii) a escola de Virgínia ou *Public Choice* (EUA), a mais recente das três, cujo mentor intelectual foi James McGill Buchanan Jr.¹⁰⁹.

Na assunção dos pensadores Milton Friedman e Friedrich A. Hayek, o neoliberalismo é uma teoria que satisfaz exigências políticas, econômicas e culturais¹¹⁰. Esse é um conceito que rende inúmeras provocações. Na percepção desses autores, a esfera política diz respeito à ideia de que a sociedade tende, de forma espontânea, para uma ordem natural, sem precisar da interferência do Estado. Quanto ao aspecto econômico, esse está pautado no crescimento constante, vinculado ao consumismo e aos mercados que se autorregulam. Já no âmbito cultural, pressupõe-se que qualquer necessidade da coletividade passa a ser satisfeita de forma mais eficiente por meio da iniciativa privada. Sendo assim, em relação ao ponto de vista histórico, é importante analisar as medidas utilizadas para enfraquecer o Estado nacional e eliminar as barreiras nacionais para expansão do capitalismo.

Diante disso, à luz da história das artes de governo, no que tange ao exercício da soberania política, conceito preconizado por Michel Foucault (1926 - 1984) na obra *Nascimento da Biopolítica*, apresentaremos o pensamento liberal presente na postura governamental de Collor, em consonância ao Consenso de Washington, com vistas ao ajuste das economias da América Latina, enfraquecidas pela crise do capitalismo.

¹⁰⁹ MORAES, Reginaldo de. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001. (Série Ponto Futuro, n. 6).

¹¹⁰ Conceito apresentado com base na obra da historiadora Claudia Wasserman, intitulada *A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*.

Com isso, pretendemos aqui definir a racionalidade política, que tanto molda a administração quanto governa a população para o mercado, disseminando a norma da concorrência e da forma-empresa por toda sociedade e constituindo os sujeitos como empreendedores de si mesmos. A análise aqui desenvolvida faz uso da lógica neoliberal, que se desenvolveu como resposta à crise da dívida externa e da hiperinflação, promovendo a abertura da economia nacional e a sua integração aos mercados comerciais e financeiros globais. Desse modo, é possível correlacionar o modelo teórico da empresa e do empreendedorismo neoliberal com a posição política de Foucault anteriormente mencionada, nos termos de privatização do governo Collor.

A conjuntura internacional dos regimes militares na América Latina esteve amparada pelo interesse norte-americano de combater o avanço comunista dentro e fora de seu país. No Brasil, esse interesse é atendido na Doutrina de Segurança Nacional, consolidada na Lei de Segurança Nacional, de 1969. O decurso de redemocratizações esteve ligado à grave crise econômica, enfrentada pela maioria dos países da América Latina nesse período. Essa situação está relacionada aos problemas derivados da dependência externa, intensificada, em geral, durante o regime militar, e do processo inflacionário, que assolou as economias latino-americanas a partir dos anos setenta.¹¹¹

Nesse contexto, a queda do Muro de Berlim, na semana do primeiro turno da eleição brasileira, simbolizando o fim da Guerra Fria, ou seja, a bipolaridade geopolítica do mundo, acarretou transformações políticas e econômicas no Brasil. O desmonte da União Soviética, com a substituição do modelo socialista pela economia de mercado, evidenciou a ineficiente economia estadista em decadência.

O fim da disputa estratégica entre o imaginário capitalista e o imaginário comunista era pressionado desde o discurso em Berlim, proferido dia 12 de junho 1987, pelo presidente norte-americano, Ronald Reagan (1911- 2004), ao então Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev (1931). Vejamos as palavras dele, disponíveis no canal Estadão Embed¹¹², no YouTube:

Existe um sinal de que os soviéticos podem fazer que não seria mal interpretado, seria avançar drasticamente na causa da liberdade e da paz. Secretário-Geral Gorbachev, se você almeja a paz, se você almeja a prosperidade para a União Soviética e o Leste Europeu, se você almeja liberalização: Venha para esse portão! Senhor Gorbachev, abra esse portão!

¹¹¹ MORAES, *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?...*

¹¹² ESTADÃO EMBED. Discurso do presidente americano, Ronald Reagan, em 1987 em Berlim. *YouTube*, 7 nov. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4xS2harPG_4. Acesso em: 18 jun. 2022.

Senhor Gorbatchev, derrube esse muro! Eu entendo o medo da guerra e a dor da divisão que afetam esse continente. E eu prometo a você que meu país fará esforços para superar estas questões. Sem dúvida, nós no Ocidente devemos resistir à expansão soviética. Então, devemos manter nossas defesas contra forças indiscutíveis. Ainda assim, nós almejamos a paz, então devemos nos esforçar para reduzir os braços armados dos dois lados¹¹³.

A causa da liberdade é tema crucial da política norte-americana. No quesito econômico, essa causa requer o livre comércio entre os países, com base na ideia de que a livre concorrência naturalmente será um estímulo à autorregulação dos mercados. Internacionalmente, Ronald Reagan era aliado da primeira-ministra Margaret Thatcher (1925 - 2013), do Reino Unido, que também aplicava o neoliberalismo em seu país¹¹⁴. “A economia é um método, o objetivo é transformar o coração e a alma”. Essa famosa frase de Margaret Thatcher exprime como o meio pode gerar o indivíduo empresarial, empreendedor de si mesmo, movido pela lógica da concorrência, provocando a mente e o espírito (a essência) do ser humano¹¹⁵. Com efeito, a partir da derrocada do socialismo, a economia desmaterializada da informação e do conhecimento podia crescer sem obstáculos aparentes.

A gênese do liberalismo¹¹⁶ clássico remete à crise do Antigo Regime. A transição do Estado Absolutista para o Estado Liberal burguês foi uma das primeiras mudanças provocadas pelo capitalismo. O *Ancien Régime*¹¹⁷ termina quando a teoria política eleva a propriedade

¹¹³ ESTADÃO EMBED, *Discurso do presidente americano, Ronald Reagan, em 1987 em Berlim...*

¹¹⁴ MORAES, *Neoliberalismo...*

¹¹⁵ AGÊNCIA IPPUR. O neoliberalismo segundo Foucault: pistas para análise. *YouTube*, 04 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hQhhne1ewPI>. Acesso em: 30 jun. 2022.

¹¹⁶ A Sociologia define liberalismo como um complexo de teorias e práticas construído no processo histórico de laicização e de especialização do poder político. Enquanto a laicização significa a separação do Estado e da religião, a especialização do poder político implica a divisão e independência dos poderes que constituem o Estado, ou seja, o Legislativo, Judiciário e Executivo, limitando o poder do soberano, retirando de suas mãos as funções de governar, criar leis e executar justiça ao mesmo tempo. O contexto em que esse complexo emergiu foi o do Absolutismo da Europa Moderna, sendo os primeiros liberais os opositores desse regime. Logo de início, segundo Raymond Boudon e François Bourricaud, os liberais reivindicavam direitos diante das pretensões de todas as Igrejas estabelecidas. Ou seja, reivindicavam que o Estado se abstinhasse de se colocar a serviço de qualquer ortodoxia e seguisse uma tradição leiga no tocante às relações com a Igreja. Além desse anticlericalismo, ou laicismo, o antiabsolutismo também constituiu uma tradição bastante forte do liberalismo. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p 258.

¹¹⁷ A definição do *Ancien régime* data das Constituintes de 1789 e de 1791. — Os constituintes de 1789 e de 1791 que procederam à obra jurídica de demolição do velho regime e à constituição do novo são os contemporâneos e os protagonistas desta história. Ferdinand Brunot, no tomo IX da sua *Histoire de la langue française*, pondo a si mesmo o problema do aparecimento do termo que tivera tão enorme expansão, escrevera: "Um regime era uma ordem, uma regra, até uma regra de salvação, um modo de administração... Que o nome se aplicasse ao sistema secular do Governo da França, nada mais natural. A coragem estava em aplicar-lhe o epíteto de *ancien*. Era uma tentativa. É ainda Tocqueville quem nos dá a resposta: "A Revolução Francesa não teve apenas o propósito de mudar um Governo 'ancien', mas o de abolir a forma 'ancienne' da sociedade". O *Ancien régime*, portanto, era uma forma do Estado, mas era também uma forma da sociedade, uma sociedade com os seus poderes, as suas tradições, os seus usos, os seus costumes, as suas mentalidades e

privada enquanto direito natural e desintegra a imagem do rei/soberano como senhor dos bens. Nesse sentido, o Parlamento torna-se responsável pelo controle dos tributos, cuja demanda da instituição transfere poder político ao indivíduo; poder oriundo de um contrato social voluntário em defesa da liberdade, da vida e da propriedade.

Nessa conjuntura, Adam Smith (1723 - 1790), economista britânico nascido na Escócia, formulou contribuições ao chamado liberalismo¹¹⁸ clássico. A construção de conceitos e critérios desse autor refere-se ao seu juízo sobre a sociedade do seu tempo: sociedade moderna, ainda dominada pela presença de resquícios feudais e com uma forte intervenção estatal, que normatizava o comércio e a produção. O autor defende conceitos novos sobre o direito à propriedade privada dos meios de produção, à concorrência e a como a liberdade do indivíduo deveria ser considerada. Assim, pondera que a sociedade só funciona pela vontade própria de cada indivíduo, e não pela força de um bem maior, nesse caso, o Estado. Nesse contexto, a Reforma Protestante foi um dos acontecimentos que influenciaram a elaboração da ideia de um Estado Liberal, devido a abordagem do tema da secularização¹¹⁹, que contribuiu para legitimar o pensamento e a prática da burguesia. Adam Smith explica em sua obra, *A Riqueza das Nações*, como as pessoas e os países podem evoluir materialmente. Assim, avaliou que a intervenção do Estado reduzia a capacidade do próprio Estado de criar riquezas. Sobre isso ele disse:

Além disso, a mesma quantidade de dinheiro não pode permanecer por muito tempo em um país no qual diminuiu o valor da produção anual. A única utilidade do dinheiro é fazer circular bens de consumo. Ora, é através do dinheiro que os mantimentos, materiais e o produto acabado são comprados e vendidos, bem como distribuídos a seus próprios consumidores. Consequentemente, a quantidade de dinheiro que se pode anualmente empregar em um país deve ser determinada pelo valor dos bens de consumo que anualmente o dinheiro faz circular nele. Esses bens de consumo devem consistir necessariamente na produção direta da terra e do trabalho do

as suas instituições. O *Ancien régime*, na verdade, não era senão o resultado de um conjunto de elementos, geralmente seculares e até milenares, do qual jamais algum foi suprimido. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 29-30.

¹¹⁸ O liberalismo, que surgiu no século XVIII a partir do Iluminismo, teve seu auge no século XIX e pode ser dividido em liberalismo econômico e liberalismo político. Vigorou principalmente na Europa ocidental e na América Latina até o período do entre guerras, quando sofreu severa crise com os regimes fascistas, ressurgindo no último quartel do século XX, revitalizado na teoria político-econômica do neoliberalismo. A base social do pensamento liberal era a burguesia, que, ascendendo economicamente durante a Idade Moderna, almejava tomar o poder político. Economicamente, o liberalismo é uma teoria capitalista, que defende a livre-iniciativa e a ausência de interferências do Estado no mercado. O liberalismo político, por sua vez, emergiu como uma nova forma de organizar o poder, contrária ao Absolutismo. SILVA; SILVA, *Dicionário de Conceitos Históricos...* p. 258.

¹¹⁹ Esse conceito será aprofundado no próximo capítulo.

próprio país ou em algo que tivesse sido comprado com uma parte dessa produção. Seu valor, portanto, deve diminuir na medida em que diminui o valor dessa produção e, com ele, também a quantidade de dinheiro que pode ser empregada em fazê-la circular. Entretanto, o dinheiro que, em virtude dessa redução anual da produção, é cada ano retirado da circulação interna do país, não poderá permanecer ocioso. O interesse dos proprietários desse dinheiro exige que ele seja aplicado. Mas, não havendo qualquer aplicação no país, ele será enviado ao exterior, a despeito de todas as leis e proibições, para a compra de bens de consumo que possam ser de alguma utilidade no país. Dessa forma, a exportação anual desse dinheiro continuará por algum tempo a acrescentar alguma coisa ao consumo anual do país, além do valor de sua própria produção anual. O que se conseguira economizar nos dias de prosperidade dessa produção anual e que fora empregado em comprar ouro e prata, contribuirá por algum tempo — pouco, aliás — para sustentar seu consumo em épocas adversas. Nesse caso, a exportação de ouro e prata não é a causa, mas o efeito do declínio do país, e pode até, por pouco tempo, aliviar a calamidade desse declínio.¹²⁰

Desse modo, o liberalismo surgiu na contramão do Mercantilismo e de suas práticas intervencionistas na economia, em termos de política econômica¹²¹. Se até esse momento, acreditava-se que a riqueza e o bem-estar provinham do acúmulo de recursos naturais, a partir de Smith, desenvolve-se a compreensão de que ela resulta da produtividade do trabalho humano. A centralidade da geração de riqueza já não seria a natureza e sua exploração, mas, sim, a inteligência humana e seu desenvolvimento. Em suma, Smith define que nações desprovidas de riquezas naturais poderiam ser desenvolvidas, enquanto nações extremamente ricas nesses recursos poderiam continuar pobres¹²². Respalado nessa explicação de um estado de natureza, Smith viabilizou a concepção de valor na economia política. O princípio básico de sua teoria apreciava a concepção de que o Estado deveria confiar a autorregulação do mercado por suas próprias leis. Para ele, o mercado encontraria por si mesmo os níveis naturais de preços, salários, lucros e de produção. O autor assevera que ao Estado cabe: garantir a segurança da sociedade contra ameaças externas, proteger o cidadão da injustiça e opressão gerada por outro cidadão e administrar as atividades de interesse público que não seriam de interesse da iniciativa privada fazê-lo. O Estado liberal considerava como cidadãos apenas os homens livres e independentes, isto é, os que possuíam interesses no mercado e nele atuavam como proprietários para efetivar esses interesses. A isso correspondia dizer que os homens dependentes e não livres eram os que não possuíam propriedade privada. Portanto,

¹²⁰ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Madras, 2009, p. 336.

¹²¹ MORAES, *Neoliberalismo...*

¹²² LEITE JR, Alcides Domingues. *O que é liberalismo?* São Paulo: Lafonte, 2020.

estavam excluídos do poder político tanto os trabalhadores quanto as mulheres, que significavam a maioria da população¹²³.

O liberalismo econômico e os seus princípios clássicos de total liberdade para os negócios capitalistas, sem intervenção estatal, (i.e. *laissez-faire* e *laissez-passer*: “deixa o mercado fazer” e “deixai passar”, respectivamente) incentivaram o caráter dominador da burguesia expansionista dos séculos XVIII e XIX. Sobre isso, Nildo Avelino¹²⁴ esclarece que “nasce a imagem do indivíduo liberal: um sujeito portador de interesses econômicos que se comporta de maneira consciente e refletida, tendo sempre em vista a maior probabilidade de ganhos; um sujeito que calcula sua ação para obter o maior ganho possível”¹²⁵. Então, atentando-se aos movimentos de “deixar ir e vir” e “de fazer e agir”, a centralidade do pensamento liberal volta-se ao indivíduo enquanto homem econômico e livre para perseguir seus interesses: calculador, egoísta, maximizador de suas preferências, o homem econômico é o principal personagem das teorias econômicas clássicas¹²⁶. Mais que incitar essa liberdade, é necessário prezar pelo incentivo do “‘interesse pelo interesse’, é preciso tornar o indivíduo interessado, estimular a se interessarem; resumindo, é preciso banir o desinteresse”¹²⁷.

Sobre a função que os liberais atribuem a si, o economista Ludwig von Mises (1881-1973), em seu livro *Liberalismo segundo a tradição clássica*, elaborado em 1927, diz:

O liberalismo é uma doutrina inteiramente voltada para a conduta dos homens neste mundo. Em última análise, a nada visa senão ao progresso do bem-estar material exterior do homem e não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas. Não promete felicidade e contentamento aos homens, mas, tão somente, a maior satisfação possível de todos os desejos suscitados pelas coisas e pelo mundo exterior”.¹²⁸

O liberalismo integra-se à doutrina capitalista até as primeiras décadas do século XX, de maneira que se torna mediação obrigatória para o desenvolvimento do capital e da sociedade. A configuração do Estado Liberal demonstra sinais de deterioração no contexto da Primeira Guerra Mundial, situação em que a humanidade esteve submetida à exploração e às precárias condições de vida, tendo em vista que o modelo de Estado operante foi incapaz de

¹²³ LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

¹²⁴ AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/52276730/Foucault_e_a_racionalidade_neo_liberal. Acesso em: 17 jun. 2022.

¹²⁵ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 254.

¹²⁶ MORAES, *Neoliberalismo...* p. 87

¹²⁷ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 267.

¹²⁸ VON MISES, Ludwig. *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. Tradução Haydn Coutinho Pimenta. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 6.

assegurar a todos uma existência digna. Com o advento da quebra da Bolsa de Valores, em 1929, ocasionando grave crise capitalista nos anos posteriores, intelectuais se reuniram com o objetivo de renovar a abordagem do liberalismo. Nesse contexto, estudiosos de diversas áreas de conhecimento apresentam análises sobre o mundo contemporâneo, apontando o caráter neoliberal da sociedade.¹²⁹

O neoliberalismo recobre a uma variação de práticas, de políticas e de propostas intelectuais. Segundo Daniel Andrade¹³⁰, o termo emerge, entre os seus partidários, no Colóquio Walter Lippmann (1938) e é retomado na primeira reunião da Sociedade de *Mont Pèlerin* (1947), na qual formula-se mais um campo de debate do que propriamente um consenso. Diante de um certo descrédito da ideia de *laissez-faire*, esses intelectuais discorrem sobre dois aspectos: o de que uma organização de livre concorrência seria a melhor forma de garantir as liberdades individuais, muitas vezes igualando a ideia de liberdade individual com a ideia de liberdade econômica; e, embora depositassem confiança na livre concorrência, precisavam lidar com o fracasso do *laissez-faire* do século XIX.

Andrade¹³¹ explica que Jamie Peck, pesquisador em economia, aponta que esses autores eram entusiastas da competição do livre de mercado, eram adversários das formas estatais da planificação econômica (i.e. socialista, keynesiano¹³² ou desenvolvimentista), mas admitiam, sobretudo, a rediscussão do papel do Estado. Logo, o que havia era um campo de debate de alguns autores e escolas, como a Escola de Chicago, os representantes ordoliberais¹³³ de Freiburg, a Escola Austríaca, dentre outros, mas não um consenso a respeito da definição das incumbências legítimas do Estado, bem como as diretrizes de política econômica.

Moraes¹³⁴ sintetiza que, a partir de 1970, com a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, a atuação das reformas produzidas pelos chamados *Chicago Boys* – grupo de

¹²⁹ ANDRADE, Daniel Pereira. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019.

¹³⁰ ANDRADE, *O que é neoliberalismo?...*

¹³¹ ANDRADE, *O que é neoliberalismo?...*

¹³² Keynes foi economista inglês responsável pela teoria que leva seu nome. Na sua principal obra, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, mostrava a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista, o princípio da mão invisível que regularia o mercado. Para que a economia encontrasse um nível de equilíbrio sem alta taxa de desemprego, o governo deveria intervir com uma política própria de investimentos e incentivos que sustentassem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também crescessem. SANDRONI, Paulo (org.). *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994, p. 184.

¹³³ Ou neoliberais alemães.

¹³⁴ MORAES, *Neoliberalismo...*

economistas chilenos que, apoiados nos estudos realizados na Universidade de Chicago, aplicaram as instruções liberalizantes no governo do general – difundiu o uso do termo *neoliberalismo*, passando a designar a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo, antes mesmo de as medidas serem adotadas por Margaret Thatcher, no Reino Unido.

Como lembra Andrade¹³⁵, por volta dos anos 80, o termo começou a ser abandonado pelos economistas, diante das transformações do paradigma econômico dominante. No entanto, cientistas sociais aderiram à formulação do conceito, num viés crítico, estendendo a sua compreensão não apenas sob o prisma das políticas econômicas, mas a uma série de fenômenos decorrentes de pré-condições sociais de implementação dessa discussão. Assim, a generalização do conceito provocou sua imprecisão.

Desse modo, há diversas questões sobre o tema: Trata-se de um projeto? É um programa de governo? Relaciona-se a uma ideologia? Constitui-se num pensamento político e econômico ou numa prática social-econômica? Na esteira dessas indagações, o conceito delineia um novo arcabouço teórico, sob a lógica cultural, em função de uma subjetividade ou modelo de gestão neoliberal. Com isso, busca-se perceber em qual momento essas ideias, representações e práticas, que caracterizam o neoliberalismo, começaram a moldar a conduta cotidiana, a adaptar relações sociais e a acomodar instituições, tendo em vista a representação social feita através da cosmovisão dos indivíduos.

Andrade¹³⁶ afirma, ainda, que, na busca por atribuir definições mais precisas em sua vertente crítica, o conceito de neoliberalismo foi retomado pela Sociologia no decorrer do final do século XX. A reabilitação do conceito, no Brasil, pelas Ciências Sociais, é importante devido ao saber estratégico que expressa. É relevante o fato do potencial expresso na quebra do isolamento acadêmico, pois, desse modo, o tema perpassa por diferentes disciplinas, como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Geografia, História e Filosofia; e dialoga com os embates sociais, sendo um termo utilizado por movimentos e atores políticos para identificar os seus alvos. Para além de um modelo de política econômica, o termo *neoliberalismo* passou a designar uma ampla série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e espaciais, e, por fim, a própria época, convertendo-se no termo pelo qual a sociedade contemporânea se apresenta a si mesma.

¹³⁵ ANDRADE, *O que é neoliberalismo?*...

¹³⁶ ANDRADE, *O que é neoliberalismo?*...

A publicação, em 2004, de um curso póstumo recomendado por Michel Foucault (1926 - 1984), intitulado *Nascimento da Biopolítica*¹³⁷, torna-se uma das instigações possíveis de redefinição rigorosa do conceito. Importa considerar que, antes de abordar o neoliberalismo, em 1979, Foucault procurou formular o conceito de *biopoder*. Na obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, publicada em 1976, ele discorre sobre o biopoder, sob o viés de controle das massas. O surgimento de uma nova forma de controle dos corpos, agora, coletivamente, não implica em substituição dos demais poderes. O biopoder trata-se, portanto, de uma forma de exercício de poder sobre a vida que se configura em um

[...] conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder.¹³⁸

Nildo Avelino¹³⁹ assevera que, quando Foucault se propõe a estudar a genealogia do poder, ele revela as contingências, os acidentes e as fragilidades que existem na história do Estado. Com isso, o Estado perde seu caráter sagrado e muito da importância que lhe era atribuída. É importante notar que de liberais a marxistas, o Estado era o centro em torno do qual girava a teoria política, como se ele pudesse perceber a essência da política. Christian Laval observa que “Foucault demole a concepção do poder segundo a qual a ‘vida é reprimida pelo Estado’, não para melhor aderir a um novo tipo de liberalismo, mas para fazer valer a ideia de que o poder tem outras ferramentas, além da repressão, para dirigir a marcha dos indivíduos¹⁴⁰”.

Nesse contexto, Avelino diz, ainda, que, conforme Reagan prevê “a marcha de Deus sobre a Terra”, Foucault se debruça no termo cunhado por si próprio: a análise da governamentalidade, ou seja, “o governo dos homens por seus interesses¹⁴¹”. Com esse conceito, Foucault se dispõe a mostrar que o Estado é apenas o efeito terminal, o ponto culminante de uma correlação de poderes governamentais e que, embora o Estado busque os

¹³⁷ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-79)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹³⁸ FOUCAULT, *Nascimento da Biopolítica...* p. 8.

¹³⁹ AVELINO, *Governamentalidade e anarquologia em Michel Foucault...*

¹⁴⁰ LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.

¹⁴¹ LAVAL, *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal...*

direcionar/manipular, em todo caso, esses poderes são anteriores e irredutíveis ao Estado. Nas palavras dele:

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência, desse tipo de poder que podemos chamar de governo sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes.¹⁴²

Para o especialista em estudos foucaultianos¹⁴³, a governamentalidade pode ser traduzida na forma como o governo pensa e como faz pensar. De acordo com essa observação, não seria o Estado que teria “colonizado” a sociedade, mas esses poderes governamentais que colonizaram o Estado, tornando-o na função que desempenha na contemporaneidade. Refletir sobre o Estado, a partir desses poderes da governamentalidade, é pensar em refutar as teorias da soberania que vão coroá-lo como sendo o lugar privilegiado da dominação política. Seguindo a lógica dessas assunções, bastaria transformar o Estado, para que também fosse transformada a dominação. Foucault propõe uma ideia de Estado tangida em uma forma de fobia tanto quanto em uma estratégia de conquista. Por conseguinte, a governamentalidade desmistifica e desnaturaliza a ideia de Estado. Ela ajusta o foco da análise para as práticas de governo, propondo uma nova lógica nas teorias de poder.

Desse modo, na interpretação de Avelino¹⁴⁴, Foucault ressalta que a anarqueologia consiste numa atitude de não aceitação de poder, como critério de análise do poder. Foucault aponta que, para ser possível pensar no poder, é preciso antes recusar a verdade do poder. Esse movimento de recusa é o que faz o poder parecer inevitável. Logo, para Foucault, são as verdades do poder que, assumindo a forma da subjetividade dos indivíduos, tornam o poder vigoroso. Frisa-se que na verdade do poder que reside a força do poder, de modo que, ao se pensar contra o poder, sem antes recusar a sua verdade, arrisca-se sempre a pensar com o poder. Desse modo, a questão colocada por Foucault é a seguinte: “como, em algumas épocas, se impõem modos de governar os homens, de ‘regular a população’, de ‘conduzir as condutas

¹⁴² FOUCAULT, *Nascimento da Biopolítica...* p. 143.

¹⁴³ AVELINO, *Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault...*

¹⁴⁴ AVELINO, *Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault...*

dos indivíduos’? E como o Estado, em suas mutações, é o efeito desses modos, mais que sua causa e sua origem?¹⁴⁵”

A anarqueologia – atitude de não aceitação de poder – ganha relevância quando aproximada da conferência *O que é a crítica?*, em 1978, ocasião em que Foucault define a crítica no âmbito de uma decisão ética de “como não ser excessivamente governado¹⁴⁶”. Avelino segue explicando que, vista enquanto arte, a crítica e o governo, nos termos de Foucault, são indissociáveis. Mais especificamente: o governo é amparado pela crítica, assim como o poder é pela resistência. Não obstante, Foucault alerta “onde há poder, há resistência”. Posto isto, pode-se afirmar que não há governo sem crítica.

Nesse sentido, ao longo de seus trabalhos, o filósofo afirma que a crítica se coloca como parceira e adversária, simultaneamente, do governo, pois recusa o governo, buscando limitá-lo, escapar dele, ou simplesmente transformá-lo. Assim o autor estabelece a reflexão: “como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível?”¹⁴⁷. Com base nisso, Foucault aponta que se o governo é essa prática social que busca assujeitar os indivíduos por meio de poderes que vão controlar esses indivíduos na sua própria subjetividade, então, “a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se arroga o direito de interrogar a verdade sobre os seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade¹⁴⁸”. Sobre esse ponto, ele declara que a crítica é a “arte da inservidão voluntária¹⁴⁹” ou ainda, da “indocilidade refletida”¹⁵⁰. A referência indireta a La Boétie e ao seu célebre “Discurso da servidão voluntária¹⁵¹” talvez possa nos oferecer uma primeira pista interpretativa sobre o defendido por Foucault¹⁵². Avelino descreve esse pensamento da seguinte maneira:

¹⁴⁵ LAVAL, *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal...*

¹⁴⁶ AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal... p. 235.

¹⁴⁷ FOUCAULT, *Nascimento da Biopolítica...* p.118.

¹⁴⁸ FOUCAULT, Michel. Qu’est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 84, n. 2, p. 35-63, 1990, p. 39.

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? Crítica e *Aufklärung*. Tradução G. Borges. 1978. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

¹⁵⁰ FOUCAULT, *O que é a crítica?...*

¹⁵¹ LA BOÉTIE, Étienne. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. 3. ed. bilíngue. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁵² Para maiores elucidações sobre essa distinção, vide as páginas 72 a 77 da tese “Crítica e poder: Michel Foucault e nas encruzilhadas do esclarecimento”. SILVA, Anderson Aparecido Lima da. *Crítica e poder: Michel Foucault nas encruzilhadas do Esclarecimento*. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Durante uma conferência de 1978, pronunciada na Sociedade Francesa de Filosofia, Foucault destacava precisamente esse caráter anárquico entre as modalidades históricas possíveis da crítica. Na crítica, o sujeito afirma seu direito de interrogar a verdade, com seus efeitos de poder, e o poder, com seus discursos de verdade. Nesse sentido, a crítica pode ser tomada como “a arte da não servidão voluntária e da indocilidade refletida”, assumindo como “tarefa a não sujeição no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade” (Foucault, 1990, p. 39)¹⁵³.

Esse discurso se aproxima do esboço da anarqueologia feito, em 1980, por Foucault, pois, nesse momento, a posição do sujeito também foi revertida de um ato voluntário para um ato involuntário. Ou seja, do ato da aceitação de poder para o ato da não aceitação de poder. Semelhantemente, em 1978, na definição da crítica, o sujeito também foi invertido da posição de servidão para uma de “inservidão”, de uma docilidade para uma indocilidade. A compreensão dessas atitudes é perceptível, pois estão diante da mesma posição ética não epistemológica contra o poder¹⁵⁴. Mas algo que diferencia essas duas atitudes serve para introdução do neoliberalismo. Vejamos nas palavras de Foucault:

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição, ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do “poder-saber”¹⁵⁵.

Dessa forma, Avelino¹⁵⁶ relata que não se pode pensar em um saber desinteressado ou em um poder que não seja racional. Há que se reconhecer que poder e saber são indissociáveis, uma vez que a escolha daquilo que se deve conhecer, o papel do sujeito que conhece e o conhecimento reconhecido como válido são frutos das táticas de poder, assim como o conhecimento produzido por esses saberes, que acabam por ter efeitos de poder.

A partir de 1980, Michel Foucault introduz uma nova problematização nos estudos sobre as relações de poder pela qual renovou consideravelmente seu “método” de análise: trata-se da anarqueologia dos saberes, que consiste no deslocamento que levou do eixo de análise “poder-saber” para o “governo dos homens pela manifestação da verdade sob a forma da subjetividade”.¹⁵⁷

¹⁵³ AVELINO, *Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault...* p. 12.

¹⁵⁴ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 246.

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Tradução, transcrição, notas e apresentação Nildo Avelino. São Paulo/Rio de Janeiro: CCS/Achiamé, 2010, p. 30.

¹⁵⁶ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...*

¹⁵⁷ FOUCAULT, *Do Governo dos Vivos...* p. 64.

Nesse texto, Avelino¹⁵⁸ nota que a crítica está relacionada com o nexos entre poder e saber, enquanto a anarqueologia está associada ao vínculo entre governo e subjetividade. Portanto, no intervalo entre 1978 e 1980, existe um deslocamento do eixo poder-saber para o eixo governo-subjetividade. Nesse cenário, em 1979, ocorre a análise do neoliberalismo. Nesse exame, Foucault entende o sujeito neoliberal como um ser eminentemente governável. Em outras palavras, um sujeito cujo comportamento se encontra na exata contramão do tipo de conduta descrita na crítica e na anarqueologia. Na abordagem da anarqueologia, Foucault constitui uma atitude ética da não aceitação de poder para enfrentar o neoliberalismo – um poder que vai governar os indivíduos pela verdade sobre a forma de subjetividade. Dito isso, a anarqueologia será apresentada como uma forma específica de resistência contra o neoliberalismo.

Cabe destacar que, para Michel Foucault, o neoliberalismo não se trata de um retorno às teorias liberais clássicas, mas procede de uma forma de governar que detém suas próprias características. Neste âmbito, as técnicas governamentais devem definir uma moldura na qual os agentes econômicos possam decidir com liberdade. Os neoliberais rompem, então, com a tradição do liberalismo. Nessa visão, a concorrência já não é mais estabelecida como algo natural, mas como possível de ser construída, calculada, produzida por uma governamentalidade ativa. Foucault não se dispõe a realizar um estudo histórico completo do objeto do liberalismo. Ele se debruça a entender em que consiste essa arte liberal de governar. Para ele, ao contrário de despolitizar a sociedade, o liberalismo econômico e o neoliberalismo constituem, por si mesmo, uma forma de politização. Laval¹⁵⁹ salienta que “toda questão da arte liberal de governar consiste em articular um sistema de poder, que permanece dominado pela forma da soberania estatal, e um sistema de interdependência e interação entre interesses individuais, dotado de arte e ciência próprias”. De acordo com Foucault, essa articulação de elementos heterogêneos gerou um novo plano de referência, um horizonte epistemológico, tanto prático quanto original: a “sociedade civil”, domínio próprio da governamentalidade liberal. Foucault enfatiza que “a sociedade civil é, creio, um conceito de tecnologia governamental, ou, antes, é o correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deve indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca”¹⁶⁰. Portanto, entende-se que não há economia capitalista sem governo de uma

¹⁵⁸ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 247.

¹⁵⁹ LAVAL, *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal...*

¹⁶⁰ FOUCAULT, *Nascimento da Biopolítica...* p. 402.

sociedade. Longe de considerar o neoliberalismo uma teoria econômica, ele o examina enquanto uma arte de governar os indivíduos, amparando-se numa racionalidade política que se consolidou no imediato pós-segunda guerra mundial.¹⁶¹

De acordo com Avelino¹⁶², a intenção de Foucault em formular o conceito estava em investigar as técnicas por meio das quais o poder efetivamente se exerce. Essas técnicas são variadas, a saber: as prisões, os hospitais, a estatística, a demografia, dentre outras¹⁶³. Contudo, a partir da entrada do tema do liberalismo e do neoliberalismo, Foucault mostra-se interessado em investigar o poder, não mais em sua dimensão técnica, mas sob a vertente racional. Este movimento permite perceber os tipos de racionalidade governamental utilizados para conduzir o comportamento dos indivíduos. No entanto, o local dessa percepção não são as instituições, ou o Estado, ou, até mesmo, a sociedade, mas a própria subjetividade dos indivíduos. O autor denomina a arte de governar e a racionalidade política de “instância reflexiva das práticas de governo”. Por meio desse amparo, entende-se como o poder do neoliberalismo produz seus efeitos na subjetividade dos indivíduos. Ao invés de se atentar em como o poder normatiza e reprime, a intenção do filósofo está em investigar as maneiras pelas quais os indivíduos aceitam as formas de exercício de poder e fazem de si mesmo o suporte das políticas de poder.

Diante disso, o pesquisador sintetiza que, diante da preocupação em entender como os indivíduos constituíram a si mesmos como súditos do Estado, Foucault busca assimilar, ao julgar ser melhor que aplicar a perspectiva de denúncia sobre a dominação política ou a exploração econômica que supostamente são impostas aos indivíduos, a configuração do liberalismo e do neoliberalismo em termos de racionalidade. Nisso, precisamente, procura revelar como os princípios – positivos e valorativos – organizam a percepção dos sujeitos, em razão de traçar como os princípios do neoliberalismo atuam na cosmovisão do indivíduo e no modo de ser no mundo.

O estudioso considera, ainda, que Foucault tenha atribuído ao liberalismo e ao neoliberalismo o mesmo tratamento fornecido à sexualidade¹⁶⁴. Isto é, todas essas demandas constituem acontecimentos discursivos que só ganham existência efetiva a partir dos sujeitos, das práticas. Isso significa que, se tudo for indissociável ao que o homem é, ao que ele faz e à forma como pensa, então, o sentido do seu estudo constitui a tarefa mais importante a ser

¹⁶¹ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 247.

¹⁶² AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 247.

¹⁶³ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 248.

¹⁶⁴ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 246.

realizada: trazer liberdade dos controles que aprisionam os indivíduos, percebendo como a estrutura desses discursos afetam a subjetividade humana. Mais do que denunciar a maldade oculta do neoliberalismo, ou elogiar a suavidade política proposta, é delinear sob quais condições possíveis permite-se que as verdades do neoliberalismo determinem a subjetividade dos sujeitos.

Os estudos de Foucault são cruciais para fomentar saberes sobre a necessidade da racionalidade governamental do neoliberalismo e sobre a dimensão ontológica do neoliberalismo. Por assim dizer, quando o neoliberalismo reduz todo pensamento ao cálculo econômico, neste momento, a razão ganha um valor unicamente operacional. A essa atitude Foucault denominará “ontologia crítica de nós mesmos”:

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *éthos*, uma vida filosófica onde a crítica daquilo que nós somos é ao mesmo tempo análise histórica dos limites que nos são postos e desafio de seu ultrapassamento possível.¹⁶⁵

Foucault entendia por “racionalidades”, os conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos. As racionalidades provocam uma série de efeitos sobre o real, elas “são fragmentos de realidade que induzem efeitos de real tão específicos como aqueles da separação do verdadeiro e do falso na maneira pela qual os homens se ‘dirigem’, se ‘governam’, se ‘conduzem’ a si mesmos e aos outros”.¹⁶⁶

Quando Foucault analisa essa racionalidade governamental do neoliberalismo, chega à conclusão de que os sujeitos do neoliberalismo são eminentemente governáveis, visto que eles são simplesmente incapazes de querer porque são esvaziados de vontade. Eles possuem interesses que operam na ordem da pura racionalidade do cálculo econômico. As ações desses sujeitos não resultam de uma decisão voluntária, mas de um cálculo que foi realizado a partir de uma realidade previamente estruturada pelo ambiente de mercado. Ao ser inserido nessa realidade, a reação desses sujeitos é de um comportamento de aceitação, ajuste e conformidade. Desse modo, o sujeito neoliberal aceita tudo por ser incapaz de querer fora

¹⁶⁵ FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 351.

¹⁶⁶ AVELINO, *Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault...* p. 139-157.

dessa realidade, e essa fácil aceitação o torna eminentemente governável. Para Foucault, esse sujeito tem a condição ontológica do triunfo do neoliberalismo.

O estudo do filósofo sobre a formação do neoliberalismo mostra, então, como o poder atua capilarmente, constituindo os sujeitos. Desse modo, o neoliberalismo diz respeito a (i) uma racionalidade (pautada na noção de indivíduo e de competição), (ii) a uma razão que produz sujeitos e (iii) a uma lógica que pretende se expandir para além da economia e alcançar todas as esferas da vida social.

Andrade¹⁶⁷ ressalta que o francês analisou o neoliberalismo a partir de duas artes de governo históricas: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. Foucault começa com o ordoliberalismo alemão, “esse neoliberalismo de que somos contemporâneos e no qual estamos de fato implicados¹⁶⁸”. Nessa matriz explicativa, o neoliberalismo se aproxima de uma “governamentalidade ativa”, de um governo sociológico que consiste em “governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”, em “acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado”. Sobre isso, Foucault pondera: “A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais”¹⁶⁹. Nos dois casos, o neoliberalismo não se configura como um princípio limitador, mas como fundador do Estado.

Desse modo, o ordoliberalismo vai afirmar que todo indivíduo age segundo os preceitos da economia. Trata-se, então, de governar a sociedade em nome da economia, “construindo institucional e legalmente os frágeis mecanismos concorrenciais do mercado, de modo a evitar a concentração econômica, a favorecer as empresas médias, a multiplicar o acesso à propriedade, a erigir as coberturas sociais do risco e a regulamentar o meio ambiente¹⁷⁰”. Christian Laval¹⁷¹ explica que a racionalidade não reside mais na revelação, pela troca, da verdade dos preços das mercadorias, isto é, de seu valor autêntico; ela visa alcançar o melhor preço possível para o consumidor, considerado como o verdadeiro beneficiário do sistema concorrencial. Foucault esclarece: “A concorrência é, portanto, um objetivo histórico da arte governamental, não é um dado natural a respeitar”¹⁷². Assim, a partir do Estado, há a formatação de uma estrutura modelo-empresa para toda a sociedade.

¹⁶⁷ ANDRADE, *O que é neoliberalismo?*...

¹⁶⁸ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal*... p. 139.

¹⁶⁹ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal*... p.165.

¹⁷⁰ ANDRADE, *O que é neoliberalismo?*... p. 219.

¹⁷¹ LAVAL, *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*...

¹⁷² FOUCAULT, *Nascimento da Biopolítica*... p. 164.

Em consideração ao neoliberalismo americano,

procura-se estender a grade de inteligibilidade econômica para todas as dimensões sociais, generalizando a noção de capital humano como princípio decifrador dos comportamentos e das relações. O indivíduo torna-se governável por meio de seu cálculo econômico interno e pela definição das regras ambientais do jogo, ao mesmo tempo em que o próprio Estado se submete a um tribunal econômico permanente, que julga as ações públicas segundo critérios de rentabilidade.¹⁷³

Por meio dessa reflexão, Pierre Dardot e Christian Laval corroboram que a razão neoliberal

não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ela também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo o que está em jogo é a forma da nossa existência, isto é, a forma pela qual somos pressionados a nos comportar e de nos reportar aos outros e a nós mesmos¹⁷⁴.

Nessa perspectiva, os autores acrescentam que o neoliberalismo não se caracteriza por um Estado mínimo, como afirma o discurso ideológico, mas por um Estado empreendedor. “Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”¹⁷⁵.

A normativa neoliberal intervém na relação dos indivíduos consigo mesmos. O Estado, ao difundir a lógica da concorrência, conduz indiretamente os indivíduos a se conduzirem como empreendedores de si mesmos. O modelo de subjetivação é concedido à empresa, e cada indivíduo será um capital a ser gerido e valorizado conforme as demandas de mercado.

A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, ‘mercadorização’ de escola e hospital, solvência pela dívida privada), a ‘obrigação de escolher’ para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como ‘realidade’, isto é, como única ‘regra do jogo’, e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder ‘no jogo’ e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida. [...]cada indivíduo deve ser inserido profissionalmente num quadro de trabalho que lhe garanta independência e dignidade. Em uma palavra, cada indivíduo

¹⁷³ ANDRADE, *O que é neoliberalismo?*... p. 220.

¹⁷⁴ DARDOT; LAVAL, *A nova razão do mundo*... p. 16.

¹⁷⁵ DARDOT; LAVAL, *A nova razão do mundo*... p. 7.

deve gozar das garantias oferecidas pela pequena empresa, ou melhor, cada indivíduo deve funcionar como uma pequena empresa.¹⁷⁶

Dessa maneira, é possível concluir que se cada indivíduo é empresário nesta nova empresa, chamada sociedade, então, cada gesto destes indivíduos-empresários deverá ser visto pela lógica do investimento. Um cálculo de investimento destinado a aumentar o capital humano.

Dentro desse contexto, nos gráficos a seguir, é possível perceber o cenário econômico no Brasil, no século XX:

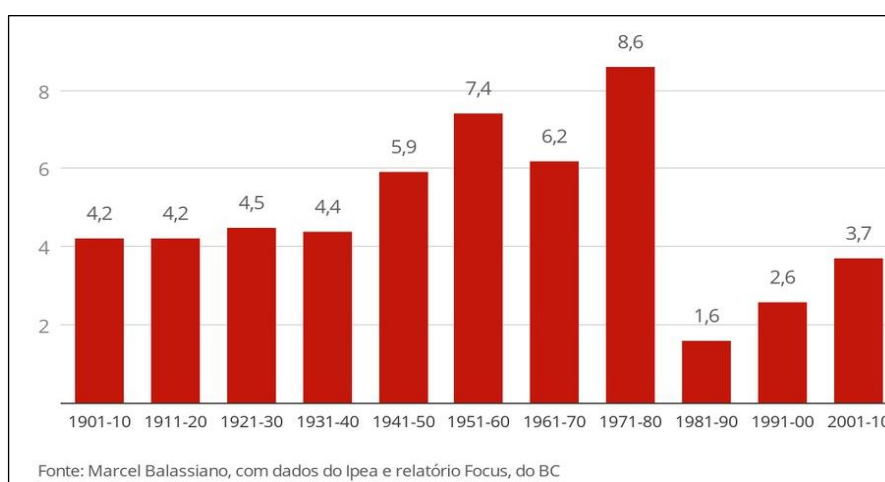


Figura 5 – Gráfico de crescimento econômico; dados em % ao ano

Fonte: Jornal *O Globo*¹⁷⁷.

¹⁷⁶ DARDOT; LAVAL, *A nova razão do mundo...* p. 127.

¹⁷⁷ Levantamento feito pelo economista Marcel Balassiano, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). GERBELLI, Luiz Guilherme; G1. Para evitar 'década perdida', PIB tem de crescer 10% neste ano, mostra estudo. *globo.com*, 05 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/05/para-evitar-decada-perdida-pib-tem-de-crescer-10percent-neste-ano-mostra-estudo.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

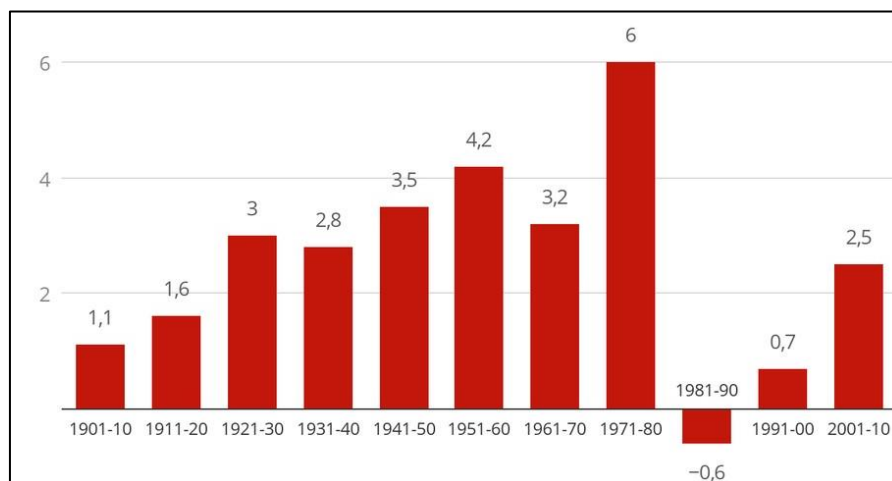


Figura 6 – Desempenho do PIB per capita — Riqueza média do brasileiro; dados em % ao ano
 Fonte: Jornal *O Globo*¹⁷⁸.

Observando os gráficos de crescimento econômico da década de 1990, nota-se o salto progressivo após a chamada década perdida. Para José Dornelas¹⁷⁹, especialista em empreendedorismo, a intensificação da temática empreendedora ocorreu na década de 90, no Brasil. A análise baseia-se no aumento do trabalho informal, dada a situação de desemprego, levando o indivíduo a criar seu próprio negócio como meio de subterfúgio à grave inflação, às crises políticas e às tentativas de estabilização econômica em choques internos e externos que assolavam o país no decorrer dos anos de 1980. Considera-se também a abertura econômica e a entrada do capital estrangeiro. Esse fator elevou a competitividade das empresas brasileiras, que buscaram alternativas para reduzir custos e manter-se no mercado, alavancando a cultura empreendedora no recorte temporal.

Conforme analisamos em Foucault, é essa multiplicação da forma empresa no interior do corpo social que constitui o escopo da política neoliberal. O autor sustenta que “não é uma ideologia nem um ideal. É uma forma de governo e de racionalidade governamental muito complexa. E acredito ser dever do historiador estudar como essa racionalidade política pôde funcionar, sob qual preço e usando quais instrumentos”¹⁸⁰.

Uma questão levantada por Avelino¹⁸¹ está direcionada à racionalidade religiosa, no sentido de existir uma ação perfeitamente eficaz e articulada para alcançar os fins almejados. O autor aponta para um caráter de manipulação na vertente de disciplina pastoral, suscitando e

¹⁷⁸ GERBELLI; G1, *Para evitar 'década perdida', PIB tem de crescer 10% neste ano, mostra estudo...*

¹⁷⁹ DORNELAS, José. *Empreendedorismo, transformando ideias em negócios*. 8. ed. São Paulo: Empreende, 2021.

¹⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits: 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001, p. 855.

¹⁸¹ AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...*

induzindo seus interesses em considerados membros de uma população como alvo político, tomando como elemento o desejo dos indivíduos. O âmbito da questão refletida é “por que membros de uma igreja aceitariam ouvir sermões que reforçariam normas que diminuam seus interesses?¹⁸²”. Visto que, no ambiente neoliberal não há experiência de si possível, não há nele comportamento que não seja resposta a estímulos ambientais.

Pelo exposto na discussão provocada até aqui é possível compreender que a notícia de abertura deste capítulo integrada à IURD faz parte de uma racionalidade que se pode chamar de Governamentalidade Neoliberal. Dessa forma, intencionamos utilizar esse conceito como um recurso que permitirá analisar os discursos veiculados pelo jornal *Folha Universal*, objeto de estudo desta pesquisa, e compreender como essa racionalidade é colocada em funcionamento por meio do material impresso da instituição religiosa. Em termos de secularização e da intersecção entre questões políticas e religiosas, questionamos: por que a nota de impeachment constava num documento religioso?

Essa questão será discutida no próximo capítulo.

¹⁸² AVELINO, *Foucault e a racionalidade (neo)liberal...* p. 277.

Capítulo II – Os “donos da mídia”

Neste capítulo serão apresentadas as fontes impressas da pesquisa, dando atenção ao perfil das empresas jornalísticas elencadas neste estudo. Seguimos buscando entender o fluxo de formação dos referidos jornais para cotejar fontes, a saber: *Folha Universal* (*FU* – fonte e objeto de análise desta pesquisa, abarcando o viés confessional da IURD), *Jornal do Brasil* (*JB*) e *O Globo*. Os dois últimos correspondem às notícias veiculadas fora do circuito da Igreja Universal.

Para o historiador Bruno Ferrari Baptista¹⁸³, “meios de comunicação como *O Globo* não são meros mecanismos de informação isentos e imparciais, são agentes históricos e políticos com papel relevante nas disputas que se desenrolam no interior da sociedade civil”. Lançado em 1925, o jornal *O Globo*¹⁸⁴ chegou às bancas no dia 29 de julho daquele ano em duas edições diárias e tiragem de 33.435 exemplares. Foi fundado pelo jornalista niteroiense Irineu Marinho (1876-1925), que faleceu 21 dias após a primeira publicação. A primeira sede do jornal era localizada no prédio do Liceu Artes e Ofícios, Largo da Carioca, centro da cidade do Rio de Janeiro, e a equipe de Irineu Marinho era composta de jornalistas que haviam deixado a redação de *A Noite*¹⁸⁵. A liderança do veículo informativo passou aos cuidados do jornalista Eurycles de Mattos (1894-1931), sob a posição de diretor-redator-chefe e, como secretário, o herdeiro, Roberto Marinho (1904-2003).

Em 1931, devido ao falecimento do segundo diretor do jornal, Roberto Marinho assumiu a presidência do informativo, sendo assessorado posteriormente por seus irmãos Ricardo (1909-1991) e Rogério Marinho (1919-2011). O filho mais velho de Irineu Marinho permaneceu até o fim de sua vida empenhado em fazer o impresso alcançar conceituoso patamar no país. No escopo de crescimento, angariou segunda posição em circulação no país¹⁸⁶. Apresenta-se como um jornal noticioso e voltado para a prestação de serviços desde a

¹⁸³ BAPTISTA, Bruno Ferrari. *Imprensa, hegemonia e a agenda neoliberal no Brasil: o discurso privatista e a imagem depreciada do Estado e do funcionalismo público nas páginas do jornal O Globo (1990-1999)*. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

¹⁸⁴ HISTÓRIA GRUPO O Globo. 1925 - Lançamento de O Globo. *globo.com*. Disponível em: <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1925-1964/noticia/1925-lancamento-de-o-globo.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

¹⁸⁵ Primeiro jornal vespertino da cidade do Rio de Janeiro, foi fundado em 18 de julho de 1911, com edição diária. Teve Irineu Marinho como um de seus idealistas.

¹⁸⁶ PORTAL IMPRENSA. Ranking de jornais impressos no Brasil com maior tiragem: dados fornecidos em 2021, pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação). *Portal Imprensa*, 24 jun. 2021. Disponível em:

sua origem. O nome do jornal foi proposto pelo jornalista Elói Pontes e escolhido por meio de um concurso popular.

**UM BOM NOME
PARA UM BOM JORNAL**

**COMO DEVE CHAMAR-SE O NOVO E GRANDE DIARIO
VESPERTINO, A APPARECER BREVEMENTE?**

Irineu Marinho, com o grupo de brilhantes jornalistas que o acompanham ha muito tempo e com elle crearam a mais popular, a mais liberal, a mais avançada expressão do jornalismo brasileiro, funda um novo diario da noite, a apparecer brevemente.

A redacção e as officinas do novo órgão de publicidade já estão sendo instaladas no grande edificio da rua Bethencourt da Silva, antiga Santo Antonio, n. 15, edificio do Lyceu de Artes e Officios, e em frente á Imprensa Nacional, com machinismo completamente novo e possibilidade para - tiragens diarias de mais de 100.000 exemplares.

Em menos de um mez estará circulando o novo quotidiano, que será provido de todos os aperfeiçoamentos da imprensa moderna, largo serviço de informações directas nacional e estrangeiro, reportagens de actualidade, entrevistas, artigos, notas e commentários, illustrações photographicas e desenhos originaes.

Irineu Marinho e os seus companheiros projectam e acreditam poder crear o jornal mais nitidamente impresso, mais rigorosamente informado, mais sinceramente dedicado á causa publica, que seja factor effizaz e constante do desenvolvimento moral, intellectual e material do paiz.

O NOVO JORNAL E O SEU NOME

Neste empreendimento, que se faz com o publico e para o publico, entendem os fundadores do novo diario da noite que ao publico deve caber o direito de escolher o nome do verdadeiro órgão dos seus interesses.

E' um plebiscito que se estabelece. Todas as pessoas — todos os habitantes do Rio de Janeiro — podem a elle concorrer, fazendo uma suggestão, indicando um nome — com o pensamento de que seja o melhor nome para o melhor jornal.

Este plebiscito durará apenas tres dias. As respostas devem ser enviadas ou entregues á rua Bethencourt da Silva n. 15, até ás 6 horas da tarde de sabbado, 30 do corrente.

Dentre os nomes sugeridos pela sympathia publica, será escolhido o nome do jornal, cabendo a um jury constituído pelos fundadores a designação do mais apropriado. Naturalmente, a decisão do jury se baseará no maior numero de votos que tiver sido dado a favor de tal ou tal nome.

Os votantes ou votante, cuja suggestão for approvada, terão ou terá direito ao novo jornal, gratuitamente, durante um mez.

Figura 7 – Concurso para escolha do nome do novo jornal. *O Paiz*, 25/05/1925

Fonte: Acervo Roberto Marinho¹⁸⁷.

O jornal foi o primeiro veículo de comunicação do *Grupo Globo*, nomenclatura atribuída desde 2014. Anteriormente, o conglomerado era nomeado *Organizações Globo*. Nascido no Rio de Janeiro, o jornalista e empresário Roberto Marinho¹⁸⁸ inaugurou a *Rádio Globo* em 1944, e a primeira concessão pública de TV no Rio de Janeiro, em 1957. Em 1965,

https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/84451/estado+assume+lideranca+de+ranking+de+jornais+impressos+com+maior+tiragem+diz+ivc. Acesso em: 15 jan. 2023.

¹⁸⁷ HISTÓRIA GRUPO O Globo, 1925 - *Lançamento de O Globo*...

¹⁸⁸ PIONEIROS & EMPREENDEDORES. Roberto Marinho. *Pioneiros & Empreendedores*. Disponível em: <https://pioneiros.fea.usp.br/roberto-marinho>. Acesso em: 24 out. 2022.

inaugurou a *TV Globo*¹⁸⁹, que viria a ser núcleo de uma rede que após 40 anos atingira 99,84% dos 5043 municípios do Brasil. Novelas e programas alcançaram cerca de 60 milhões de telespectadores brasileiros e 70 milhões na abrangência de 130 países. Segundo a revista *Forbes* (2003), o empresário, considerado o mais influente do país, chegou a ter fortuna calculada em torno de US\$ 1,5 bilhão. O proprietário obtinha vertente religiosa de confissão católica. Seus empreendimentos mais notórios são: Jornal *O Globo*; *Rio Gráfica* Editora (dedicada a publicação de histórias em quadrinhos); *TV Globo* e *Rede Globo*; Fundação Roberto Marinho (a fim de desenvolver ações educativas – dentre outras, o *Canal Futura*); Projeto Jacarepaguá (Projac – maior centro de produção audiovisual da América Latina, ocupa área de 1,3 milhão de metros quadrados); *Rádio Globo*, *Rádio Eldorado*, *Rádio Mundial*, *Rádio Nacional de São Paulo* e *Rádio Excelsior*.

Em 1999, a conjuntura desses empreendimentos elegeu Roberto Marinho “O Brasileiro do Século” na categoria Comunicação, pela revista *Isto É*. No decorrer de sua vida, Roberto Marinho jamais exerceu cargo político, mas obteve expressiva e decisiva influência nos rumos da República, seja na eleição de presidentes ou na escolha de ministros¹⁹⁰. Dentre a estreita proximidade do jornal com o poder, destacam-se: em 1930, manteve uma linha de acomodação com o governo federal – envolveu-se com simpatia na campanha eleitoral pelos candidatos da Aliança Liberal, Getúlio Vargas e João Pessoa¹⁹¹ – denunciando, ainda, o

¹⁸⁹ Frisamos aqui que a concessão de TV ocorreu durante o governo militar. Sendo assim, cabe mencionarmos que a emissora veio a público, em 02/09/2013, reconhecer o equívoco de apoio ao referido governo. As *Organizações Globo* colocaram em destaque “Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro” nos informativos do *Jornal Nacional* e na revisão dos editoriais disponíveis no acervo de impressos *Memória O Globo*, respectivamente: JORNAL NACIONAL. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro, reconhecem as Organizações Globo. *globoplay*, 02 set. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2798447/>. Acesso em: 11 mar. 2023; e O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, 31 ago. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 08 fev. 2023.

¹⁹⁰ Haja vista a vantagem de Fernando Collor no último debate eleitoral conduzido pela *Rede Globo* tratado no capítulo 1 desta dissertação. Marinho apoiou Collor até agosto de 1992. FILHO, Azis; CONTREIRAS, Hélio. Maestro do poder. *Istoé*, 13 ago. 2003. Disponível em: www.istoe.com.br/13018_MAESTRO+DO+PODER/. Acesso em: 25 out. 2022.

¹⁹¹ Participação política assumindo apoio a candidaturas. Vide: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Roberto Marinho – Biografia. *ABL*. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/roberto-marinho/biografia>. Acesso em: 25 out. 2022. Em relação ao fato, o sociólogo Áureo Busetto explica que havia interesse de o governo totalitário alemão (país de notável conhecimento no ramo de comunicações) investir na oferta de Exposição de Televisão no Brasil visando estar à serviço do Estado Novo, governo este intencionado em promover propaganda política. Busetto, Áureo. *Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão*. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 54, p. 181-185, dezembro/2007. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnmbpcjpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbh/a/SWbgjcSDJyhTzr5d3xPjswy/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbh/a/SWbgjcSDJyhTzr5d3xPjswy/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 08 fev. 2023.

assassinato de João Pessoa como um ato político; durante o Estado Novo¹⁹², com o surgimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi submetido a censura, atribuindo ênfase à seção de esportes e cautelosamente ao noticiário internacional; revelou contento quando Getúlio Vargas foi deposto em 1945, considerando o período de redemocratização lenta e “perturbada pela ação subversiva dos comunistas com a fomentação de greves e outras provocações”; no governo do marechal Eurico Dutra (1883-1974), fez campanha para a cassação dos mandatos dos representantes comunistas atuantes na Câmara dos Deputados e do Distrito Federal, além de apoiar o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, quanto à orientação econômica a ser seguida, *O Globo* era porta-voz da linha neoliberal¹⁹³ embasada pelo economista Eugênio Gudin; em 1949, apesar de mencionar imparcialidade na edição de 30º aniversário do jornal, foi o primeiro órgão de imprensa a revelar apreço à candidatura de Getúlio Vargas por ser figura de “grande democrata e patriota”, segundo Ricardo Marinho, embora mantivesse oposição ao governo quando empossado, permaneceu apenas fiel aos princípios neoliberais norteados por Gudin; em 1954, a morte de Vargas deflagrou o apedrejamento da sede de *O Globo* e a queima de caminhões de entrega do jornal, ocasionando ao informativo restringir comentários sobre o episódio, limitando-se a noticiá-lo; apoiou o governo militar devido à crise política intensificada no governo Vargas, alegando que a desordem anterior levaria à anarquia e ao comunismo; ao fim de 1983, não apoiou a campanha nacional a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas no país. Contudo, quando o presidente João Figueiredo encaminhou a proposta, *O Globo* pôs em nota: “O reconhecimento pelo governo de uma vontade nacional de mudança, na direção única da abertura política, confere ao

Em conformidade, o jornalista Pedro Bial chama a atenção ao bom trânsito desfrutado pelo proprietário do jornal *O Globo* com os altos escalões estadonovista onde, curiosamente, décadas depois se destacou na história da TV brasileira. BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.146.

¹⁹² Período instaurado em 10 de novembro de 1937 e vigorou até 29 de outubro de 1945, em que Getúlio Vargas governou ditatorialmente.

¹⁹³ O jornal defendia a fórmula que, segundo Thomas Skidmore, baseava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como principal determinante da economia. As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados e as emissões, severamente controladas. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado como ajuda indispensável para um país carente de capitais. As limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens deveriam ser reduzidas ao mínimo. Essa autodisciplina aumentaria ao máximo a mobilidade dos fatores e relegaria o Brasil a seu papel econômico natural, inevitável e inapelável, sob a lei inexorável da vantagem comparativa. LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. *O Globo*. FGV CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 27 out. 2022.

projeto de reforma constitucional do presidente Figueiredo uma índole democrática que nenhuma imperfeição ou omissão tópica da emenda pode desmerecer”¹⁹⁴.

A principal marca jornalística de fundação girava em torno de refutar intervenções de agentes externos. Para tanto, declarava-se isento de “afinidades com governos”, livre de “interesses conjugados com os de qualquer empresa”, afastando-se de “grupos capitalistas ou a plutocratas isolados”¹⁹⁵.

Bruno Baptista, em sua dissertação, esclarece que:

[...] enxergamos o jornal *O Globo* como um instrumento político/simbólico que atuou na difusão de uma narrativa positiva em torno do neoliberalismo, apresentando-o como uma alternativa benéfica a toda sociedade brasileira. Os meios de comunicação de massa são instrumentos controlados por segmentos de uma pequena camada abastarda da sociedade que propagam anseios de vida e, muitas vezes, de empresa dos proprietários/diretores destes veículos de comunicação. Os “donos da mídia” tem, através de seus instrumentos, capacidade de destacar certos temas e de ocultar/camuflar tantos outros, de influenciar opiniões e diretrizes e de agendar prioridades (inclusive do Poder Público).¹⁹⁶

Na próxima subseção trataremos da perspectiva da intencionalidade da notícia, preocupação apresentada por Renée Zicman ao perceber os meandros que intervêm na história da imprensa.

Organizado em 1891, no Rio de Janeiro, por Rodolfo de Sousa Dantas (1854-1901) e Joaquim Nabuco (1849-1910), o *Jornal do Brasil* – diário e matutino – manteve expressividade relevante ao longo de muitos anos no país. Seu nascedouro esteve marcado pela instabilidade política devido ao iminente período em que a monarquia concederia lugar à instituição do sistema republicano. O *JB* abarcava partidários do regime deposto, o que lhe rendeu turbulências desafiadoras¹⁹⁷.

Nelson Werneck Sodré, em sua obra *História da Imprensa no Brasil*, amplia a compreensão do marco empírico, com estrutura sólida e ênfase na montagem como empresa:

Em fins de 1980, ultimam-se os preparativos para o lançamento do novo jornal, reunindo elementos contrários à República: em carta a Joaquim

¹⁹⁴ LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. Verbete “Primeira República”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO%2C%20O.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

¹⁹⁵ FGV. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

¹⁹⁶ BAPTISTA, *Imprensa, hegemonia e a agenda neoliberal no Brasil...*

¹⁹⁷ AMARAL, Roberta Valle. *O CPDOC JB, Arquivo e lugar de memória*. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social. Niterói, 2017. p. 37.

Nabuco, então em Londres, de 18 de dezembro, Rodolfo Dantas anuncia aqueles preparativos e lhe pede que aceite o lugar de correspondente na Inglaterra, enviando cartas, como vinha fazendo para o *Jornal do Commercio* [itálico nosso], além de notícias, por 35 libras mensais, convite que Nabuco aceitou prontamente.

[...] A redação ficou à rua Gonçalves Dias, 56, e foi encomendado material à casa Marinoni, de Roma. Não chegando em tempo, pois o lançamento fora fixado para 9 de abril de 1981, em homenagem ao 60º aniversário do *Te-Deum* em ação de graças pela aclamação de D. Pedro II como Imperador, as edições iniciais foram feitas em máquina plana Alauzet-Express, em tiragem de 5000 exemplares. O *Jornal do Brasil* [itálico nosso] apresentou-se em oito páginas, formato de 120 por 51 centímetros, impressa a primeira página em corpo 10, com oito colunas de 6 centímetros em cada página; custava 40 réis o exemplar; 6\$000 e 12\$000 as assinaturas semestrais e anuais na capital, e 8\$000 e 16\$000 para o interior.¹⁹⁸

Algumas motivações que desencadearam a elaboração do jornal estavam ancoradas no ideal inicial de estabelecer críticas ao governo devido à ligação dos fundadores ao antigo regime monárquico¹⁹⁹, embora obedecesse à diretriz básica de conduta política moderada, pretendendo manter boas relações com o regime republicano recém-adotado. O órgão passou por várias fases, incluindo problemas econômicos, mudanças de proprietários e adequações para a recuperação financeira, de maneira que as valorizações de seções de noticiário popular, anúncio, artística, literária, dentre outras, eram privilegiadas em consonância ao cenário político-social vigente em cada época²⁰⁰.

Ao inculir a promoção do político no conteúdo jornalístico, Werneck toma nota:

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; tratam-se de destruir a pessoa, o indivíduo.²⁰¹

¹⁹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 256-257.

¹⁹⁹ Haja vista que a data de lançamento do jornal pretensiosamente corresponde a celebração do 60º aniversário do *Te Deum* pela ascensão de dom Pedro II ao trono imperial.

²⁰⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. Verbete “Jornal do Brasil”. *FGV – CPDOC*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 26 out. 2022. Melhor registrar: FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira et al. (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3.

²⁰¹ SODRÉ, História da Imprensa no Brasil... p. 277.

Na década de 1980, o *JB* buscou concessões do Governo Federal a fim de organizar uma rede de televisão nacional. A licitação, porém, não foi atendida, ficando a cargo do Grupo Silvio Santos e do Grupo Bloch. Desse modo, o Grupo *Jornal do Brasil* passou a investir no sistema de rádios gerenciando as seguintes empresas²⁰²: *JB FM, Rádio Cidade* (Rio de Janeiro), *Rio FM, Rádio Jornal do Brasil, 105* (Rio de Janeiro), dentre outras. A critério da continuidade de aproximação com o político, veremos no tópico 3 deste capítulo o posicionamento do impresso no período do governo Collor. O jornal carioca desde 2017 foi arrendado por Omar Resende Peres Filho (1957 -), especialista em comprar empresas em vias de falência para movimentar sua recuperação, e permaneceu em acordo por 85 anos. Antes desse acontecimento, a marca *Jornal do Brasil* pertencia a Nelson Tanure (1951 -)²⁰³.

Nessa mesma ótica, a historiadora Rosângela Ferreira assinala a questão entre neoliberalismo e consumo, antevendo o fator decisivo de consolidação no mundo todo, previsto por meio de uma convergência efetiva entre jornalismo, publicidade e conglomerados de mídia. No artigo “‘República de Consumidores’ e consumidores da República: apontamentos historiográficos e caminhos de pesquisa”, a autora discorre sobre a história do consumo no Brasil²⁰⁴ no tempo presente. Em suma, a cultura de consumo pode ser compreendida partindo da premissa das narrativas que definem o consumidor do mundo atual inserido num ambiente cuja publicidade materializa o encontro de diversas artes, procurando interpretar a função da comunicação/cultura. No curso desse embasamento, a historiadora diz:

[...] está-se diante de uma cultura do consumo que emerge da negação do trabalhador capitalista, aquele sujeito que por meio de seu salário ascende ao mundo dos bens. É certo que os agentes sociais não se mantêm inertes diante desse jogo visibilidade/invisibilidade. O que se forja, portanto, é um constructo de identidades negociadas a partir das esferas políticas, econômicas e dos meios de comunicação/cultura.

A autora indica que o diálogo entre os modos de consumo e a formação identitária, no tempo presente, está atrelado à análise da comunicação. Conforme a historiadora recomenda,

²⁰² Antigas empresas do Grupo *Jornal do Brasil*. WIKIPÉDIA. *Jornal do Brasil*. *Wikipedia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_do_Brasil. Acesso em: 30 out. 2022.

²⁰³ PORTAL DOS Jornalistas. Omar Peres. *Portal dos Jornalistas*, 11 jun. 2017. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/omar-peres/>. Acesso em: 26 out. 2022.

²⁰⁴ Para atribuir significado em termos de “República dos consumidores” à brasileira e o possível entrelaçamento à comunicação de massas entendemos ser pertinente abordar em caráter de aprofundamento em continuidade desta pesquisa, pois esta dissertação não é capaz de abranger a complexidade deste assunto acerca da cultura de consumo. Rosângela Ferreira ressalta que o Brasil tem uma história muito particular do consumo que aos poucos começa a entrar em cena. LEITE, Rosângela Ferreira. “República de Consumidores” e os consumidores da República: apontamentos historiográficos e caminhos de pesquisa. *História Unisinos*, v. 23, n. 1, p. 110-116, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5798/579865455017/html/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

não se pode responsabilizar a publicidade sozinha pela criação de fenômenos sociais; contudo, considera-se a viabilidade de captar tendências, identificando e canalizando aspirações da própria sociedade, reforçando uma ideia de progresso. Consideramos ser salutar a pertinência desse viés para entender, cotejando fontes, os possíveis posicionamentos existentes na imprensa nos limites do recorte temporal em que esta pesquisa se insere.

Vale elencar alguns posicionamentos editoriais importantes no *JB*: a abordagem política inicial na seção “Melhoramentos urbanos”, com ênfase nos problemas cotidianos da cidade, tais como o envolvimento na campanha contra a febre amarela por meio da criação de um instituto no Rio; a partir de maio de 1893, sob direção de Rui Barbosa em autoria ao artigo “Traços de um roteiro”, assumiu o compromisso de defesa do regime republicano, valorizando a Constituição em divergência ao dismantelamento do regime proposto por Floriano Peixoto; a partir de 1961, mesmo com as reformulações que visavam alcançar maior destaque na imprensa carioca, na liderança de Alberto Dines, permaneceu em consonância com os atributos de sua formação como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”; com a intervenção militar iniciada em 1964, precisou se adequar ao Ato Institucional nº 1 que, dentre outras medidas, determinava cassações e suspensão de direitos políticos (logo revelou apoio ao general Humberto de Alencar Castelo Branco para presidência da República); em 1981, uma equipe de jornalistas se empenhou em descortinar as apurações do Inquérito Policial Militar sobre um possível atentado terrorista ocorrido no Riocentro, forjado a fim de dificultar o processo de abertura política mediante a versão oficial de fazer alusão de autoria a um grupo de esquerda armada, o que lhe rendeu a premiação Esso de Jornalismo pela notoriedade das publicações; tangente à consolidação da normalidade política, não se posicionou definitivamente em favor às *Diretas Já*, mas demonstrou intervenção acerca da transição democrática, mudando a linha editorial com apoio ao candidato Tancredo Neves, alegando ser um consenso nacional este nome para sucessão do general Figueiredo²⁰⁵.

Em 15 de março de 1992, a *Folha Universal*²⁰⁶ (doravante, *FU*) surgiu no mercado com pretensões de promover informações aprofundadas e conforto espiritual embasados em preceitos da *IURD*, seguimento do ramo protestante neopentecostal²⁰⁷. Sendo a instituição religiosa de caráter cristão evangélico, a liderança da Igreja, por meio de convite feito pelo

²⁰⁵ FERREIRA; MONTALVÃO, *Jornal do Brasil*...

²⁰⁶ Em material complementar a esta dissertação está disponível a íntegra da entrevista aos editores fundadores da *Folha Universal*, fonte oral coletada com as informações descritas neste item.

²⁰⁷ No capítulo 3 trataremos da historicidade deste fenômeno religioso.

membro Paulo Miranda (posteriormente assumiu função de gerência no editorial da *FU*), designou ao jornalista e especialista em Marketing, Julio Miranda, a formulação da parte editorial. Intencionado em articular um veículo que promovesse satisfação profissional, o jornalista logo de início acordou com as partes tratantes as principais notas a compor a linha editorial. Desde a primeira edição, a publicação seguiu fielmente que uma parte do jornal faria cobertura dos acontecimentos da Igreja e dos pastores, e a outra parte do jornal – que teria enfoque social – atenderia os critérios de cuidados com a saúde, cuidados legais, estímulo ao estudo, História, higiene pessoal, dentre outros; em observância às necessidades de ampliar a carência de conhecimentos do público de fiéis pertencentes à Igreja. Para gerenciar a estrutura de montagem desse investimento, foi proposta a organização de uma equipe. Desta forma, acrescentou-se à coordenação do empreendimento os jornalistas Cleyber Fintelman e Claudio Ignatiuk (com experiência na carreira devido à passagem pelo *Jornal do Brasil*).

O veículo de comunicação começou com a revista *Plenitude*. Cleyber Fintelman afirmou que a intencionalidade da Igreja, além de divulgar suas práticas religiosas, parecia ser cooptar pessoas que não faziam parte do rol de membros da Igreja e, assim, aumentar o quantitativo de fiéis. A publicação da revista onerou os cofres da Igreja num valor difícil de custear, por isso, a alternativa foi mudar o formato para um “tabloide” (formato mais reduzido), e assim foi feita a *Folha Universal*. A origem do nome passou por uma seleção interna entre os funcionários da gráfica de impressão do jornal. A indicação aceita foi de autoria do trabalhador que editava as artes finais, chamado afetuosamente de irmão Celinho. Cabe frisarmos que os três editores dedicados à tarefa de idealização e execução da *Folha Universal* jamais foram integrantes do corpo de fiéis da *IURD*, tampouco se declararam religiosos.

A primeira publicação do jornal, cuja distribuição foi gratuita, contou com 100 mil exemplares. Os recursos financeiros para a confecção do impresso foram oriundos da *IURD*, pois o ponto de partida do circuito de rendimentos da instituição conta com o auxílio dos dízimos e ofertas dos fiéis que frequentam o setor religioso. Ademais, a monetização é destinada a atrair mais fiéis à *IURD*, de forma que a fonte de arrecadação retroalimenta e gera maiores investimentos nos meios de comunicação. O modelo expansionista da *IURD* segue a criação de empresas que cerceiam atividades religiosas. O conglomerado de mídia, cujo principal proprietário consta ser Edir Macedo, o *Grupo Record*²⁰⁸, abarca empresas de

²⁰⁸ RECORD TV. Com você, a gente vai longe! *Record TV*. Disponível em: <https://recordtv.gupy.io/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

televisão (como *RecordTV* e *RecordNews*), rádios (e.g. *Rádio Record*), internet (e.g. *R7* e *PlayPlus*, que é uma plataforma de *streaming* e vídeo), gravadora (*Record Produções e Gravações*, fundada em 1992), jornal (*Correio do Povo*), dentre outras. Têm maior notoriedade a editora *Universal Produções* (fundada em 1980) e a *Rede Record* de televisão (subsidiada desde 1989 por Edir Macedo).

Ainda no ano de 1992, seguindo o modelo brasileiro da mesma linha editorial que a *FU*, jornais em outros países foram publicados vinculados ao trabalho da IURD. A expansão obteve nomes diferentes para se adequar melhor ao idioma local. Em Portugal, a *Folha de Portugal*, de periodicidade semanal, tinha tiragem de 50 mil exemplares. Em Moçambique, a publicação semanal *Folha Universal* iniciou com tiragem de 25 mil exemplares. Na Argentina, a publicação *El Universal* começou em 1998, com tiragem de 170 mil exemplares semanais. No ano 2000, foi inaugurado o *Notícias Universal* nos EUA (Califórnia) e o *El Universal* no Uruguai, com periodicidade semanal e tiragem de 30 mil e 15,5 mil exemplares, respectivamente. Em 2001, chegou no Japão o *Jornal do Brasil*, com periodicidade semanal e tiragem de 25 mil exemplares. Nesse mesmo ano, surgiu o *Nuestro Tiempo* no Equador, com tiragem de 25 mil exemplares semanais²⁰⁹.

Segundo o ex-diretor da Gráfica Universal e da *FU*, João Mendes de Jesus, ao longo do tempo a tiragem foi evoluindo gradativamente, chegando a 2,5 milhões de exemplares²¹⁰. Em 1994, a pedido do bispo Edir Macedo, João Mendes esteve empenhado para que a publicação chegasse a todas as cidades do Brasil, e conta que a intenção era criar uma publicação nacional²¹¹. O bispo Edir Macedo enfatizou que “o jornal chega onde o rádio, a televisão e a internet não conseguem chegar”²¹².

²⁰⁹ *FU*, 05/06/2011, p. 22-23. A coluna apresenta a afirmação do bispo Renato Cardoso descrevendo que a implantação evangelística da IURD na África e na Inglaterra iniciaram com base no jornal. Os leitores chegavam nas IURDs em resposta à mensagem veiculada no informativo, conforme o bispo.

²¹⁰ A milésima edição superou o dado publicado, conferindo 4 milhões de exemplares.

²¹¹ *FU*, 05/06/2011, p. 10-11. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0007247972d8dbff347b3>. Acesso em: 13 ago. 2022.

A matéria ressaltou a ajuda prestada pelo jornal aos universitários na conclusão de suas monografias: a jornalista Gisele Alves contou que na pesquisa de conclusão de curso elaborada no ano de 2004 *Estratégia de Comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus* percebeu que a *FU* alcançara o patamar de jornal com maior alcance no Brasil.

²¹² *FU*, 05/06/2011, p. 24.

2.1 Um bom jornal é o que faz você pensar

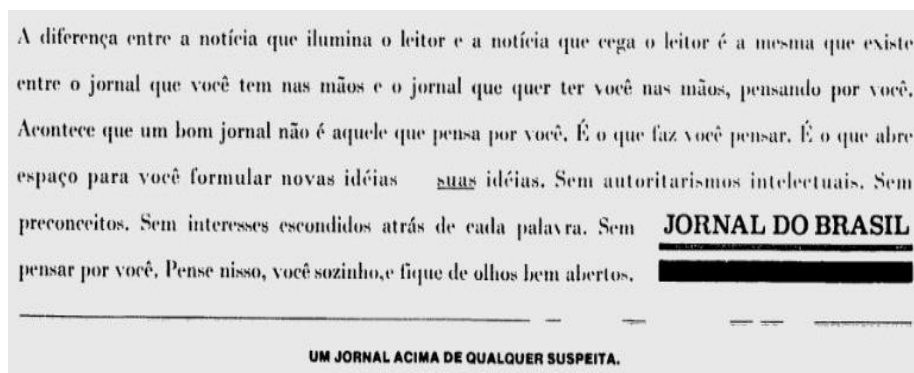


Figura 8 – O JB diz que tem compromisso com a verdade e é isso que diferencia um bom jornal dos outros
Fonte: Acervo JB²¹³.

Cabe atentarmos à reflexão sobre o papel das comunicações de massa feita por Werneck Sodré, em 1999, na 4^a edi o de publica o de seu livro. Ele diz:

A grande imprensa brasileira opera, na fase atual, uma tarefa que nunca antes desempenhou: a de deformar a realidade, ou a de escondê-la. No momento, por exemplo, todos os grandes jornais apoiam o neoliberalismo adotado pelo governo brasileiro, uns com mais veemência, com menos veemência outros. Tais jornais perderam aquilo que se conhece como credibilidade, o que eles informam não merece confiança. Existe um profundo divórcio entre o que o público pensa e acredita e necessita e aquilo que a grande imprensa veicula. A aliena o dessa imprensa nova, e aqui a palavra não tem qualquer identidade com o moderno e muito menos com o popular,   total.²¹⁴

Nesta subse o, buscamos fazer uma breve explica o sobre a metodologia de análise de jornais. A historiadora Renée Zicman, em *História através da imprensa: algumas considera es metodológicas*, esclarece as vantagens de se utilizar a imprensa como objeto e fonte de pesquisa, sendo elas o acesso a informa es e a possibilidade de cotejar fontes, ou seja, comparar a mensagem comunicada com outros jornais situados no mesmo contexto. Os jornais impressos, enquanto veículos de notícia, denotam um sentido social como meio de representa o da sociedade e documento. Renée Zicman diz que “para os historiadores o

²¹³ JB, 1^o Caderno, 29/05/1992, p. 15.

²¹⁴ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. XVI. Chamamos aten o ao termo aliena o, que alude ao distanciamento da realidade da cultura nacional.

jornal é antes de tudo uma fonte onde se ‘recupera’ o fato histórico [...]”²¹⁵. A historiadora destaca:

Entre várias vantagens da utilização da Imprensa como fonte documental da História destacamos três: (i) periodicidade: os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos; (ii) disposição espacial da informação: para cada período tem-se a possibilidade de inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatos que compõem a atualidade; (iii) tipo de censura: diferentemente de outros tipos de fontes documentais, a Imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem quase sempre uma triagem antes de serem arquivados.²¹⁶

Em Pierre Bourdieu²¹⁷ já estava presente a preocupação de que o social é constituído por campos e que o jornalismo, enquanto campo, é dotado de uma lógica específica, propriamente cultural, tal qual as artes e a literatura. A respeito da propriedade do campo, o autor propõe: “Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos), cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”²¹⁸. A proposta desta dissertação concerne em perceber a articulação entre os campos da História, da Religião e, por fim, da Imprensa e Propaganda Jornalística.

Permeando tal possibilidade de assimilação, Pierre Bourdieu insiste:

Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião, possuem leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal entre a monografia ideográfica e a teoria formal vazia).²¹⁹

Sendo assim, o jornalismo não está restrito minimamente a um veículo de informação, haja vista que o campo é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições que competem pela predominância de valores específicos. Logo, a escrita dos jornalistas contém representações sobre a sociedade e seus diversos campos: economia,

²¹⁵ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, v. 4, 1985, p. 90. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 24 set. 2022.

²¹⁶ ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 90.

²¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

²¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda, 1983, p. 89.

²¹⁹ BOURDIEU, *Questões de Sociologia...* p. 89.

política, cultura. Por meio da publicação desses textos, as notícias são lidas, compartilhadas e interpretadas de diferentes maneiras pelo leitor. E, percebendo que o jornal aplica critérios de inclusão e exclusão ao organizar um determinado conteúdo editorial, por meio deste movimento, o fato é produzido quando interpela a notícia. Neste sentido, as ideias circuladas no impresso são capazes de difundir na sociedade hábitos, valores e comportamentos.

Essa afirmação precisa levar em conta que a internalização e reprodução do público leitor não necessariamente obedece a proposta do autor do texto. Roger Chartier alerta sobre essa ressignificação e apropriação previstas de acontecer com conclusões divergentes entre as partes integrantes ativas do processo de leitura – leitor e autor: é necessário “dar à leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora e não a anular no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse se inscrever no espírito de seus leitores, com toda imediatez e transparência, sem resistência nem desvio de seus leitores”²²⁰.

Zicman indica como traçar a caracterização da imprensa. Ela considera ser relevante descrever as principais campanhas encampadas no período estudado e notar se aparecem diversas categorias de documentos escritos: artigos de imprensa, entrevistas, documentos históricos, textos literários etc. Deve-se também observar a tiragem, pois permite apreciar a importância relativa do jornal, e atentar para a publicação, já que fornece indicações sobre o público leitor e o clima econômico do período. Quanto à análise do preço, é possível estabelecer relações sobre o custo de vida, salário médio e números de páginas do jornal²²¹.

Nesse âmbito, é necessário mencionarmos que o objeto e fonte desta pesquisa é a mídia impressa iurdiana. Ao incentivar seguidores a frequentar igrejas filiadas e veicular informações sobre a identidade da instituição religiosa, torna-se possível traçar o discurso da instituição contido neste material de publicação. Além disso, assim como os jornais seculares – *O Globo* e *JB*, apresentados aqui – a *Folha Universal* retrata a economia, a política e outros assuntos que mostram a insatisfação social vigente no contexto temporal analisado.

Na subseção anterior observamos que os jornais selecionados para este estudo estão embutidos em um conglomerado midiático. Nelson Werneck Sodré defende que um grande jornal se compara a uma empresa capitalista de grandes proporções:

A publicidade é a rainha da imprensa, hoje. Isso porque essa relação está vinculada a uma outra relação: antes, o jornal, ou revista, era empresa pequena ou média, veiculando propaganda de empresas médias ou grandes;

²²⁰ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 78.

²²¹ ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 93.

hoje, o jornal, ou revista, é também uma grande empresa. Quando preserva e realça os valores da grande empresa, está realçando os valores do próprio jornal, ou revista. Não mais se limita a servir; serve-se também. A publicidade atende a um conjunto de interesses a que o jornal, ou revista, se incorpora.²²²

A caracterização geral dos jornais consultados aprimora a análise, auxiliando a definição do conteúdo do discurso de Imprensa. Deste jeito, Zicman expõe esses dois momentos da natureza do jornal e seu conteúdo:

Fórmula de Pierre Albert para estudo da imprensa: “atrás” do jornal é tudo aquilo que contribui à sua realização e intervém no seu controle: sociedade proprietária, empresa editora e corpo de redatores e jornalistas; por ‘dentro’ do jornal entende-se as características formais da publicação, o estilo de apresentação das matérias e notícias, o quadro redacional (distribuição dos artigos pelas várias colunas e seções do jornal), a publicidade, a parte redacional (principais colunas e seções) e as principais tendências da publicação; ‘em frente’ do jornal diz respeito à audiência da publicação ou ainda seu público-leitor alvo.²²³

Nelson Werneck Sodré fala que a especialização do público visado define a fisionomia da revista, mas exclui a competência com os jornais, revelando a possibilidade de a periodicidade ser diferente entre ambos:

Todos os meios, os de massa e a imprensa, trabalham com a informação, no aspecto de notícia, mas operam de maneiras diferentes. A informação instantânea, fornecida pelos meios de massa, deve ser completada pela informação calcada na análise, mais lenta mas presumidamente mais profunda. De qualquer maneira, todos esses meios, na sociedade capitalista, comercializam essa mercadoria especial que é a informação. São meios que vendem informação: quem controla a informação, controla o poder.²²⁴

O contexto temporal analisado no capítulo anterior, no viés de mostrar os desdobramentos que desencadearam a vitória de Collor nas eleições e o papel fundamental da imprensa, convergem com as afirmações de Sodré:

Sempre que, no ventre da sociedade, emergiram manifestações que, em seu andamento. Ameaçavam a ‘ordem’, isto é, a estrutura vigente nessa sociedade [‘guerra fria’], surgia um pronunciamento militar, destinado a restabelecer o *status-quo*. Hoje, isso não precisa acontecer e a nova política importada mostra mesmo acentuada aversão aos pronunciamentos militares. De que tanto se serviu. Qual a razão dessa mudança, aqui mencionada porque afeta profundamente o papel e a função da imprensa? A mudança resulta do fato de que a dominação se exerce, dispensando o uso da força, pelo exercício da propaganda, do convencimento. E, para isso, a imprensa é

²²² SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. XIV.

²²³ ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 92.

²²⁴ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. XV.

importante. Claro que subordinada aos meios de massa, acompanhando o ritmo ditado por eles. [...] Como, hoje, procuram provar que a submissão ao neoliberalismo é inexorável fatalidade, além de ser ‘moderna’. Os embustes históricos apenas mudam de forma. E a imprensa desempenha nesse processo de deformação papel importante, coadjuvando os meios de massa. Quem controla a imprensa e os meios de massa não precisa mais de golpes militares.²²⁵

Zicman apregoa que “a Imprensa é rica em dados e elementos, [...] permitindo um melhor conhecimento da sociedade ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.”²²⁶. Dentro dessa perspectiva, a autora lembra que “na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar mas, ao contrário, denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo o seu próprio ‘filtro’”²²⁷.

Por isso, este estudo se propõe a verificar se a imprensa é regida pelas regras gerais de ordem neoliberal, particularmente em suas técnicas de produção e circulação, conduzida tanto pela universalização de valores éticos e culturais quanto pela padronização do comportamento.

2.2 A crise espiritual do mundo moderno

Ora, invadida pela moral utilitária, pelo conformismo estereotipado inerente à mecânica determinista da evolução, com a cumplicidade cada vez maior dos meios de comunicação, a religiosidade do homem acabou por mecanizar-se, perdeu a sua essência. Pela força do hábito, nos condicionamos e acabamos por aderir ao inimigo que nos tolera, como a melhor e mais eficiente forma de nos aniquilar. O avanço das ciências realmente engrandeceu tecnicamente a humanidade, porém, sem a vida substancial do espírito, não se tempera um povo nem se constrói uma nação. Precisamos repelir as relações envenenadas pela cobiça, exploração, mentira e ódio, enfermidades que uma sociedade temente a Deus, livre e esclarecida pode curar. Pois assim nos ensinou o Mestre, ao afirmar: “Que vale o homem ganhar o mundo todo, se perder sua alma?”²²⁸

Sob o título *A crise espiritual do mundo moderno*, Uirpy Benício descreveu na *FU*²²⁹ a crise moral na política no viés da corrupção, o caos econômico (desembocando em

²²⁵ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. XII.

²²⁶ ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 89.

²²⁷ ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 90.

²²⁸ *FU*, 09/08/92, p. 12.

²²⁹ *FU*, 09/08/92, p. 12.

desemprego) como reflexo da falta de amor cristão pelo trabalhador que estava ameaçado pela recessão. Segundo o advogado, a sucessão de escândalos na vida pública da nação naquele período revelara a corrosão na integridade humana, pondo em dúvida a razão de sua existência.

Neste ponto, serão discutidos os fenômenos sociais surgidos na modernidade: a secularização e laicidade com ênfase no artigo *Secularização em Max Weber, da contemporânea serventia de voltarmos aquele velho sentido*, de Antônio Flávio Pierucci, teórico da obra weberiana, a fim de direcionar a “montagem desse quebra-cabeças conceitual das contemporâneas formas do sagrado”²³⁰.

Ricardo Mariano, no artigo *Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*²³¹, levanta a discussão: “uma das críticas mais contundentes que se faz à teoria da secularização consiste em questionar a avaliação que as análises sociológicas fazem do lugar e do papel da religião na modernidade”²³². O sociólogo realça o entendimento do surgimento da secularidade como produto da modernidade e caminha para explicar “a variabilidade e a contingência dos processos de secularização”²³³. Uma das correntes teóricas é conduzida pelo advento da Reforma Protestante e a pauta refletida no tempo presente. Difundida pelo sociólogo norte-americano Rodney Stark (1934-2022), alicerçada em Anthony F. Wallace (1923-2015) num artigo publicado em 1966 dizia que a “religião e a crença em poderes sobrenaturais se extinguiriam no futuro em razão da expansão e difusão do conhecimento científico”²³⁴. Em suma, Ricardo Mariano coloca a caricatura empregada pelo sociólogo Jeffrey Hadden (1936-2003), desqualificando a teoria da secularização no debate:

Era uma vez em que o mundo era preenchido pelo sagrado – no pensamento, na prática e nas instituições. Depois da Reforma e do Renascimento, as forças da modernização espalharam pelo globo a secularização, um processo histórico corolário, enfraquecendo o domínio sagrado. Com o tempo, o sagrado desaparecerá totalmente, com exceção, possivelmente, da vida privada.²³⁵

²³⁰ PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: a contemporânea serventia de voltarmos a acessar- aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. 1-32, 1998, p. 24.

²³¹ MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: Católicos, Pentecostais e Laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011.

²³² MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 239.

²³³ MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 240.

²³⁴ MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 240.

²³⁵ HADDEN, Jeffrey K. Toward desacralizing secularization theory. *Social Forces*, v. 65, n. 3, p. 587-611, mar. 1987. Cf. MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 240.

Esse pensamento remete ao secularismo²³⁶, ou melhor, à secularização do tempo produzido pelos seres humanos. Eminentemente humano. Tempo que diz respeito aos séculos. Considerando uma lógica em que o tempo é frequentemente derivado do divino, e não humano, secularizar o tempo rompe com as visões temporais de origem mítica e religiosa. Neste viés, na modernidade, a separação do tempo cristão é trazer o tempo do céu para a terra. Nesta perspectiva, é uma grande ruptura cultural trazer o tempo para imanência da terra. Não é um exercício trivial. Ocorrerá em conflito, visto o modo como serão concebidos o humano e o mundo.

Cesar A. Ranquetat Jr., em *Laicidade, Laicismo e Secularização: Definindo e Esclarecendo Conceitos*, afirma que o “desenvolvimento da ciência, da técnica e do racionalismo faz recuar as concepções sacrais e religiosas do homem e mundo”²³⁷. A concepção adotada na modernidade vai tirar os olhos humanos dos céus (voltada para expectativa de salvação/vida eterna) para fixar esse olhar na terra. O efeito é fazer com que o homem se compreenda como um ser mundano e compreenda a mundanidade do mundo – um mundo posto desde sempre – de forma que ele se veja como parte da evolução de um mundo que sempre existiu. Dentro desse processo desenvolvido nos séculos XVI e XVII, imaginava-se que na modernidade o homem não precisaria de religião, fato que não se confirmou. Dentro dessa lógica, cabe examinar as intransigências que uma secularização não realizada deixou pelo caminho, no intento de pensar no possível fim das manifestações religiosas e da própria religião no mundo, os pioneiros da sociologia se aproximaram de algumas vertentes secularistas ocorridas na Europa a partir do século XIX, tais como o liberalismo e o republicanismo, traçando ideias e valores com os defensores do livre pensamento e das sociedades secularistas²³⁸.

²³⁶ Secularismo é a doutrina política que defende que o clero, as instituições e os valores religiosos não devem exercer papel algum no Estado-nação e na esfera pública. Na citação em questão, Keddie toma o secularismo em sentido amplo, tanto como um projeto político quanto como sinônimo do avanço da secularização do campo político, do Estado, do conhecimento e da vida privada, resultando na diminuição da importância social, política e pública das organizações, crenças e práticas religiosas. KEDDIE, Nikiki. Secularism and its discontents. *Daedalus*, n. 132, p. 14-30, 2003, p. 16. Cf. MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 242.

²³⁷ RANQUETAT, Cesar Alberto Jr. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Tempo da Ciência*, p. 59-72, jul/dez. 2008, p. 60.

²³⁸ MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 242.

No Brasil, a separação Igreja-Estado aconteceu com o advento da República. Numa democracia em que se dá a afirmação do estado laico na República, a laicidade²³⁹ é uma conquista da democracia. Mariano informa que:

A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas, à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.²⁴⁰

Ranquetat Jr. concorda que tanto a laicização quanto a secularização presentes na base da sociedade ficam à margem do poder religioso, pois se encontram alicerçadas na razão e na ciência. Ele intervém colocando a laicidade numa dimensão sociopolítica (conexão Estado/religião), enquanto a secularização está convertida para a dimensão sociocultural (sociedade/religião). Assim, o autor revela a laicidade como um fenômeno político atrelado à desassociação entre o poder político e o poder religioso, no sentido de que o comando dos grupos religiosos não será estabelecido pelo Estado, distanciando a religião da esfera pública²⁴¹. O autor considera que a configuração do cenário no Brasil pertence ao processo de laicização, tendo em vista que não houve enfraquecimento de comportamento e práticas religiosas, sobretudo da matriz protestante. Destaque-se que por se tratar de um conjunto de crenças e visão de mundo, a laicidade não denota neutralidade²⁴².

Mariano sustenta o conceito de secularização em retomada a “processos de múltiplos níveis ou dimensões, referindo-se a distintos fenômenos sociais e culturais e instituições jurídicas e políticas, nos quais se verifica a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas”²⁴³. Num âmbito de diferenciação funcional entre as esferas seculares e religiosas delimitada no conceito de laicidade supracitado, observa-se em Max Weber (1864-1920) a mentoria dessa noção envolvendo as esferas culturais, institucionais e normativas na modernidade.

²³⁹ Sobre o alcance da religião e a participação na esfera pública avançando rumo a construção e disputa de um poder religioso atuando no poder público, ver o seguinte artigo completo: MARIANO, *Laicidade à brasileira...*

²⁴⁰ MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 244.

²⁴¹ RANQUETAT, *Laicidade, laicismo e secularização...* p. 69.

²⁴² RANQUETAT, *Laicidade, laicismo e secularização...* p. 66.

²⁴³ MARIANO, *Laicidade à brasileira...* p. 244.

No início do século XX, no livro *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, Max Weber apresenta uma análise acerca das expressões do capitalismo numa esfera religiosa. Nesse texto, ele identifica a origem da cultura capitalista moderna nos fundamentos da moral puritana. Em síntese, o ápice da fomentação de Weber²⁴⁴ identificava o capitalismo moderno com um processo de racionalização²⁴⁵ da conduta nas diferentes esferas da existência da vida social. O autor reconhecia a economia como uma dimensão importante da existência, que não determinava as demais, mas que se relacionava com todas, de modo que distingue o campo da Sociologia da Religião via secularização²⁴⁶ – ideia associada à retirada da religião das esferas de poder, da economia, da moralidade etc. Nesse contexto, vale lembrar a afirmativa de Sanchis²⁴⁷ – “a modernidade não expulsou nem suprimiu a religião” – , sobre a qual Pierucci²⁴⁸ escreve:

Dia desses, numa banca examinadora, ouvi de um candidato uma frase que imediatamente anotei, pela contundência da coisa dita e pela serenidade ‘científica’ que o proferente ostentava: ‘Em algum lugar da anunciada secularização da sociedade moderna, o panorama religioso atual mostra que os deuses não foram apagados’. Eis aí, comprimida em poucas palavras, a síndrome do autoengano que hoje ronda a sociologia da religião, por mim diagnosticada noutra oportunidade.²⁴⁹

Para início de análise, Pierucci atenta que Weber correlata ao fato histórico demonstrado no cenário em que ele próprio viveu a ideia de “que a religião e a religiosidade se mostravam muito menos valorizadas no início do século XX do que na alvorada dos tempos modernos”²⁵⁰. A percepção do economista girava em torno do declínio dimensional do valor cultural que a religião tivera no passado, originário na moderna cultura capitalista.

²⁴⁴ No capítulo 3 trataremos mais a respeito da sociologia weberiana.

²⁴⁵ Na sociologia de Weber, racionalização teórica significa e implica intelectualização. PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 14.

²⁴⁶ “Weber, em sua sociologia, constatou, mais do que pensou, o retraimento da religião na razão direta do avanço da modernização capitalista. [...] Ele assim nomeou, chamando de *processo* o desenvolvimento da sociabilidade e de modos de sociação característicos das modernas sociedades euro-norte-americanas de matriz puritana forte. [...] Ele frisa que a secularização implica abandono, redução, subtração do *status* religioso; é defecção, uma perda para a religião, emancipação em relação a ela. PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 3.

²⁴⁷ SANCHIS, Pierre. A profecia desmentida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1997.

²⁴⁸ PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 3.

²⁴⁹ PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 3.

²⁵⁰ PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 6.

Conforme indica Pierucci, Weber chama de processo de secularização o desenvolvimento da sociabilidade e de modos de sociação característicos das modernas sociedades euro-norte-americanas de matriz puritana forte: “Säkularisationsprozess (Weber, 1988b, doravante Psek, p. 217); ou então, com aspas pelo meio, “Säkularisations“-Prozess (idem, p. 212)”. PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 5.

Nesse sentido, faz jus reforçar que a secularização se vincula ao embate entre a modernidade cultural e a religião. A ênfase no desprestígio social da religião pertence ao despertar do fato empiricamente constatado no mundo moderno, quando se leva em conta a separação do Estado. Assim, secularização e laicidade são fenômenos que devem ser contextualizados histórica e socialmente.

A relação dessa observação está associada ao que Weber chama de desencantamento com o mundo²⁵¹, a luta ancestral da religião contra a magia. De acordo com Antônio Flávio Pierucci,

Segundo Weber, os homens de seu tempo simplesmente não conseguiam fazer ideia de como o Ocidente já foi religioso. Bate muitas vezes nesta tecla a sociologia de Max Weber, a tecla da secularização como algo que já ocorreu e que, portanto, não comporta mais, da parte do sociólogo, juízos de valor ou de deseabilidade. A pretensão é mais modesta. Não se trata mais de predizer, de projetar, mas sim de constatar objetivamente a mudança.²⁵²

Segundo Pierucci, as religiões têm-se revitalizado e manifestado um crescimento virtuoso nas três décadas finais do século XX, anulando a hipótese de morte do sagrado e fazendo notar o fenômeno da dessecularização²⁵³. Ele associa esse fato à explosão midiática da religião perfeitamente orquestrada com o marketing religioso professado. Sobre a obra de Weber, o teórico relata:

Suas pesquisas são dedicadas ao campo das transformações objetivas que afetam a religião e seu estatuto cultural e, simultaneamente, aos processos de racionalização das diferentes esferas culturais de valor e dos modos de levar a vida. O que de mais precioso, a meu ver, existe na contribuição weberiana à tese da secularização, a saber, a capacidade de pôr à mostra de modo convincente a interface entre racionalização religiosa e racionalização legal. A racionalização religiosa, que desencadeia, desdobra e acompanha no Ocidente o desencantamento do mundo, implica ou supõe, embora não se identifique com a racionalização jurídica, que de seu lado perfaz o

²⁵¹ Para Weber, o desencantamento do mundo ocorre justamente em sociedades profundamente religiosas, é um processo essencialmente religioso, porquanto são as religiões éticas que operam a eliminação da magia como meio de salvação. Isso fica explicitado nesta outra passagem de *A ética*, na qual Weber estabelece estilisticamente, com o uso dos dois pontos, a seguinte equação: “o desencantamento do mundo: a eliminação da magia como meio de salvação (PE, p. 114; EP, p. 81). Por isto, por mais de uma vez Weber lhe agrega o adjetivo religioso: o “desencantamento religioso do mundo” [*diereligiöse Entzauberung der Welt*; PE, p. 156]. Secularização, por outro lado, implica abandono, redução, subtração do status religioso; é defecção, uma perda para a religião e emancipação em relação a ela”. PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 8.

²⁵² PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 7.

²⁵³ Intensificamos aqui atenção ao anexo de entrevista, na parte final, em que há abordagem do assunto. O termo dessecularização será exposto para explicar o resultado da análise do depoimento dos editores no capítulo 3 desta dissertação.

desencantamento da lei, a dessacralização do direito, e põe de pé o moderno Estado laico como domínio da lei.²⁵⁴

Weber faz entender o termo secularização como um apagamento de vestígios religiosos, da marca original, um descentramento em relação à origem²⁵⁵. Por fim, dispomos a transcrição presente em Pierucci:

A teoria da secularização é uma teoria geral da mudança societal e consiste de um corpo empírico coerente de generalizações empíricas que repousa sobre premissas weberianas fundamentais. De acordo com essas premissas familiares, em certas sociedades as visões de mundo e as instituições ancoradas na transcendência perdem influência social e cultural como resultado da dinâmica da racionalização. [...] Porque as sociedades ocidentais foram as mais afetadas por processos de racionalização, elas se tornaram profundamente secularizadas (Lechner, 1991, p. 1.104).²⁵⁶

Conforme Pierucci assinala: “ Uma volta às fontes do conceito de secularização pode ser de grande ajuda no debate atual em torno da contemporânea fermentação de religiosidades. A meu ver, ajuda bastante.”²⁵⁷.

2.3 Um jornal de verdade

Nesta subseção discorreremos sobre o conceito de Cultura Política, de Serge Berstein, a fim de analisarmos as palavras-chave usadas nos discursos iurdianos. Zicman²⁵⁸ aponta que a análise temática observa o estudo sobre as atitudes da Imprensa frente a um determinado fato. Sendo assim, os jornais serão apresentados com vista a esquematizarmos as ideias mais frequentes para discutirmos seus diálogos. Desse modo, a intenção é viabilizarmos o detalhamento das principais polêmicas, interpretações, dados e perspectivas decorrentes na mídia impressa do ano de 1992. O foco é mapear o fio condutor sobre o posicionamento de conteúdos que revelam um projeto de nação e um discurso religioso, aliados à pauta neoliberal. Quanto às fontes impressas, o perfil dos jornais selecionados será mapeado e analisado segundo os seguintes critérios: materialidade, periodicidade, seções, colaboradores, tendências políticas, principais temas abordados. Com isso, buscamos apreender, de maneira

²⁵⁴ PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 6.

²⁵⁵ No próximo capítulo apresentaremos o termo weberiano “ascese intramundana” para melhor compreensão das perspectivas puritanas.

²⁵⁶ PIERUCCI, *A Secularização em Max Weber...* p. 10.

²⁵⁷ PIERUCCI, *Secularização em Max Weber...* p. 24.

²⁵⁸ ZICMAN, *História através da imprensa...*

mais densa, a fonte em sua multiplicidade de aspectos, a fim de apurarmos se as publicações dialogavam entre si e/ou com o restante da imprensa periódica, objetivando compreender de que maneira se deu a circulação dos assuntos que eram noticiados.

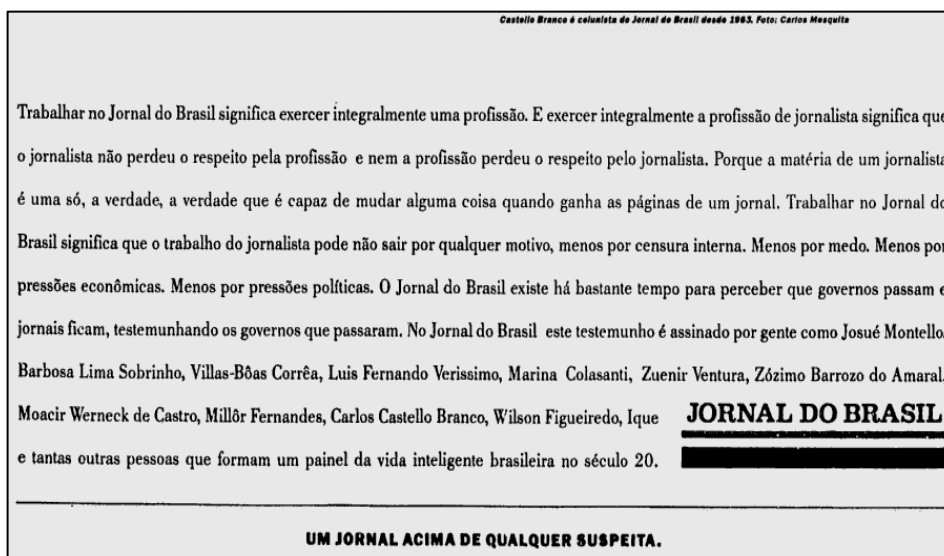


Figura 9 – Anúncio JB

Fonte: Acervo JB²⁵⁹.

JB ficou conhecido como “um jornal de verdade” após passar por diferentes fases: começou no viés monarquista (1891-1893), transformando-se em republicano de oposição com Rui Barbosa no comando (1893), focalizado num perfil popular (1894-1918), tornando a ser visto como um boletim de anúncios (1918-1953). A partir de 1954, modernizado e consolidado como um jornal de referência na grande imprensa, contava com equipe editorial formada por editores, repórteres, colunistas, conselho editorial e diretores. Ao preço de Cr\$ 1.000,00, em janeiro de 1992, o *JB* disponibilizava a comercialização em bancas e entregas em domicílio. No final do ano, o preço de custo para o Rio passou a Cr\$ 8.000,00. O salário mínimo vigente na época estava em Cr\$ 96.037,33, de janeiro a abril, e aumentou consideravelmente, mantendo-se entre os meses de maio a agosto em Cr\$ 230.000,00. Em setembro, chegou a Cr\$ 522.186,94, com duração até dezembro²⁶⁰.

O *JB* consistia em veículo diário com preço de venda alternado nos variados estados: em dias úteis (valor reduzido) e domingos (mais caro). Suas principais áreas de comercialização eram RJ, SP e Brasília. As produções chegavam à média de 75 páginas e

²⁵⁹ *JB*, 1º caderno, 24/05/1992, p. 27.

²⁶⁰ Índices extraídos do *JB*, publicados na seção Negócios e Finanças durante o ano de 1992.

estavam distribuídas em cadernos: *Política* (contendo os principais fatos dirigidos a política em geral), *Opinião* (redigido pelos leitores, personalidades e editorial do jornal), *Cidade* (descrevendo o cenário diário da cidade do Rio de Janeiro), *Internacional* (seleção dos destaques ao redor do mundo), *B* (suplemento cultural e artes), *Esportes*, *Economia* e *Sociedade*. Eram elencadas com um aproximado número de páginas, aqui destacado: a primeira seção abordava temas de política e governo (4 páginas), Brasil (2 páginas), Ciência e Ecologia (1 página), Internacional (2 páginas), Opinião, Esporte/ turfe (4 páginas); Caderno de Negócios e Finanças (8 páginas), contendo notícia internacional e notícias de mercado e informática; Caderno Cidade (6 páginas); Caderno B (6 páginas), constando coluna de retrospectiva de nota publicada no jornal há cem anos, quadrinhos, horóscopo, cruzadas, eventos culturais e artísticos diversos tais como espetáculos teatrais, cinema, exposição de pintura, programações televisivas e de rádios de diversos canais. Finalmente, 12 páginas organizavam classificados de imóveis, empregos, oportunidades, serviços, ensino comunicados, som, veículos. No decorrer do ano, a seção de classificados chegou a 20 páginas, e posteriormente começaram a separar 3 linhas para anúncios gratuitos e classificados novos para pagantes. Em novembro foi possível observar 16 páginas de classificados, que custavam o valor de Cr\$35.000,00 a cada 15 palavras. Tinham anúncios de vendas em páginas aleatórias em diferentes tamanhos, quantidade de linhas e formatos. Promoção de ensino por meio de anúncios de escola de idiomas e universidades. Outro ponto a se destacar é a existência de uma coluna destinada à Religião e nota de aviso de um número telefônico específico para atendimento exclusivo de publicações de anúncios fúnebres e religiosos.

Sob o título *Ano novo, Rio novo*, o *JB* impulsionou as expectativas para o ano de 1992. A camelotagem no centro do Rio de Janeiro foi assunto do primeiro fascículo publicado no dia 02 de janeiro. Pontuando a questão social devido à crise econômica brasileira e mundial da época, o jornal apresentou posicionamento contrário ao crescimento do quantitativo de vendedores ambulantes no Largo da Carioca e apoiou a decisão do prefeito Marcello Alencar (1925-2014) para a retirada da concessão do serviço alçado em 1991, em detrimento de outros administradores que, como diz o texto, “deixaram essa praga se alastrar”²⁶¹. O panorama social reflete um viés de injustiça com os comerciantes que “pagam impostos para exercer seu mister”²⁶², denunciando a máfia existente por trás dos camelôs, dedicada ao câmbio negro de

²⁶¹ *JB*, 02/01/1992, p. 10.

²⁶² *JB*, 02/01/1992, p. 10.

mercadorias. A matéria também ressaltou repugnar praças e jardins preenchidos por “mendigos e desocupados”²⁶³. De forma a retratar o estado de calamidade pública vigente na cidade, o impresso enalteceu o gradeamento realizados nesses locais. Com isso, descreveu e tornou evidente o contingente humano que adentrou a cidade do Rio nas últimas décadas, resultando em crescimento desordenado de comunidades de baixa renda, deflagrando violência urbana e insuficiente trabalho policial para frear o índice de criminalidade. Registrou em tom de celebração o bom diálogo entre o governador do RJ, Leonel Brizola (1922-2004), e o ex-presidente Fernando Collor, por causa da manutenção das multinacionais Shell e IBM no estado, e a possibilidade de que sediar a Eco-92 pudesse alcançar notáveis rendimentos²⁶⁴.

A polêmica na organização dos comerciantes ambulantes seguiu no curso do jornal. Em novembro, o prefeito Marcello Alencar pronunciou emergência em receber apoio de Brizola a fim de “minimizar os efeitos desse descalabro”, e acalmando dizendo que as medidas não prejudicariam os resultados nas urnas e que serviriam para “respeitar o ambulante, mas não a marginalidade”²⁶⁵.

Continuando nessa mesma edição, a seção Negócios e Finanças trouxe uma coluna com retrospectiva dos meses anteriores de dados econômicos, ou seja: informes de alta inflacionária e recessão econômica. A página 17 demonstrou preocupação dos empresários esperando um ano difícil em 1992. Há anúncios promovendo a assinatura mensal do *JB* e empreendimento. Vejamos:



Figura 10 – Anúncio *JB*
Fonte: Acervo *JB*²⁶⁶.

Assunto marcante na página 11, ainda da primeira edição de 1992, o arrocho salarial e consequente falência na máquina do Estado numa modernização não executada causou a

²⁶³ *JB*, 02/01/1992, p. 10.

²⁶⁴ *JB*, 02/11/1992.

²⁶⁵ *JB*, 02/11/1992.

²⁶⁶ *JB*, Caderno de Negócios e Finanças, 02/01/1992, p. 15.

bancarrota da Previdência, risco de desemprego e crises do governo com queda de popularidade de Collor nas pesquisas, levando-o a um certo isolamento na Casa da Dinda para se proteger dos escândalos que envolviam sua equipe. Por fim, a avaliação de insucesso econômico no plano elaborado por Zélia Cardoso, já tendo passado um terço do mandato, e as penalidades sofridas pela massa eleitoral que aderiu à campanha expressivamente vitoriosa de Collor: assalariados de baixa renda, aposentados, pobres, humildes e desfavorecidos de atendimento do governo. A esperança e a busca pela felicidade apareceram como tema circulante na coluna de Opinião, assinada por Millôr Fernandes. Mais adiante abordaremos este assunto que também é fortemente veiculado na *FU*.



Figura 11 – Coluna de Opinião

Fonte: Acervo *JB*²⁶⁷.

Otimismo e apoio ao governo Collor era a conduta do jornal desde a ascensão presidencial, com ênfase no controle inflacionário e no programa de desestatização²⁶⁸. No desdobrar de maio de 1992, rivalidades familiares, denúncias de irregularidades e escândalos endereçados não apenas ao Executivo, mas, de acordo com o editorial, expressividade de natureza institucional por parte da sociedade oriundas de outros tempos em que o governo não

²⁶⁷ *JB*, Caderno de Opinião, 02/01/1992, p. 11.

²⁶⁸ FERREIRA; MONTALVÃO, *Jornal do Brasil...*

conseguiu resolver²⁶⁹ foram assuntos em pauta, com o posicionamento do *JB* favorável à inculcabilidade²⁷⁰ do presidente quanto às promessas de transparência política e administrativa durante a campanha eleitoral. Entretanto, a aproximação ao processo de impeachment se sustentou em 27/09/1992 (antevéspera da votação na Câmara), com uma publicação revelando rejeição do presidente com dados do Instituto Gallup em índice de 81% da população brasileira. Culminou nas edições dos dias 29 e 30 de setembro com matérias intituladas *Razões para o sim* e *A ascensão e queda de Indiana Jones*, respectivamente conteúdos de abordagem negativa ao mandatário. A situação fora avaliada pelo jornal como estratégia política ocasionada por uma brincadeira de marketing, pondo fim às reações de defesa na figura administrativa de Collor manter capacidade de enfrentamento das reformas do Estado brasileiro e dos problemas sociais.



Figura 12 – Primeira página *JB*
Fonte: Acervo *JB*²⁷¹.

²⁶⁹ Vide: *Em Nome da Verdade. JB*, 1º Caderno, 19/05/92, p. 10.

²⁷⁰ No decorrer de junho, na edição do dia 17, consta a afirmativa: “O verdadeiro objetivo desse alvoroço é tornar o presidente refém de uma operação política para suprimir a modernidade em andamento”. A “CPI do PC” foi vista pelo jornalista Etevaldo Dias (editor executivo da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e posteriormente porta-voz do governo Collor), sem valor algum. FERREIRA; MONTALVÃO, *Jornal do Brasil*...

²⁷¹ *JB*, 25/05/92.

Edir Macedo dividiu nota com Collor (devido a acusações de corrupção impulsionadas principalmente por veículos impressos) e ganhou destaque na primeira página do *JB* em 25/05/92 por ter sido preso no dia anterior sob acusações de charlatanismo, curandeirismo e estelionato. O mandado de prisão fora expedido pelo promotor Gabriel Inellas que, juntamente com José Eduardo Casarini, aceitou as acusações de vilipêndio de culto religioso e incitação ao crime²⁷². O inquérito tramitava desde 1989, quando o fundador da IURD fora acusado de “explorar os fiéis, distribuindo e vendendo materiais supostamente milagrosos nos templos”²⁷³. Enquanto Edir Macedo escolheu ficar em silêncio, seu sobrinho, Marcelo Crivella²⁷⁴, reportou a mensagem do tio aos repórteres e adeptos: “Ele está feliz por ter sido considerado digno de sofrer em nome do Evangelho de Jesus”. A origem do dinheiro para a compra da *Rádio e TV Record* foi questionada e o bispo respondeu que recorreu a empréstimo para pagar a quantia equivalente a US\$ 45 milhões²⁷⁵.

Organizado materialmente em cadernos²⁷⁶ agrupando notícias de determinados aspectos da sociedade tais como política, economia, esportes, cidade, cultura; *O Globo*, como a maioria dos jornais em 1992, manteve essa organização pois visava atender demandas gráficas, estéticas, industriais e mercadológicas. A estrutura compunha as seguintes seções: *Primeiro Caderno* (abrangendo *Opinião, País, Rio, Carta dos Leitores, Economia, Sociedade, Esportes*), *Segundo Caderno*, *Caderno de Turismo, O Mundo, Ciência e Vida, Carro & Etc, Informática & Etc, Vestibular, Jornal da Família, Globinho, Caderno Ela, Jornais de Bairro* (circulados no Grande Rio), *Rio Show, Revista da Tevê e Classificados*. Era disponibilizado ao público em serviço de entrega domiciliar por assinatura e venda avulsa, com preços específicos nos diferentes estados brasileiros e com alteração na tabela entre dias úteis e domingos. Iniciou o ano custando Cr\$ 500,00 e ao fim de dezembro elevou a Cr\$ 8.000,00 em estados como RJ, SP, MG e ES; em outros lugares, alcançou o valor de Cr\$ 16.000,00. A cobrança de anúncios de venda de produtos estipulada em até 20 palavras ora estipulada em

²⁷² *JB*, 1º Caderno, 27/05/92, p. 12.

²⁷³ *JB*, 1º Caderno, 25/05/92, p. 6.

²⁷⁴ Marcelo Crivella (1957-) é engenheiro, escritor, político e bispo da IURD. Assumiu cargos políticos como senador representando o estado do RJ (2003-2017), ministro da Pesca e Agricultura (2012-2014) e prefeito do Rio de Janeiro (2017-2020). Foi eleito recentemente deputado federal pelo RJ nas eleições de 2022. ARQUIVO GERAL da Cidade do Rio de Janeiro. Marcelo Crivella. *RIO Prefeitura*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/ccnlep/marcelo-crivella>. Acesso em: 22 fev. 2023.

²⁷⁵ *JB*, 1º Caderno, 28/05/92, p. 8.

²⁷⁶ Os cadernos variavam conforme o dia da semana. A propósito, todo o conteúdo jornalístico do jornal *O Globo* do ano de 1992 utilizado nesta pesquisa encontra-se disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=19901992>. Acesso em: 22 fev. 2023.

Cr\$ 21.000,00 para dias úteis e sábados, e Cr\$ 32.000,00 para domingos, alcançou o teto de Cr\$ 68.000,00 e Cr\$ 95.000,00 para dias úteis e sábados e domingos, respectivamente.

Na edição do dia 8 de novembro foi publicada a justificativa de alteração do valor na tabela de anúncios. Dizia que o quantitativo das bancas autorizadas a receber anúncios do jornal aumentara para cerca de mil na cidade do Rio de Janeiro, portanto, o editorial passara a ter mais notoriedade nas divulgações. A esse respeito, Sodré explica que em dada ocasião, ao observar jornais como *O Globo* e o *JB*, percebeu aumento na tabela de anúncios sem aviso prévio justificado por “‘crise financeira’, sendo que todos os donos de jornal são milionários, fortunas pessoais construídas com a utilização dos jornais”²⁷⁷. O autor denuncia as ampliações realizadas nas sedes dos jornais e altos investimentos em prédios e maquinários em detrimento dos salários inadequados destinados aos jornalistas, repórteres, ilustradores que não estavam equiparados ao piso do salário-mínimo nacional. Ponderou ainda que as reformas foram feitas com base em empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil e benefícios de favores fiscais.

Existia uma tabela diferenciada para avisos fúnebres e religiosos. Ao todo, havia uma média de 5 cadernos distribuídos em torno de 50 páginas, com variações quantitativas expressivas. O exemplar de assinante também era flutuante, sendo possível alternar em 3 cadernos com 32 páginas, tanto quanto em 13 cadernos divididos em 174 páginas publicadas, das quais 60 páginas estavam destinadas a Classificados.

O ano do impeachment foi noticiado diariamente pelo jornal *O Globo* de forma contundente. Pautas como a conferência mundial do meio ambiente sediada no Rio de Janeiro, movimentações do governo federal, programações televisivas, artes em geral (teatro, cinema, novelas), comportamento e estilo de vida, notícias mais visibilizadas no mundo, dentre outras, circularam no *O Globo* naquele período.

Vale ressaltarmos os desdobramentos jornalísticos nos escândalos envolvendo o presidente Fernando Collor. A princípio, o jornal apenas noticiava os fatos descortinados perante a sociedade. Mesmo mediante narrativa de Pedro Collor tratada na imprensa da revista *Veja*, *O Globo* não exibiu posicionamentos no caso. Haja vista o apoio do jornal *O Globo* na campanha presidencial revelado no primeiro capítulo desta dissertação, importa mencionarmos o apontamento de Nelson Werneck Sodré concernente ao dinheiro que os jornais ganham com a propaganda política partidária em tempos de eleição e as matérias pagas com objetivos de cunho político fornecidos pelos governos ou proprietários de jornais

²⁷⁷ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. 420.

que conquistam cargos eletivos ou vantagens pessoais através de campanhas demagógicas²⁷⁸. Ele afirma: “Dinheiro dessa natureza aluga jornais[...] Dinheiro dessa procedência também financia uma fabulosa indústria no País, a do anticomunismo”²⁷⁹. Sodré provoca a reflexão sobre a natureza financeira estrangeira dessa empreitada. Ele explana, por meio de uma transcrição, ser um controle sobre a imprensa pelas agências estrangeiras de publicidade:

Osvaldo Costa, em seu jornal, refletia a opinião popular quando apreciava o quadro: ‘O sensacional documento que publicamos, sobre *O Globo*, provando que suas campanhas contra o Nacionalismo, contra os sindicatos operários, contra as ligas camponesas, contra a UNE, contra Cuba, etc., não passavam de matéria paga pelos americanos, com a pitoresca recomendação de ser publicada sem essa característica.’²⁸⁰

Observando o desfecho da relação entre a abordagem positiva ao governo Collor e depois contrária a ele, apoiando o impeachment seguindo essa pauta, o jornal pronunciou comentários nos editoriais exibindo opinião somente quando o clima de insatisfação social decorrente no mês de agosto ganhou notoriedade com os “caras-pintadas”. Vejamos a entrevista exclusiva com Pedro Collor após o impeachment:

²⁷⁸ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. 421.

²⁷⁹ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. 423.

²⁸⁰ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. 432.

O restante do parágrafo discute sobre os grupos financeiros internacionais dominando as fontes de informação e os meios de exploração de riquezas como nova forma de colonialismo que fornece ao povo colonizado a falsa ideia, e por isso cruel impressão, de senhores de seu destino.



Figura 13 – Entrevista com Pedro Collor

Fonte: Acervo *O Globo*²⁸¹.

A mesma edição se apropriou do discurso justificando os motivos pelos quais Collor foi eleito. Comunicava a prevalência e preferência dos votos por Collor, tendo em vista as propostas diferenciadas “das ratazanas do nacionalismo e do populismo. Fez o que pôde. Esperava literalmente tirar a barriga da miséria. Collor traiu 35 milhões de brasileiros. Sua mulher é acusada de batotear o dinheiro das crianças na LBA ao nascerem, na sua alimentação, no seu tratamento médico e na sua funerária de subnutridos”²⁸². O descontentamento segue comparando a criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência) fundada no governo de Getúlio Vargas e idealizada pela primeira-dama, Darcy Vargas (1895-1968), a quem não houve informações hostis enquanto esteve à frente do órgão de assistência de ajuda às famílias dos soldados em tempos de guerra, segundo o jornal. A mostra sobre a real insatisfação do jornal adverte:

²⁸¹ *O GLOBO*, 31/12/1992, p. 10.

²⁸² *O GLOBO*, Segundo Caderno, 31/12/1992, p. 3.

1992 a olho nu

Neste último dia de 1992, o povo brasileiro pode se dar parabéns pelo seu comportamento na deposição de Collor. Foi desobediente civil, como Tolstói, indo às ruas, mas ordeiro, exigindo que sua frágil democracia fosse mantida, com o afastamento do primeiro presidente que elegeu desde 1960, porque acusado de furto maciço. Acusado não é provado. Isso cabe aos tribunais. Todo mundo tem direito de defesa. Mas se quer que a lei puna os culpados, quando e se os houver, iniciando, no fim do século XX, uma fase de justiça inédita em nossa história desde 1500. Com quase 500 anos de existência queremos engatinhar em civilização.

Figura 14 – Segundo Caderno

Fonte: Acervo *O Globo*²⁸³.

O panorama econômico intitulado *Nova Ordem* descrito por Miriam Leitão na última edição do ano expressava descrédito quanto ao governo de Itamar Franco (1990-2011) sanar o montante das demandas referentes ao combate à inflação, redução de juros, diminuição das desigualdades, manutenção dos compromissos externos, promoção da descentralização e retomada do crescimento econômico²⁸⁴. O Índice Geral dos Preços do Mercado (IGP-M, criado em meados de 1989), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), alertava sobre o dado inflacionário do período acumulado do ano, ultrapassando 1000%:

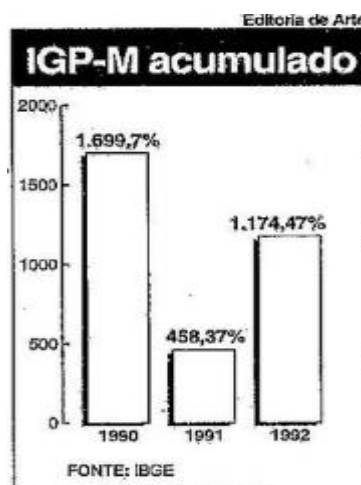


Figura 15 – Economia

Fonte: Acervo *O Globo*²⁸⁵.

²⁸³ *O GLOBO*, 31/12/1992, p. 3.

²⁸⁴ *O GLOBO*, Economia, 31/12/1992, p. 20.

²⁸⁵ *O GLOBO*, 31/12/1992, p. 23.

A reportagem explica que a causa da alta na taxa de dezembro se deveu à concentração dos três últimos reajustes do combustível e que o IGP-M não chegou a captar a aceleração da inflação ocorrida na última quinzena do ano, como reação do comércio ao crescimento do consumo e a seus baixos estoques. A solução, por meio de propaganda no jornal, aponta entrada em sistema de ensino a fim de conquistar conhecimentos educacionais como alternativa para a saída da crise:

Figura 16 – Caderno de Economia

Fonte: Acervo *O Globo*²⁸⁶.

Por fim, outra polêmica repercutida em 25 de maio, estampada na capa do jornal, dividiu atenções entre os casos de acusação de corrupção envolvendo Collor, na administração do governo federal, e Edir Macedo, na conduta da IURD.

Em seu primeiro formato, a *FU*, periódico administrado pela IURD – por essa razão, representava uma síntese da corrente de pensamento da instituição religiosa –, possuiu tiragem de 100 mil exemplares/semana. Contava com corpo editorial especializado não proveniente dos circuitos da Igreja²⁸⁷ composto de oito profissionais²⁸⁸. Ao ser reestruturada,

²⁸⁶ *O GLOBO*, 18/12/92, p. 21.

²⁸⁷ Ao concederem entrevista para compor este material, os editores assinalaram que, na época em questão, a Igreja não tinha fiéis qualificados para exercerem tais funções nas comunicações da instituição religiosa.

²⁸⁸ Dados retirados da tabela de expediente da 1ª edição do jornal. Na publicação de 05/06/2011, p. 9, 1000ª edição da *FU*, consta uma entrevista com Cleyber Fintelman dizendo que a 1ª edição contou com apenas três profissionais na redação, sendo o próprio, Claudio Ignatiuk e Julio Miranda. Contudo, a versão que citamos é sustentada no depoimento colhido juntamente a esses três editores para a escrita desta pesquisa.

passou para cerca de 22 pessoas²⁸⁹ que assumiram funções de: diretor, supervisor, editor, reportagem, fotografia, departamento de arte, composição, revisão, secretaria de redação, representante comercial e colaboradores. Lançada em 15 de março de 1992, a *Folha Universal* foi distribuída internamente (nos templos da Igreja Universal) e gratuitamente.

Iniciando com 12 páginas, há registro de distribuição interna nas primeiras edições. Ao final de 1992, chegou a conter 20 páginas, média que se deveu ao desenvolvimento da seção de classificados. No decorrer das edições foi estipulado o valor para anúncios pagos coadunando com propagandas gratuitas, desde que a diagramação, as linhas e o tamanho do texto estivessem obedecendo aos critérios de publicação.

Cabe mencionarmos que na entrevista com os editores para compor este material, eles relataram que os custos com os funcionários e produção gráfica, naquela ocasião inicial, eram onerados pelos cofres da IURD. Alguns fiéis, deliberadamente, alçavam ofertas voluntárias para colaborar com a intenção da igreja de manter o canal impresso para divulgar o evangelho por meio da vida e obra de Jesus e os demais serviços cristãos viabilizados pela instituição religiosa (pois, apesar de haver o valor financeiro, o veículo era doado a pessoas que não pertenciam à IURD). Contudo, consta na *FU*²⁹⁰ a promoção de gincana entre os jovens iurdianos a fim de alavancar a propagação do impresso. Nesse sentido, por meio da juventude, o impresso chegou à banca de jornal para ser disposto à comercialização, tendo em vista que a gincana envolvia a juventude entre templos filiais e sedes da igreja, como uma espécie de competição. O prêmio para o grupo vencedor em vendas foi o ganho de transporte gratuito para um dos eventos destinados à juventude que ocorriam, na época, no ex-terreno da Telerj²⁹¹.

²⁸⁹ *FU*, 09/08/1992, p. 2.

²⁹⁰ *FU*, 14/06/92.

Descreve que o objetivo de incluir jovens foi por serem fortes em anunciar os problemas sociais e morais da sociedade.

²⁹¹ Espaço industrial abandonado localizado em Engenho Novo/RJ, onde funcionava a empresa operadora de telefonia Telecomunicações do Rio de Janeiro, também conhecido como terreno da Oi. O espaço foi arrematado pela IURD em um leilão ocorrido em outubro de 1993. MOVIMENTO UNIVERSAL. Catedral Mundial da Fé – A Pedra Fundamental. *Movimento Universal*, 11 maio 2012. Disponível em: <https://movimentouniversal.wordpress.com/2009/05/11/catedral-mundial-da-fe-a-pedra-fundamental/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

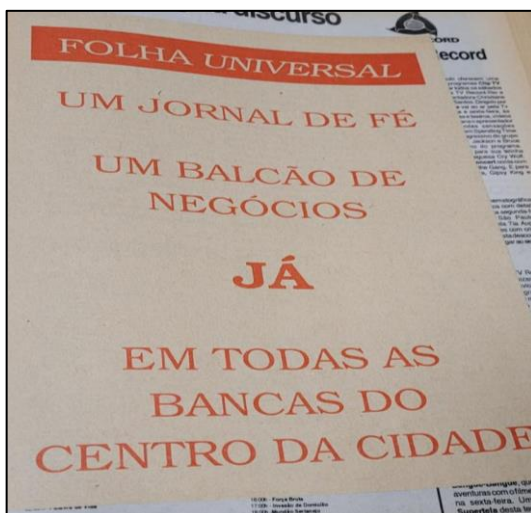


Figura 17 – Folheto de propaganda da *FU* encontrado no acervo das publicações de 1992 da redação do jornal²⁹²

Fonte: Acervo *Folha Universal* (folheto).

Visando alcançar “um público leitor cada vez mais eclético, de várias tendências políticas e religiosas, mas exigente quanto a qualidade de um veículo com essas características e que circula por todo o Estado”²⁹³, a partir do mês de julho, a *FU* podia ser encontrada nas bancas do centro do Rio de Janeiro. A distribuição começou a ser realizada pela equipe da *FU*.

No primeiro ano de publicação, a gratuidade perdurou até a 7ª edição. A partir da 8ª até a 15ª foi atribuído o valor de Cr\$ 500,00, e da 16ª até a 30ª aumentou para Cr\$ 1.000,00. Reajustou para Cr\$ 1.500,00 nas edições 31ª a 37ª. E, finalmente, alcançou o valor de Cr\$ 2.000,00 até a última edição do ano, a 40ª. Assim, o impresso semanal chegou a quarenta edições em seu primeiro ano de existência. As colunas fixas eram separadas em: *Palavras de Fé* (editorial com mensagens embasadas em textos bíblicos desenvolvidos por Edir Macedo), *Correspondência* (comunicação dos leitores), *Notícias Universal* (fatos da igreja como inaugurações de templos, manifestações sociais – e.g. iniciativa da IURD em 1988 em promover passeata contra matança de crianças em rituais de candomblé e a favor da liberdade de culto, manutenção de orfanato e lar de anciãos, comemorações e eventos da IURD, dentre outros), *Depoimento* (testemunhos de fiéis da IURD, relatando mudança de vida a partir do envolvimento com o trabalho da instituição e, com rigor, em todas as edições houve citações

²⁹² Vale destacarmos a relação das palavras geradas no anúncio: fé e negócio. O produto veiculado para consumo destina-se a atender os padrões de um público que está à procura de fé e intenta obter bons negócios. Ou seja, atende as dinâmicas espiritual e material da vida. É possível interpretarmos o anseio da *FU* em promover um comportamento na vertente do “empreendedor de si mesmo”.

²⁹³ *FU*, 05/07/92, p. 6.

de pessoas adeptas de outras religiões que foram cooptadas pela Universal), Programações da rede *Record* e canais de rádio da Universal), *Classificados*, *SOS Comunidades*, *Evangelização*, *Histórias do mundo cristão*, *Passatempo* (*Cruzadinhas*, *Caça-palavras*, *Adivinhas* e outros), *Esporte*, *Linha Direta* (conexão de relatos de cura), *Queixas, sugestões e elogios*, *Saúde*, *Cristo mudou minha vida*, *Estudo bíblico* (sobre doutrina/mordomia cristã). Em suma, havia reportagens contando situações fora da esfera religiosa, como a Eco-92 e apoio ao prefeito César Maia (1945-). Sobretudo, o veículo se tornou uma maneira de contestar as falácias que a IURD alegava: “ a grande imprensa só arrasa com a Universal”. Enquanto circulavam essas indagações, os leitores participavam expressando apoio ao líder e satisfação com os serviços sociais e religiosos prestados pela Igreja. As respostas no impresso mostravam as ações de recuperação de dependentes químicos, visitas a presídios, hospitais, fundação de asilo e orfanatos, dentre outras demandas de envolvimento social desenvolvidas pelos membros da Universal²⁹⁴.

A chamada de *SOS Espiritual* recomendava um telefone disponível para atendimento a pessoas com problemas de insônia, angústia, tristeza, depressão, dentre outros males de natureza espiritual. Contudo, o informe não sinalizava cobrança ou gratuidade nas ligações efetuadas.

Cabe acentuar que desde a primeira edição havia circulação de reportagem em defesa do bispo Edir Macedo. Logo no fascículo inicial há uma convergência de informação entre a *FU* e a abordagem da *Folha de S. Paulo*. Na ocasião, a menção do jornal de grande mídia foi honrosa ao líder da Universal, visto que ocorria, segundo a *FU*, “campanha difamatória” acerca das contribuições financeiras em forma de ofertas e dízimos depositados pelos fiéis iurdianos a partir de pedidos desencadeados pelos pastores da Igreja. A *FU* pôs nota da dimensão alcançada pela IURD ao completar 15 anos de existência naquele tempo, de modo que sobressaiu o destino dos investimentos: 800 templos constituídos no Brasil; cerca de 8 implantados em outros países, acervo da *Rede Record* de TV e de 12 estações de rádio, centenas de pastores e os trabalhos sociais de resgate à dignidade humana gestados pela IURD. O artigo assinado por Jorge Boaventura²⁹⁵ foi publicado na *Folha de S. Paulo* e reproduzido na *FU*, que na época assumia a função de professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e atentava para a honestidade da função do jornalista em prestar informações

²⁹⁴ *FU*, 22/11/92. A capa da 35ª edição enaltecia o recado: *Um desafio à grande imprensa*.

²⁹⁵ A entrada do colaborador da *FU* Jorge Boaventura ocorreu no jornal de número 4, para a escrita quinzenal de artigos. A ocasião apresenta-o como ex-chefe de Estudos Sociais do Colégio Interamericano, de Washington, professor da UFRJ e colaborador da *Folha de S. Paulo* há 20 anos. *FU*, 4ª edição, 12/04/92, p. 3.

baseadas na verdade e justiça aos leitores. Nisso, o autor descreve que a real intenção do rebaixamento moral seria de afastar um competidor e intimidar o presidente da República por decidir sobre a concessão do canal da *Record* aos proprietários do acervo. A questão levantada apontava que em hipótese de concessão negatizada, a possibilidade de outros comprarem a preço vil estava em observação²⁹⁶.

No decorrer do fascículo nos deparamos com o título relativo ao trânsito religioso²⁹⁷: *Mais um terreiro vira lugar sagrado*. Tal provocação existente por meio da construção de Igrejas Universais em lugares que outrora eram destinados a cerimônias de religiões de matrizes africanas remete à reflexão sobre a alteridade no que venha a ser sagrado na ótica de diferentes religiões. Esse tema circulou na primeira edição e se sustentou nas demais publicações do ano. E, com frequência, a relação de cuidado do pastor com as ovelhas era refletida na *FU* apontando para o ser transcendental atuando com êxito na vida humana.

De outra forma, no sentido de não sobrepor uma cultura a outra, o projeto Ler e Escrever atuava desde 1991 em 84 IURDs do RJ, aprimorando a fase de alfabetização e, quando concluída, o estudante estava apto para prosseguir os estudos regulares no Ensino Fundamental²⁹⁸. Posteriormente, atingiu a marca de 4 mil alunos com idade de 15 a 60 anos e expandiu para o patamar de curso de alfabetização funcionando nas IURDs dos Estados do RJ e SP e as cidades de Curitiba (PR), Recife (PE), Aracaju (SE), Vitória (ES) e outras.

A narrativa dos editores se confirma com a análise do impresso: a linguagem escrita estava desenvolvida com coerência e coesão para tratar dos assuntos religiosos, atraindo fácil entendimento tanto para os fiéis, que já estavam imersos no engendramento da organização, quanto para o público de fora do setor confessional. A concepção da linha editorial verificada atendia a idealização dos editores: aspectos referentes aos cerimoniais/eventos religiosos, as campanhas de alfabetização em comunidades (concepção vista, a princípio, para sanar a deficiência de um público frequente com baixa escolaridade da IURD), cuidados jurídicos e saúde do corpo, circulação de conteúdos históricos do Brasil, prontidão emergente de assistência da IURD aos menos favorecidos vítimas de sofrimentos tramados por caos urbanos (como moradores em situação de rua, usuários de drogas e presidiários). Enfim, uma cartela de empenho na participação ativa social viabilizada pelos fiéis da Igreja a fim de

²⁹⁶ *FU*, 1ª edição, 15/03/92, p. 7.

²⁹⁷ O trânsito religioso do brasileiro pode ser compreendido como a mobilidade social de pessoas que encontram em um novo grupo características que desejam compartilhar. CISCON-EVANGELISTA, M. R.; MENANDRO, P. R. M. Trânsito religioso e construções identitárias: mobilidade social de evangélicos neopentecostais. *Psico-USF*, v. 16, n. 2, p. 193–202, maio 2011.

²⁹⁸ A reportagem apresenta dados de alcance de 1.800 alfabetizados. *FU*, 30/03/92, p. 10.

amenizar violências que a miséria alimentar, psicológica e emocional causa nos seres humanos.

A seção de *Carta dos Leitores* demonstrava diversos comportamentos de fiéis, como também de não membros da Universal, levando a entender o público eclético de leitores. Os mais intensificados foram: solidariedade com sofrimento humano fomentados por palavras de esperança, textos literários (como poemas) e amparo em alusão às questões sociais da época; participações baseadas em princípios norteadores que revelavam empatia pelo bispo Macedo e repúdio às informações veiculadas pela grande imprensa.

No que tange à pauta de conhecimentos históricos circulados em 1992, vale ressaltarmos a abordagem da historiadora Sonia Wanderley discorrida na matéria intitulada *Presidencialismo x Parlamentarismo – O sistema político em discussão*. A conjuntura social exigiu a conscientização do povo brasileiro sobre o tema, pois a questão veio a ser definida em 21 de abril de 1993 por meio de plebiscito.

A reportagem *Evangélicos crescem e se multiplicam – Censo religioso revela que templos se expandem e ocupam o espaço da Igreja Católica*, veiculada no jornal *O Globo* em 30/08/92, página 26, foi notícia de capa na 32ª edição da *FU* publicada em 1º de novembro de 1992, desenvolvida nas páginas 10 e 11. Sob o título *Evangélicos – Um poder cada vez maior que pode eleger um presidente*, percebe-se que a Igreja Universal estava atenta aos desdobramentos da participação do voto evangélico e, posteriormente, chegou a organizar o Partido Republicanos²⁹⁹, ativo e com grande alcance de eleger candidatos nos dias em que esta dissertação é produzida.

Nesse contexto, importa avaliarmos as menções que a *FU* executou de aproximações com políticos neste primeiro ano de publicação, aportando ao crescimento da Igreja Universal. Destacam-se: Laprovita Vieira³⁰⁰ (1938-2020, deputado federal), Celso Macedo³⁰¹ (vereador do município do Rio de Janeiro e irmão de Edir Macedo) e Eraldo Macedo (deputado estadual, irmão de Edir Macedo), dentre outros. Ambos escreviam nos jornais

²⁹⁹ Justifica-se a existência do partido político na missão: “O Republicanos existe para vocalizar os valores do conservadorismo de costumes, liberalismo econômico e defesa intransigente do sistema democrático, por meio da representação qualificada de seus quadros partidários”. REPUBLICANOS 10. Missão, Visão e Valores. *Republicanos 10*. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/missao-visao-valores/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

³⁰⁰ Além de político, atuou na negociação de compra da *RecordTv* por Edir Macedo.

³⁰¹ Celso Macedo intermediou a IURD ser reconhecida como instituição de Utilidade Pública, conforme a Lei nº 1.407, publicada em 8/06/1989 e assinada por Marcello Alencar. *FU*, 03/05/92, p. 9.

enaltecendo a dimensão de alcance da IURD no amparo às demandas de necessidades sociais e promoviam menções honrosas nos setores da política ao líder da instituição.

Werneck acrescenta, em seu livro, que os jornais refletem com mais clareza e justeza a paisagem social e política do país. A esse respeito, considera:

Nos dias que correm – quando escrevo estas linhas – está em tramitação no Congresso uma nova lei de imprensa. O neoliberalismo está introduzindo profundas, essenciais mudanças na legislação, em todos os campos. A da imprensa não poderia constituir exceção. O mesmo acontece, por excelentes razões, com a nova e inovadora lei eleitora: ela vem sendo preparada para assegurar a manutenção do poder pelos representantes do neoliberalismo. O Brasil conhece de velhos tempos a norma costumeira de discutir e votar lei eleitoral sempre que se aproxima uma eleição geral. A nova lei visa sempre acomodar uma situação transitoriamente dominante. No caso, assegurar o controle da imprensa pelas forças políticas dominantes.³⁰²

As edições de 11/10 e 29/11 nº 29 e nº 35, respectivamente, trazem na capa e descrevem nas páginas 7 e 9, em ordem subsequente, a promoção de abertura de casas noturnas (Clube das Mulheres), segundo a *FU*, estimuladas pela novela da *TV Globo* intitulada *De Corpo e Alma*. A matéria repreende a atitude da emissora em colaborar com a “libertinagem, luxúria, gastos financeiros em ócio, sensualidade e busca pelo prazer em práticas sexuais promovidas por strippers”. A nota de reprovação afirma que são valores distorcidos que a emissora usa para influenciar negativamente, com a finalidade de destruir famílias e ensinar o crime. A reportagem apresenta uma reflexão assinada pelo pastor Mário Luiz, que na ocasião atuava na IURD Cine Comodoro, atentando para o viés de “promiscuidade e degradação do ser humano mediante o consumo de materiais de meios de comunicação dessa origem contrária aos padrões eclesiásticos da denominação”.

A edição continua expondo, em tom de perseguição, o fato de a grande imprensa noticiar o desdobramento das acusações sofridas pelo bispo Macedo. Em defesa, o jornal propõe que a “denúncia” (colocada entre aspas) partiu de setores da umbanda e da Igreja Católica. A justificativa foi atribuída ao crescimento da IURD em detrimento de “milhares de pessoas” que deixaram de seguir estas religiões e seguir os fundamentos apregoados pela instituição. Discorre ainda que o crescimento da Universal na área da comunicação desperta na concorrência a busca por “denegrir” a imagem do bispo da Igreja. A resposta das acusações de charlatanismo e curandeirismo levada pela *FU* argumenta que “quem cura é Jesus e Macedo, por sua Igreja, estimula as pessoas a terem fé” – matéria assinada pelo

³⁰² SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil...* p. XVII.

deputado federal Laprovita Vieira³⁰³. Laprovita aproveita o ensejo e se refere às manchetes sobre as ordens de prisão:

O curioso em tudo isso é que, se houvesse a condenação, o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, seria condenado ao máximo de um ano de prisão. E cumpriria a pena em regime de liberdade. Não há no pedido de prisão preventiva, então, um exagero, um excesso desnecessário? Aí está o calvário de Edir Macedo. Paga ele um preço alto pelo sucesso de sua Igreja, pela certeza de sua pregação, por sua fé. E seus adversários, certamente, chegam a orgasmos de alegria com as notícias que a imprensa veicula.³⁰⁴

Na 32ª edição há uma nota de repaginação da *FU*. Na ocasião, o contrato com Wilson de Carvalho – profissional com expertise no setor jornalístico³⁰⁵ – revelou o projeto de equipar a *FU* a grande imprensa do Rio de Janeiro. O recente editor executivo relata indignação com os diretores de grandes jornais, sugerindo que iniciem campanhas equivalentes à da Universal em atuações em presídios, assistência à saúde aos menos favorecidos. E frisa: “verifiquem se os milagres expostos na Igreja são forjados ou verídicos”³⁰⁶. Sobre esta situação, Julio Miranda destaca na entrevista concedida para esta pesquisa que, enquanto foi responsável pelo jornal, teve cuidado de publicar apenas testemunhos de cura física em que o depoente comprovasse com atestado médico o relato prestado.

Cabe fazermos referência à interseção de abordagem entre os jornais de alguns temas relevantes: enquanto o *JB* evidenciou a problemática dos ambulantes na cidade com posicionamento favorável aos grandes empresários, a *FU* demonstrou um projeto de poder empreendedor ao instigar esse tipo de trabalho nos classificados do impresso. Frise-se também a campanha empreendedora abarcada pelo *O Globo* por meio dos anúncios, estimulando a organização de pequenas empresas. A associação entre linguagem mercantil e termos religiosos encontrada na *FU* denotam incentivo ao indivíduo empreender seu próprio negócio em resposta à crise econômica vigente. Atentaremos ao conteúdo das mensagens nos anúncios a seguir, por vezes apontando soluções para os problemas socioeconômicos do período em questão:

³⁰³ Fala reproduzida na Câmara Federal em 25/11/92. O discurso de Laprovita na íntegra consta nas páginas 10 e 11 da 36ª edição.

³⁰⁴ *FU*, 25/11/92, p. 11.

³⁰⁵ Atuou no exterior como enviado especial dos jornais *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *A Notícia*, *Jornal dos Sports* e *Última Hora*. *FU*, 01/11/92, p. 2.

³⁰⁶ *FU*, 25/11/92, p. 11.



Figura 18 – Técnicas mercadológicas com linguagem religiosa entrelaçada aos termos “ídôlatra”, “imagem” e “unção” no intuito de favorecer as vendas. Promessa de venda de produtos com preço especial para evangélicos, enquanto a própria IURD propaga a divulgação de seus serviços.

Fonte: Acervo *FU*.



Figura 19 – Anúncio
Fonte: Acervo *O Globo*³⁰⁷.

³⁰⁷ *O GLOBO*, 02/11/92, p. 10.

Ainda na seção de classificados podemos constatar uma alavancada no quantitativo de páginas destinadas a propagandas. A 8ª edição ressalta que em dois meses de existência chegou a contar cerca de 500 anúncios gratuitos e 80 pagos por iniciativa de empresas evangélicas e seculares que perceberam a amplitude de alcance da *FU*. A edição destaca a temática com reportagem de entrevista especial de agradecimento aos investidores com relatos dos anunciantes apresentando os principais motivos que levaram as empresas a se unirem a *FU*³¹¹. A matéria relata satisfação dos investidores com as devolutivas empreendidas pela *FU* na articulação da divulgação de produtos em um veículo que objetivava alcançar o consumidor evangélico. Nisso, o jornal que começou com uma página de anúncios, alcançou o topo de nove páginas destinadas à publicidade em 1992.

A 10ª edição, publicada no dia 31/05/92, sequente ao episódio da prisão do bispo Macedo, evidencia maior divulgação quanto ao número de correntes nas reuniões religiosas. Com efeito, variadas unidades temáticas circulavam. Elencamos alguns que aleatoriamente foram mencionados no curso das edições: Corrente dos Milionários (dedicada a obter prosperidade), Corrente dos 70 (destinada a mudança de vida), Corrente do Fogo (com finalidade de mesa farta), Corrente do Cinto de Linho (com o propósito de distribuição de cintos para enterrar e orar e assim fazer os problemas desaparecerem), Corrente do Caminho de Ouro, Corrente da Espada de Gideão, Corrente para Desempregados (também chamada de Pisa na Carteira), Corrente dos 12 Apóstolos (com distribuição da vara de Faraó), Corrente Sentimental (com distribuição de maçã do amor) e, por fim, a Corrente Total (que seria a junção de todas as menções já realizadas visando à “libertação completa em todas as áreas da vida”). A palavra distribuição não está acompanhada de valor monetário ou alusão à gratuidade. Há, portanto, certa omissão de informação, pois apenas se divulga a entrega de materiais de diferentes espécies nas reuniões. Desse jeito, para conferirmos se procede a acusação de comércio de material milagroso, seria necessário comparecer às reuniões presenciais nas IURDs para participar das Correntes e analisar no ato da distribuição possível ocorrência de gratuidade ou alguma forma de oneração para adquirir os objetos. Conforme Zicman indica, a verificação da variável da presença/ausência permite analisar o discurso da Imprensa no quesito metodológico de reconhecer a natureza do jornal e seu conteúdo³¹².

³¹¹ *FU*, 10/05/92, p. 10.

³¹² ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 97.

Em consideração às pautas do governo federal, a edição de 30 de agosto da *FU* explica o que é o processo de impeachment. Nesse sentido metodológico, quanto à orientação, percebemos uma tonalidade³¹³ positiva ao estabelecermos o relatório do governo Collor (unidade tema analisada) detalhado nos jornais *JB*, *FU* e *O Globo*, tendo atenção em pertencerem a grupos com posições sociais, políticas e econômicas específicas.

Outros traços marcantes nos discursos proferidos nos jornais cotejados dizem respeito à busca pela felicidade e à satisfação dos desejos humanos. A *FU* utilizou o recurso *Endereços da Felicidade* recorrentemente nas edições do ano para apresentar os espaços da Igreja como local de encontro das esperanças almejadas. Um lugar comum encontrado no interior da *FU* se refere à narrativa de fiéis afirmando que “conheceu a felicidade na IURD”³¹⁴. A seguir, observaremos as palavras felicidade e desejo nos critérios de propaganda dos jornais:



Figura 23 – Caderno Ela sugerindo produtos relacionados ao estilo e comportamento feminino padronizado na época em questão com respectivos preços comerciais

Fonte: Acervo *O Globo*³¹⁵.

³¹³ ZICMAN, História através da imprensa... p. 97.

Para Zicman, orientação e tonalidade diz respeito a posição do jornal frente ao tema de estudo. Pode ser classificada em positiva, negativa, neutra ou ambivalente. No caso, as organizações cotejadas expõem a mesma opinião favorável ao neoliberalismo e, posteriormente, ao impeachment presidencial.

³¹⁴ *FU*, 24/05/92, p. 7.

³¹⁵ *O GLOBO*, 19/12/92, p. 8.



Figura 24 – Nota de convite para evento IURD
Fonte: Acervo *FU*³¹⁶.

SE A FELICIDADE MORA AO LADO É PORQUE O SEU VIZINHO JÁ TEM A NOVA PHILIPS

POWERVISION

PHILIPS

Em vez de ficar olhando o mundo de longe, vá e adquira uma das suas linhas condutor a nova Philips PowerVision. Elas tem um inovativo tipo DMR que, junto com a tecnologia RIMOS, dá maior nitidez e contraste à imagem. E o novo TWO SPEAKER SYSTEM com dois alto-falantes, um para sons nítidos e graves e um tweeter para sons agudos, vai deixar muito feliz por olá completamente novo. Não se esqueça: sempre de preferência e vá agora mesmo comprar a Philips PowerVision de 20 ou 14 polegadas. E, à noite, convide o seu vizinho para jantar.

ALVILAS • ARAPUÁ • ARAZÓLEN • AUDIOVIDEO • BOULEVARD • CARREFOUR (Bairro/Shopping de Carrefour) • CENAS/BRASIL • SON ELETRÔNICO • B. ELETRÔNICA YUNG • SERRAVALA NOVUS ELETRÔNICOS • FINE • FOTOLÓGICA • FREDWAY • GALERIA UNIVERSAL • NORFIN • ICARAI MOVEIS J. R. • FILARTE • LINA COLONIA (Parque) • LEME SON • LUIS DALATO • LUIS DU SAZ • LUIS LEMPE • MAURO • MARILIA • MOLLICA • PAGES MENDONÇA (Bairro) • PAULO FERRO • PORTO PRIO • PULGADANA BRAS. • RENCAR • RIO LAR • TELE LUMES • TELE RIO

QUALIDADE PHILIPS. A SUA MELHOR GARANTIA.

Figura 25 – Propaganda veiculada no JB
Fonte: Acervo *JB*³¹⁷.

³¹⁶ *FU*, 15/03/92, p. 12.

³¹⁷ *JB*, Caderno Política e Governo, 08/11/92, p. 3.



Figura 26 – Nota veiculada na *FU*

Fonte: Acervo *FU*³¹⁸.

Traçamos até aqui o circuito confessional da IURD em atenção ao contexto de origem da *FU*. A seleção de palavras-chave dirigidas nos termos esperança e felicidade, fé e negócio, correntes e distribuição utilizadas nos jornais contribuem para a percepção condizente a culturas políticas em observância aos apontamentos realizados por Serge Berstein³¹⁹.

O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira a sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenómeno colectivo, partilhado por grupos numerosos.³²⁰

Para o autor, a cultura política “constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama”³²¹. A prerrogativa de associação do conceito embasado pelo historiador se refere ao cuidado sobre o modo de pensar a política em um determinado tempo e espaço. Berstein considera ser insuficiente olhar para os grandes sistemas doutrinários como o liberalismo, o socialismo, o conservadorismo; mas converge para a importância de uma dada situação política, com ênfase na esfera nacional, mobilizar símbolos, afetos e representações políticas de uma maneira mais concreta, assentada no que já existe naquele contexto. O autor estabelece os seguintes instrumentos para compreender Cultura Política: (i) Tradições e Instituições, relacionadas ao carácter plural num dado momento da história de um país; (ii) Ideias e Discursos políticos, crenças e ideais de nossos

³¹⁸ *FU*, 15/03/92, p. 12.

³¹⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

³²⁰ BERSTEIN, A cultura política... p. 359.

³²¹ BERSTEIN, A cultura política... p. 350.

representantes e partidos; (iii) Opinião Pública, alusivo a como as pessoas pensam acerca da política e de seus representantes. Logo, traduz-se como:

uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.³²²

Trata-se de uma leitura comum do passado e de uma projeção no futuro vivida em conjunto³²³, ligada à cultura global de uma sociedade que incide exclusivamente sobre o político. A cultura política é entendida como um fenômeno de múltiplos parâmetros que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos³²⁴.

Por fim, a cultura política

revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade.³²⁵

No tocante às considerações pontuadas por Berstein, as sequências de jornais até a 40ª edição trazem estampado abaixo da matéria um quadro com o local de encontro da felicidade tão almejada na vida em sociedade: a IURD, enquanto instituição religiosa. Ademais, trazem o estímulo à mudança social representada por meio de incentivos à prática e aquisição da leitura e da escrita, tal como os gestos discursivos para sanar a crise de desemprego. Nessa lógica, a Igreja se posicionava como resposta às aflições da sociedade vigente no quesito de crise socioeconômica³²⁶, atrelada à conjuntura político-partidária do governo Collor. Assim, a Universal estipulou um arcabouço apto em estabelecer a circulação de um produto esperançoso: a felicidade. O jogo das palavras que se seguiu no jornal durante todo o ano de

³²² BERSTEIN, *A cultura política...* p. 351.

³²³ BERSTEIN, *A cultura política...* p. 351.

³²⁴ BERSTEIN, *A cultura política...* p. 352.

³²⁵ BERSTEIN, *A cultura política...* p. 363.

³²⁶ BERSTEIN, *A cultura política...* p. 361.

Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos.

1992 com frequente articulação nas “Correntes”³²⁷ atribuindo um ritual religioso com todo tipo de unidades temáticas, visavam à constituição de um sujeito social pleno num viés dicotômico da vida, ou seja, em suas condições material (no quesito de se constituir um indivíduo utilitário – a ser abordado no capítulo a seguir) e espiritual (salvação celestial).

Propagandas de consumo justificadas por palavras-chave como “fé” e “negócios”, pavimentam um roteiro definido descrito no jornal: a tradição da Universal em sustentar um discurso pautado no uso de um termo de esfera confessional, a “fé”, para se apropriar de um estilo empreendedor condizente a um “balcão de negócios” possível de causar mudança socioeconômica nos consumidores dessa racionalidade religiosa. E as relações interjornais³²⁸ giram em torno de atender os desejos do público consumidor brasileiro em específico.

³²⁷ Sobre corpus, Zicman atenta para analisar e codificar: “silêncios”/ ausência, frequência de unidades-temas. No caso da IURD, segue o investimento massivo em chamar para participar das correntes. ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 96.

³²⁸ Para Zicman, a análise “inter-jornais” se refere a comparativos e tendências sobre um mesmo fato ou tema. ZICMAN, *História através da imprensa...* p. 97.

Capítulo III – Saber e sabor do Reino em terras brasileiras

‘Bispo’ arrecada 1 bilhão no Maracanã. [...] O grande *showman* da Sexta-feira da Paixão [...]. Conseguiu transformar o estádio num grande auditório da fé [...]. No palco, os seis pastores e o bispo berravam o nome de Deus. [...] Antes de milhares de sacolas passarem entre os fiéis – ‘para o pagamento dos gastos com o evento’ – e serem enchidas com notas amassadas e pequenas jóias, o pastor Onorilton Gonçalves atacou, aos berros, um dos alvos preferidos da Igreja Universal do Reino de Deus: a imprensa. ‘Se sair nos jornais que nós só pedimos dinheiro, vocês sabem porque pedimos. Então eu vou pedir’, afirmou. ‘Pedir é pecado?’, perguntava ele. ‘N-Ã-O’, respondiam todos, carteiras escancaradas. Ele pediu e foi atendido. O culto da Igreja Universal do Reino de Deus custou, segundo o pastor, Cr\$ 200 milhões – Cr\$ 150 milhões só no aluguel de quatro mil ônibus. A compra da passagem, de Cr\$ 2 mil a Cr\$ 4 mil, dava direito ao viajante de fazer sete pedidos. Era o passaporte para a felicidade eterna.³²⁹

Ao descrever o processo do conhecimento, Rubem Alves³³⁰ recorre à etimologia da palavra saber e encontra nela a mesma raiz pertencente à palavra sabor. O educador e teólogo explica que a ligação existente entre intelecto e paladar é semelhante à de juízo e discernimento. Neste sentido, há uma expansão lógica: o degustar fica correlato ao apreciar o gosto, ou seja, o sabor de um determinado pensamento.

A trajetória de Rubem Alves foi marcada pela aproximação do diálogo entre os saberes da ciência e do senso comum, expressões justapostas pela necessidade básica de compreender o mundo. Assim, quando ele destaca a importância de “saber das coisas” (expressão natural do senso comum), convém entendermos que ter paladar apurado significa ter gostos cultivados. O escritor esclarece melhor direcionando o pensamento ao elo exigente a quem tem um bom paladar (significativo para conhecer a bondade dos alimentos): aptidão, habilidade, capacidade, instrução, razão, bom senso. Após essa destreza, torna-se possível estabelecer um juízo de valor: se o alimento está próprio ou inadequado para consumo.

Tal qual o escritor enuncia na tarefa de aquisição de saberes, propomos degustar o sabor do saber em vias do pentecostalismo brasileiro, não para meramente suscitar consciência crítica, mas para solidificar a cidadania ao persuadirmos seus reflexos à luz das especificidades sobre o próprio corpo característico, relativas aos feitos sociais relevantes desse grupo. Além disso, sinalizamos alerta sobre possíveis limites extrapolados dentro da lógica de um comportamento humano plenamente equilibrado, em que pese a prevalência

³²⁹ *JB*, seção Cidade, 18/04/92, p. 5.

³³⁰ ALVES, Rubem. *Livro Sem Fim*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

desse tipo de religiosidade. O pastor presbiteriano defende que a religião está ligada à busca pela felicidade e esperança³³¹.

Por isso, neste capítulo, traçaremos a origem do neopentecostalismo no Brasil, enquanto categoria do protestantismo. Associaremos a fundação da IURD com a temática da Teologia da Prosperidade. A proposta é confrontar a racionalidade, no que tange aos pressupostos de acumulação de capital em Weber, ressignificando o uso da narrativa sobre o sucesso na Universal sob a ótica empreendedora em Foucault.

Por fim, analisaremos como a IURD se apropria dos pressupostos neoliberais na construção de sua narrativa sobre fé, através do jornal *Folha Universal*. À luz do conceito de *habitus*, preconizado por Pierre Bourdieu, examinaremos a IURD e seu meio de comunicação impresso, atrelado ao papel dos editores que escreviam naqueles jornais, buscando evidenciar os aspectos de relação dos intelectuais da sociedade gerindo documentos religiosos. Desse modo, apresentaremos o resultado da pesquisa, discutindo a análise do discurso da IURD nos impressos.

3.1 Saber e sabor do protestantismo

O protestantismo emergiu no movimento de confrontações e críticas à estrutura eclesiástica liderado pelo monge agostiniano alemão Martinho Lutero (1483-1546), em 31 de outubro de 1517, conhecido como Reforma Protestante. Lutero formulou 95 teses denunciando diversos aspectos da tradição teológica e da vida da Igreja de seu tempo (e.g. venda de indulgências para perdão dos pecados, penitências, salvação). As teses foram publicadas na porta da capela de Wittemberg (Alemanha). O texto seria um convite endereçado às autoridades em teologia para uma disputa escolástica, ou seja, uma discussão argumentativa e contra-argumentativa acerca do tema predefinido³³².

[...] a tudo o que se dizia então sobre as origens e as causas da Reforma protestante. Pois não tinha ela nascido dos abusos da Igreja, tantas vezes denunciados no século XV, mas que vinham se agravando cada dia que passava? Abusos materiais: simonia, tráfico de benefícios e indulgências, vida desregrada dos clérigos, rápida dissolução da instituição monástica. Abusos morais também: decadência e miséria de uma teologia que reduzia a fé viva a um sistema de práticas mortas. (FEBVRE, 2012, p. 37)

³³¹ ALVES, Rubem. *O que é Religião?* 9. ed. São Paulo: Loyola, São Paulo, 2008.

³³² FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero: um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

Elia Wolff³³³ assevera que Lutero não intencionava o divisionismo da Igreja:

O que Lutero pretende é buscar a Igreja das origens. Não se trata de reproduzir a forma histórica da Igreja apostólica, mas o seu significado. Ele entende que mudanças na organização, na prática e nas estruturas são ações externas à Igreja, necessárias para assegurar a sua verdade interior: a fundação em Cristo, de quem recebe autoridade e vitalidade para pregar o Evangelho e administrar os sacramentos, expressões maiores da fé.³³⁴

Desse modo, o teólogo atribui alguns verbos para melhor esclarecimento do arcabouço teológico cristão: “refazer”, “restaurar”, “reparar” e “reconstruir”, no sentido de fazer de novo, de possibilitar o redimensionamento estrutural da Igreja. As motivações destacadas por Lutero (*i.e.* os abusos das práticas de indulgências) eram evidências da emergência em recuperar os fundamentos da Igreja: a fé cristocêntrica com base na doutrina da justificação. Neste sentido, a afirmação luterana declarara que a salvação é justificada pela fé, em contraste aos ensinamentos orientados que seguiam critérios sacramentais, de práticas de boas obras e por intermédio da própria Igreja.

Em linhas gerais, cinco frases latinas, conhecidas como *solas* (“somente”, na língua portuguesa) fundamentam a teologia que serviu como pilar para a Reforma Protestante em contradição com os ensinamentos da Igreja Católica. São elas: *Sola fide* (somente a fé), *Sola scriptura* (somente a Escritura), *Solus Christus* (somente Cristo), *Sola gratia* (somente a graça) e *Soli Deo gloria* (glória somente a Deus).³³⁵

Quanto à declaração oficialmente adotada a respeito do livre exame das escrituras, assegura a proximidade entre o indivíduo e o texto. Rubem Alves assevera que “o *magisterium* [itálico nosso] na Igreja católica e as confissões nas igrejas protestantes executam a mesma função estabelecer uma leitura uniforme do texto”³³⁶. Nesse sentido, o protestantismo acaba adquirindo a condição epistemológica de interpretação e afirmação, necessitando retroalimentar-se de reinterpretação e reafirmação. Nota-se que foi estabelecido mais que um direito mecânico da leitura a fim de evitar a linha tênue entre o risco de criar heresia.

Todavia, o conceito de protestantismo teve origem na dimensão sociopolítica tratada na Dieta de Espira, de 1526. Sobre isso, Wolff esclarece:

³³³ WOLFF, Elia. A reforma de Lutero: uma releitura ecuménica. *Theologica Xaveriana*, v. 183, p. 209-235, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.tx67-183.rlrepr>. Acesso em: 18 mar. 2023.

³³⁴ WOLFF, A reforma de Lutero...

³³⁵ WOLFF, A reforma de Lutero...

³³⁶ ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 136.

[...] foi definido que cada província do império viveria, governaria e obedeceria como pensa melhor responder diante de Deus e de sua majestade imperial. Isso levou a significativas mudanças não apenas no regime eclesial, mas também no sistema judiciário, na economia e na cultura, rompendo de vez com o regime sócio-religioso medieval. Com a doutrina do sacerdócio universal, os leigos assumiram um papel relevante na organização da Igreja.

337

Na ocasião, o imperador Carlos V convocou a Dieta devido à expansão das ideias reformistas, concedendo permissão ao luteranismo nas regiões convertidas; embora tenha decidido preservar as regiões alemãs ainda católicas. O surgimento do termo protestante é resultado do protesto dos luteranos contra as medidas da Dieta³³⁸.

Ao longo do tempo, o protestantismo tem sido interpretado por diversos autores, trazendo grande impacto dentro do cristianismo – religião centrada na vida e na pessoa de Jesus Cristo. Desta forma, o protestantismo considera que o indivíduo precisa estar submisso a Cristo, e, como consequência a tal obediência dos mandamentos, estará alinhado às doutrinas e valores religiosos da Igreja. O sistema católico compreende que para ter relacionamento com Deus é necessário o intermédio de dependência do fiel a hierarquia dos membros do clero (padre, bispos, papa). Wolff explica que no desencadear dos fatos, a Reforma passou ter dimensão de ordem “social com implicações políticas, econômicas e culturais que incidiram na formação das sociedades europeias dos séculos XVI a XVIII”³³⁹.

A respeito disso, o historiador francês Émile Léonard apresenta:

As causas do aparecimento da Reforma na Europa, por tanto tempo procuradas nas circunstâncias de ordem política ou moral — ambição dos príncipes reformadores e concupiscência de sacerdotes indignos, na opinião de historiadores católicos, conservantismo interessado dos príncipes fiéis à religião tradicional, costumes corrompidos do clero e da Santa Sé, para os historiadores protestantes — são hoje atribuídas às necessidades religiosas experimentadas pelo Ocidente no fim da Idade Média e ao fracasso da Igreja tradicional ante as aspirações religiosas a que deu origem, mas não soube ou não pode satisfazer.³⁴⁰

Wolff indica que a Reforma foi um movimento muito amplo e destaca que os principais reformadores foram Martinho Lutero e João Calvino (1509-1564). De acordo com o autor:

³³⁷ WOLFF, *A reforma de Lutero...*

³³⁸ DREHER, Martin N. Protestantismo na América meridional. In: SIEPIERSKI, Paulo; GIL, Benedito (Orgs.). *Religião no Brasil*. Enfoques, dinâmica e abordagens. São Paulo: Paulinas, 2003. (estudos ABHR).

³³⁹ WOLFF, *A reforma de Lutero...*

³⁴⁰ LÉONARD, Émile-Guillaume. *O Protestantismo Brasileiro: Estudo de eclesiologia e de história, social*. Tradução Linneu de Camargo Schützer. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: JUERP/ASTE, 1981, p. 27.

Calvino criou um sistema de crenças com uma ética que seculariza a sociedade e uma racionalização da economia pela ascese e renúncia puritana ao consumo. Para Weber, o espírito religioso da sociedade capitalista é, de um lado, a ética profissional de Lutero; e, de outro lado, a ascese puritana de Calvino.³⁴¹

Conforme tratamos na monografia intitulada *A ética protestante e o espírito do capitalismo: A ideologia de prosperidade e sucesso econômico da Igreja Universal do Reino de Deus (1992)*³⁴², o protestantismo europeu, tão logo suscitado, foi para os Estados Unidos, portanto, ambos abarcam a mesma idade (cinco séculos). O Protestantismo surgido na Europa veio para a América partindo de duas tendências: alemã e inglesa. É importante analisarmos essas origens, pois, conforme aponta Max Weber³⁴³ (1864-1920) sobre a relação do “espírito do trabalho” e de “progresso”, cujo interesse é tentado atribuir ao protestantismo, não pode ser compreendido em sentido iluminista. Ele aponta a conexão entre religião, comércio e liberdade, com a devida superioridade inglesa no campo dos negócios. Num âmbito cauteloso de conceito das instituições religiosas, a chegada do protestantismo nos Estados Unidos pertence à imigração de puritanos, movimento religioso surgido na Inglaterra. Os puritanos vieram para a América devido a perseguições religiosas feitas pelos católicos aos protestantes ingleses, e pela busca de uma vida melhor fora da Inglaterra, que estava em processo de industrialização no século XVIII.

Essa imigração em busca de melhores condições de vida encontrava respaldo nos princípios da doutrina dos puritanos (de origem calvinista), que pregava a ascensão econômica por meio do trabalho para obter a sua graça perante Deus³⁴⁴. O sociólogo Martin Riesebrodt sinaliza em seu artigo *A ética protestante no contexto contemporâneo*:

Weber não trata de “capitães da economia” e suas receitas de sucesso, mas sim das origens de uma nova visão do trabalho que contribuiu para o sistema do capitalismo empresarial moderno e, dessa maneira, alcançou um efeito de

³⁴¹ WOLFF, *A reforma de Lutero...*

³⁴² BERNARDINO, Lilian. *A ética protestante e o espírito do capitalismo: A ideologia de prosperidade e sucesso econômico da Igreja Universal do Reino de Deus (1992)*. 2018. Monografia (Graduação em História) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

³⁴³ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 38. Weber investiga a influência da religião, especialmente do protestantismo, na formação do capitalismo ocidental. Para ele, os fundamentos dessa religião – que prega a intensa dedicação ao trabalho e não condena a acumulação de riquezas – favoreceram a consolidação do capitalismo nos países onde sua influência era grande. Weber aplica o método da sociologia compreensiva, demonstrando que a forma como os sujeitos captavam o mundo (sua ética religiosa) influenciou diretamente suas ações (na consolidação do capitalismo). Ele ressalta que a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro, e nada pode fazer para alterar esta crosta na qual tem que viver. Esse cosmos estabelece regras ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica.

³⁴⁴ WEBER, *A ética protestante e o espírito do capitalismo...* p. 288.

massa. Portanto, o que está em debate é um fenômeno cultural que, a longo prazo, também teve repercussão sobre as estruturas econômicas, um novo *éthos*, que representa a quebra da visão tradicional do trabalho e da atividade econômica. A disposição interna dos seres humanos foi revolucionada e a dedicação ao trabalho tornou-se central. Weber acredita poder identificar as origens dessa revolução no “protestantismo ascético”, que associou, na profissão, a esperança de salvação religiosa à comprovação intramundana. Esse protestantismo ascético transforma-se mais tarde em utilitarismo, embrenhando-se, como expectativa de comportamento institucionalizado, nas “capas rígidas de aço” do capitalismo moderno.³⁴⁵

Weber investiga os princípios éticos que estão na base do capitalismo – o “espírito”. Esses princípios éticos são encontrados na teologia protestante, mais especificamente na calvinista (doutrina adotada pela Alemanha, dentre outros países). De acordo com o pensamento weberiano, a vivência espiritual da doutrina religiosa protestante apresenta relação entre o trabalho profissional e as práticas econômicas. Assim, o trabalho do homem é considerado como meio de salvação, estando a valorização da “vocação” necessária para a realização de um lucro sistemático e racional – diferentemente da questão católica, que condena o acúmulo de riquezas materiais no mundo terreno. A concepção cristã medieval adverte quanto ao desprendimento dos bens materiais.

Para Max Weber, o capitalismo, como o vê hoje, se constituiu a partir da herança de um novo modo de pensar as relações sociais (as econômicas aí compreendidas) legada pelo movimento da Reforma na Europa: do protestantismo de Lutero e, mais ainda, do Calvinismo. A idéia principal neste novo modo de pensar refere-se à extrema valorização do trabalho, da prática de uma profissão (vocação) para a busca da salvação individual. A criação de riquezas pelo trabalho e poupança seria um sinal de que o indivíduo pertencia ao grupo dos “predestinados”.³⁴⁶

Weber salienta que a concepção puritana de vocação profissional e a exigência de uma conduta de vida ascética³⁴⁷ influenciam o estilo de vida capitalista. Logo, a ascese protestante intramundana contribui para o capitalismo. O autor diz:

Eis porém algo ainda mais importante: a valorização religiosa do trabalho mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha

³⁴⁵ RIESEBRODT, Martin. A Ética Protestante no Contexto Contemporâneo. *Tempo Social*, v. 24, n. 1, jun. 2012, p. 159-160.

³⁴⁶ CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 7-8.

³⁴⁷ **Ascetismo** - Filosofia de vida em que os prazeres são refreados. Em seu lugar, devem prevalecer a austeridade e a parcimônia como sinais de elevação espiritual. O asceta, em busca da purificação da sua alma, sacrifica seu corpo. O trabalho árduo, o jejum, a abstinência sexual são, todos, expressões de modos de vida ascéticos. LIMONCIC, Flávio; GRIN, Mônica. *História e Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Cederj, 2009, p. 108.

que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de “espírito” do capitalismo. E confrontando agora aquele estrangulamento do consumo com essa desobstrução da ambição do lucro, o resultado externo é evidente: acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança.³⁴⁸

Acerca de vários fatores pontuados da mentalidade que gera o capitalismo, podemos descrever: o utilitarismo ético, quando o indivíduo tem condutas de bondade visando ser recompensado por isto; o indivíduo percebe que reinvestir seu dinheiro é uma obrigação pessoal e o contrário disso é visto como pecado; consideração do trabalho como vocação, deixando de ser apenas um meio de subsistência para atribuir honra/dignidade e do ponto de vista protestante, certeza da graça divina.

Nessa lógica, o homem preferido de Deus é o tipo ideal do capitalismo: *self-made man* (homem que se faz a si mesmo); aquele que, pelo trabalho duro, torna-se um rico empresário. No entanto, qualquer forma de ostentação de riquezas ou gastos com luxo eram desprezados pela ética calvinista³⁴⁹.

Assim, consideramos pertinente ressaltar que anunciamos em nossa monografia³⁵⁰ que no Brasil, a implantação do protestantismo foi deflagrada por diversos fatores, dentre os quais o baixo quantitativo do clero católico brasileiro ocasionou um enfraquecimento da vida espiritual da sociedade. Essas fraquezas estão relacionadas à dissolução dos costumes e a indiferença religiosa de uma parte de sacerdotes no Brasil. Embora não fosse de se esperar, porque a falta de sacerdotes deveria aumentar o seu prestígio, constituiu um elemento ativo desse enfraquecimento³⁵¹. Contudo, somente em 1808, com a chegada da família real portuguesa, concede-se legalidade de entrada aos primeiros protestantes no Brasil (comerciantes anglicanos ingleses)³⁵². A liberdade do culto foi concedida com a Constituição Imperial promulgada em 1824; todavia, o catolicismo foi reconhecido como religião oficial do Brasil. Mesmo a Constituição garantindo o princípio da liberdade religiosa para os não católicos, ela não era plena. Sobre as restrições aos protestantes, Matos explica:

Até a Proclamação da República, os protestantes enfrentariam sérias restrições no que diz respeito ao casamento civil, uso de cemitérios e

³⁴⁸ WEBER, *A ética protestante e o espírito do capitalismo...* p. 157.

³⁴⁹ WEBER, *A ética protestante e o espírito do capitalismo...* p. 149.

³⁵⁰ BERNARDINO, *A ética protestante e o espírito do capitalismo...*

³⁵¹ LÉONARD, *O Protestantismo Brasileiro...* p. 30.

³⁵² MATOS, Alderi Souza de. O Movimento Pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *Fides Reformata*, São Paulo, v. XI, n. 2, p. 23-50, 2006, p. 29.

educação. Desde o século 18, começaram a se tornar influentes no Brasil novos conceitos e movimentos surgidos na Europa, tais como o iluminismo, a maçonaria, o liberalismo político e os ideais democráticos americanos e franceses. Tais idéias tornaram-se especialmente influentes entre os intelectuais, políticos e sacerdotes, e tiveram dois efeitos importantes na área religiosa: o enfraquecimento da Igreja Católica e uma crescente abertura ao protestantismo.³⁵³

Finalmente, em 1890, foi assegurada proteção legal e o pleno reconhecimento dos protestantes. Conforme Andrea Russar aplica:

O Brasil tornou-se um Estado laico com o Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa. Até o advento do Decreto nº 119-A/1890, havia liberdade de crença no Brasil, mas não havia liberdade de culto. Os cultos de religiões diferentes daquela adotada como oficial pelo Estado (Catolicismo Romano) só podiam ser realizados no âmbito dos lares. Com o mencionado decreto, o Brasil deixou de ter uma religião oficial. Com a separação Estado-Igreja, a extensão do direito à liberdade religiosa foi ampliada.³⁵⁴

Assim, a implantação do protestantismo no Brasil seguiu em duas fases: protestantismo de imigração e protestantismo missionário. A pequena abertura oriunda da Constituição Imperial foi a condição oportuna para a grande expansão missionária protestante. A Constituição de 1824, no artigo 5º, assegurava: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.

Nesse processo de expansão, as igrejas protestantes da Europa e dos Estados Unidos iniciaram o patrocínio de atividades missionárias mesmo que tardio, pois consideravam os países da América Latina já cristianizados. Essas sociedades e agências desenvolveram o protestantismo missionário. Ao refletir a respeito dos motivos da demanda missionária, Deiros evidencia a hipótese de principalmente as missões de origem norte-americana estarem relacionadas ao novo papel que os Estados Unidos passaram a desempenhar no continente, na crescente expansão imperialista. A questão intitulada “Destino Manifesto”, preconizada pelos norte-americanos, encontrou nas origens do protestantismo as condições para seu desenvolvimento. Esta concepção afirmava que os povos de língua inglesa eram os escolhidos por Deus, e deveriam levar a todas as nações os seus pensamentos pautados na religião. A ideia de que o progresso nacional era resultado das bênçãos de Deus orientava as atividades

³⁵³ MATOS, *O Movimento Pentecostal...* p. 29.

³⁵⁴ RUSSAR, Andrea. Estado laico brasileiro foi criado em 1890, mas ele ainda é frágil. *Paulopes*, 14 jun. 2015. Disponível em: <https://www.paulopes.com.br/2015/06/estado-laico-brasileiro-foi-criado-em.html#.XAPmxNtKh0w>. Acesso em: 02 dez. 2022.

dos integrantes de tais associações, sendo este fato político e econômico favorável ao ingresso religioso no continente. A identidade do protestante brasileiro passou a ser construída pela sociedade aqui presente³⁵⁵.

Há uma difícil identidade religiosa para designar cada momento histórico relacionado ao protestantismo, pois, para penetrar numa determinada sociedade, este precisa de um viés de sustentação propício que esteja em comum acordo com suas condutas doutrinárias. Martin N. Dreher, historiador e pastor, cita:

Quando do ingresso dos primeiros Luteranos no Brasil, o país estava saindo da situação de uma sociedade colonial tradicional, em que predominava um capitalismo de mercado. E estava entrando numa sociedade liberal - moderno-burguesa, na qual iria predominar o capitalismo industrial. No setor político, triunfava as correntes liberal-modernizadoras que produziram então, as condições para o ingresso do protestantismo. De modo geral, havia uma convicção de que o protestantismo forneceria a transição para uma sociedade moderna.³⁵⁶

Nessa esfera, cabe atentarmos para a formação religiosa no Brasil, uma vez que após dois séculos de chegada de Jesuítas no Brasil, a sociedade brasileira retratava princípios religiosos extremamente católicos e de uma formação moral e ética bastante conservadora. Conseqüentemente, o protestantismo era visto como uma alternativa para os liberais idealistas empregarem um novo paradigma econômico e político, contudo, incorporado ao religioso neste momento. Considerando que o catolicismo estava intrinsecamente atrelado à cultura brasileira, esse projeto não era fácil.

Dreher evidencia que os liberais defendiam o discurso de que o catolicismo seria obscuro e retrógrado, sem prerrogativa ideológica voltada para o desenvolvimento e progresso econômico do indivíduo, e sim, pautado numa vida submetida ao sofrimento e sem luxúria. O protestantismo, ao contrário do catolicismo, seria considerado como a religião que fornece bases de estrutura para o espírito do progresso. Tendo em vista ser o perfil econômico brasileiro atrasado, baseado na exportação de matéria-prima, o protestantismo seria a vertente de entrada a causar mudanças na política, economia, e cultura da sociedade brasileira.

O divisionismo protestante no Brasil iniciou com missionários e desembocou numa diversidade teológica, litúrgica, organizacional e política. Alguns conceitos comuns nos tipos institucionais são: igrejas históricas (subdivididas entre as de imigração e missão) e as igrejas pentecostais, cuja formação que envolve novas exigências de evangelização veremos a seguir.

³⁵⁵ DEIROS, Pablo. *Protestantismo en América Latina*. Nashville: Editorial Caribe, 1997, p. 29.

³⁵⁶ DREHER, *Protestantismo na América meridional...* p. 47.

3.2 Saber e sabor do pentecostalismo

Em 2006, o movimento pentecostal internacional completou o seu primeiro século de existência. No que se refere à sua formação, o movimento descendente do protestantismo surgiu em 1901. Sua grande expansão nacional e mundial teve início com o Avivamento da Rua Azusa, em Los Angeles, em 1906. O Brasil, como tantos outros países, foi alcançado por esse movimento. O pentecostalismo representa na contemporaneidade grande expansão religiosa neste país. O Censo demográfico de 1991, do IBGE, apontou 13% de evangélicos na população brasileira³⁵⁷. As estatísticas do IBGE relacionadas com a afiliação neopentecostal subiram de 9,1% em 1991, para 15,5% em 2000³⁵⁸, demonstrando que o crescimento dos evangélicos resulta do crescimento pentecostal.

Seguimos em nossa monografia³⁵⁹ explicando a relação de pentecostes proposta por Alderi Souza de Matos³⁶⁰, doutor em História da Igreja pela Universidade de Boston e historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, autor de vários registros sobre o cenário evangélico brasileiro, explica que as origens do pentecostalismo remontam aos antecedentes da história da igreja. A gênese se encontra na formação do cristianismo, nos tempos apostólicos. O marco histórico da raiz epistemológica é a crença na descida do Espírito Santo no Dia de Pentecostes³⁶¹ (descrito em Atos, 2), como também a utilização dos dons espirituais na igreja de Corinto. O intuito dos primeiros cristãos deste período era de propagar o Evangelho a todos os povos, sendo marco para o surgimento de todas as ramificações, bem como as compilações a ela inerentes até hoje.

Conforme narra o livro dos Atos dos Apóstolos, capítulo 2, sobre o movimento pentecostal, havia cerca de 120 pessoas na festa de Pentecostes. Os apóstolos estavam entre essas pessoas reunidas em um local reservado em Jerusalém. Contudo, a festa não estava sendo comemorada, e sim, o cumprimento da ordem de Jesus: que permanecessem em Jerusalém até que fossem batizados pelo Espírito Santo e assim pudessem ir a outras cidades,

³⁵⁷ FERNANDES, Rubem César *et al.* *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996, p. 7.

³⁵⁸ SIUDA-AMBROSIK, *Estratégias comprometidas pela IURD para o fortalecimento das suas influências sociopolíticas no Brasil...* p. 245.

³⁵⁹ BERNARDINO, *A ética protestante e o espírito do capitalismo...*

³⁶⁰ MATOS, *O Movimento Pentecostal...*

³⁶¹ O termo pentecostal origina-se de Pentecostes, nome dado a uma festa anual do povo judeu, celebrada cinquenta dias após a Páscoa, também conhecida como a festa das semanas, realizada no fim da ceifa do trigo, ou dia seis do terceiro mês, Sivân (junho), em comemoração ao recebimento do Decálogo.

“Judeia, Samaria e até os confins da terra” (Atos, 1.8). Este batismo era necessário, pois somente por meio dessa experiência, os discípulos teriam poder e autoridade para anunciar o Evangelho em todas as nações.

Depois desse evento, manifestações semelhantes a estas ocorridas no Dia de Pentecostes passaram a ser identificadas como pentecostais, embora a ligação entre a festa e o pentecostalismo seja indireta e acidental. Primeiro porque a doutrina pentecostal está diretamente relacionada à descida do Espírito Santo; segundo, por causa da afirmação doutrinária da manifestação dos dons da glossolalia (falar em línguas estranhas) e da profecia como sinais que acompanharam a inédita manifestação do Espírito Santo³⁶².

Matos aponta que a denominação de Pentecostes e todas as variações da palavra, inclusive “movimento pentecostal”, e a associação do termo ao acontecido, foi herdada apenas por ocasião da festa, não denotando nenhuma relação concreta e mesmo correta dos fatos. Após este acontecimento teria ocorrido uma perseguição aos cristãos, o que os teria obrigado a deixar Jerusalém, saindo em missão por todas as cidades pregando o Evangelho. Os cristãos pentecostais atribuem essa força missionária ao poder derramado naquele dia.

Com o avanço da pregação do evangelho, uma importante cidade tornou-se ícone do que posteriormente ficou conhecido como “entusiasmo religioso”. O termo “entusiasmo” (do grego em = “em” e théos = “Deus”) aponta para situações em que as pessoas afirmam receber revelações diretas de Deus, muitas vezes acompanhadas de êxtases místicos, visões e outros fenômenos associados a uma experiência religiosa de grande fervor e intensidade.³⁶³

A igreja que foi estabelecida nesta cidade, conhecida bíblicamente como igreja de Corinto, foi lugar das primeiras manifestações ditas pentecostais do tempo da era apostólica. No entanto, o pastor daquela igreja, o apóstolo Paulo, precisou exortar severamente os fiéis acerca do que estava acontecendo no meio deles.

O pentecostalismo nascido nos Estados Unidos no início do século XX apresenta características da narrativa bíblica (*i.e.* dons de glossolalia como evidência da descida do Espírito Santo) e se distingue do protestantismo por anunciar a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo com base em Joel 2:38, Atos 1:8 e Atos 2, ressaltando a cura, discernimento de espíritos, profecia e a glossolalia³⁶⁴. Ricardo Mariano adverte que o pentecostalismo que

³⁶² Mariano afirma que a referência para os dons de glossolalia, a narrativa de Atos 2 é o que distingue os pentecostais do protestantismo. MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 10.

³⁶³ MATOS, *O Movimento Pentecostal...* p. 25.

³⁶⁴ MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 44, p. 24-44, mar. 1996.

chegou ao Brasil tem origem no movimento norte-americano e nunca foi uniforme³⁶⁵. No Brasil, Paul Freston³⁶⁶ foi o primeiro a dividir o movimento pentecostal em ondas. O parâmetro parte do critério de um corte histórico-institucional e da análise da dinâmica interna do pentecostalismo brasileiro. Ele explica a implantação desse movimento analisando sua evolução e afastamento dos ideais nascentes ao final do percurso. A primeira onda é definida pela chegada de duas denominações religiosas: a Congregação Cristã no Brasil (1910) e a Assembleia de Deus (1911). Cabe lembrarmos que antes da entrada dessas denominações no país, outras já haviam se instalado para evangelização: anglicana, luterana, congregacional, presbiteriana, metodista, batista e episcopais; além da Igreja Católica, abarcando o maior quantitativo de fiéis, sentindo-se ameaçada por essas denominações. As igrejas de primeira onda “dominaram amplamente o campo pentecostal durante quarenta anos”³⁶⁷.

Vale mencionar que nesta fase não havia uma reunião religiosa na língua local, o português. Isso limitava o acesso às populações carentes e marginalizadas à mensagem do evangelho, deixando de fora esta parte significativa da população. Realmente, não havia interesse em privilegiar essas classes. A maioria nem sabia ler ou escrever; portanto, considerava-se que não estavam aptos a receber esta mensagem. O movimento pentecostal, portanto, promoveu a popularização do Evangelho no Brasil. No entanto, essa popularização não se deu com a primeira representante pentecostal que se limitou exclusivamente à comunidade italiana estabelecida no país. Por isso, em 1911, uma segunda representante do movimento pentecostal tomou para si a responsabilidade de dar acesso às camadas mais pobres a este Evangelho.

Dreher comenta:

É impressionante o crescimento acelerado das Igrejas pentecostais. No Brasil, em 1930, eram 10% do protestantismo, em 1950 eram 2/3 e, em 1965, eram 68,5%. De 244.800 passaram a 2.239.000 adeptos. É indubitável que esse crescimento coincide com as mudanças sociais pelas quais passava o Brasil. A industrialização, a alteração da estrutura agrária e a migração interna fizeram aumentar a população da periferia. Aqui, criaram-se grandes contingentes marginais. Para esses grupos que viviam em insegurança social é que o pentecostalismo trazia sua mensagem. Ele oferecia salvação.³⁶⁸

³⁶⁵ MARIANO, *Neopentecostais...* p. 28.

³⁶⁶ FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 70.

³⁶⁷ MATOS, *O Movimento Pentecostal...* p. 38.

³⁶⁸ DREHER, *Protestantismo na América meridional...* p. 243.

A chegada de outras denominações pentecostais no Brasil denuncia a fragmentação neste campo, sendo consideradas de segunda onda. São elas: a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), a Igreja Evangélica o Brasil para Cristo (1955) e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962). Por meio dessas denominações, outro viés foi acrescentado à doutrina pentecostal: a cura divina. A centralidade das celebrações valorizava a cura de doenças³⁶⁹.

Um novo formato do movimento pentecostal original chegou ao final da década de 1970. Designados de terceira onda, apresentam o termo neopentecostal³⁷⁰. Desta forma não apenas o falar em línguas é priorizado, mas a ênfase se baseia na Teologia da Prosperidade. As maiores representantes são: a Igreja Universal do Reino de Deus (1977), seguida pela Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

Dreher, em *Protestantismo na América Meridional*, salienta as contribuições do pentecostalismo no Brasil. Para o autor, o movimento rompeu o esquema vindo há séculos nesta sociedade, pois só delegava a letrados e a doutores as funções de ensinar e de curar. Numa perspectiva de atuação social, essa explosão religiosa está ligada a um modelo político-social que segrega e degrada o povo brasileiro à periferia física, social e espiritual.

Paul Freston³⁷¹ relata na tese de doutorado *Protestantismo e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment* que as notícias sobre o pentecostalismo passaram a reverberar na televisão e na grande imprensa a partir de 1987. A mídia começou a traçar o crescimento e os novos níveis de participação social dos evangélicos. Tamanho desdobramento perpassou o registro religioso e político na Constituinte com a “bancada evangélica”. Após este período, segundo Freston, a IURD ganhou visibilidade devido ao grau de exorcismo em propulsão. Ademais, ao final de 1989, a compra da *Rede Record* impulsionou os olhares, em tom de concorrência, na entrada nos meios de comunicação de massa, que outrora tangia tão somente ao viés de curiosidade religiosa. Essa alavancada esteve associada à imagem depreciativa dos

³⁶⁹ MATOS, *O Movimento Pentecostal...* p. 39.

³⁷⁰ **Neopentecostalismo** – O que justifica a sua divisão dentro do pentecostalismo são suas consideráveis distinções de caráter doutrinário e comportamental, suas arrojadas formas de inserção social e seu *ethos* de afirmação do mundo. Compõem os critérios para classificação do neopentecostalismo, além do corte histórico-institucional, as diferenças teológicas e, em parte decorrentes dessas, as diferenças comportamentais (abandono do ascetismo intramundano) e sociais (diminuição do sectarismo). Na década de 1990, grande parte de seus pregadores começou a incluir em suas mensagens a Teologia da Prosperidade. É o grupo que mais cresce atualmente no Brasil, devido a um maciço investimento na mídia. ARAÚJO, Israel de. *Dicionário Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

³⁷¹ FRESTON, Paul. *Protestantismo e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

pentecostais na grande imprensa. O fato se deveu ao vocabulário³⁷² utilizado nos cultos da IURD e, em consequência, à visão da imprensa elitista em perceber que o público de fiéis se tratava, em sua maioria, de pessoas pobres e simples; por conseguinte, desqualificou-as intelectualmente³⁷³.

Freston denuncia o tratamento recebido pelo pentecostalismo oriundo dos principais órgãos de comunicação de massa do país. Ele pondera a falta de abordagem da imprensa em explicar a teologia pentecostal e que as reportagens mais veiculadas no Brasil elucidam escândalos monetários envolvendo pastores, enquanto nos EUA são as acusações de práticas sexuais envolvendo pastores evangélicos. Isso está atrelado à formação católica e tradição cartorial no Brasil, em detrimento da formação puritana e tradição *laissez-faire* dos EUA. Observa-se que os escândalos monetários rendem mais do que os sexuais na imprensa no Brasil, justificados pelas implicações do livre-mercado em religião que ainda não foram bem aceitas.

Freston trouxe à tona a briga política entre a *Globo* e a *Universal*, cujo líder adquiriu a *TV Record*. A crítica constante da emissora de vertente católica estaria alusiva ao possível arrefecimento do papel político da Igreja Católica em razão do controle nesta disputa tangível à ameaça pentecostal. Diante dessas questões, o sociólogo salienta que o pentecostalismo naquele plano de fundo se tratava de uma religião de pobre e, por isso, com escassez de defensores eruditos próprios, faltava-lhe o prestígio cultural associado a algum conceito de “identidade nacional”³⁷⁴. Por fim, ele acrescenta que a exposição midiática do pentecostalismo revelara a preocupação da Igreja Católica, enquanto instituição, em perder fiéis para uma comunidade de visão aproximada em detrimento do perigo da busca a vínculos

³⁷² Freston narra diversas situações apontando para a necessidade de haver senso crítico nos fiéis para reconhecer a diferença entre o que é fenômeno religioso e charlatanismo. Um dos testemunhos veiculados pela *Rede Globo* em 15/05/1990 notifica: “mulher confunde milagre com correção monetária”. Em outra situação, a emissora enfatiza a crítica de uma fiel ao culto dos santos. Imediatamente o repórter perguntou: “Então, São Francisco de Assis para você é um demônio?”. FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 7.

³⁷³ Freston cita a matéria veiculada no *Jornal do Brasil* em 9/10/1991, na qual mencionava o aumento dos evangélicos em 100%, no período de dez anos. O autor chamou a atenção para a generalização de determinado grupo evangélico expressando que “falsos profetas em nome de Cristo manipulam consciências, iludindo, com sua má-fé, a boa-fé alheia. Não devem ser vistas como organizações representativas do que há de mais genuíno na instituição protestante, as seitas evangélicas, feitas para explorar a ignorância do povo[...]. Espalham, hoje, templos de charlatanismo por todo o país”. FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...*

³⁷⁴ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 10.

Sobre o avanço das seitas, um relatório latino-americano enviado ao Vaticano em 1991 afirmava que “não era necessário ser católico para manter a grandeza da identidade nacional (L’Osservatore Romano. 21 de abril de 1991, p. 7)”. FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 13.

do espiritismo e esoterismo, totalmente avessos aos princípios catolicistas. Para ele, “a instituição reage mais facilmente a ameaças institucionais do que à erosão de uma visão de mundo cristã”³⁷⁵.

Mariano também associa o corte histórico-institucional de terceira onda com o termo neopentecostal. O autor atribui sentido ao prefixo *neo* por satisfazer o entendimento de formação recente, tanto quanto ao caráter inovador. O sociólogo apresenta três apurações essenciais do neopentecostalismo: (i) enfrentamento constante das figuras diabólicas num quesito de guerra espiritual; (ii) insistência na explanação da Teologia da Prosperidade; (iii) declínio da rigidez doutrinária quanto à santidade revelada em estereótipos de usos e costumes. Para o sociólogo, o resultado comportamental principal é a ruptura com o ascetismo puritano representando grande mudança no movimento pentecostal, pois essa vertente afirma o mundo³⁷⁶.

É necessário destacarmos que, na contemporaneidade, o movimento neopentecostal não está limitado às classes menos favorecidas. Há demonstrações de alcance de adeptos envolvidos em suntuosidade – fato perceptível na construção de templos luxuosos localizados nas metrópoles do país ou em áreas nobres das grandes cidades. Tal situação é favorável à aplicação da sociologia compreensiva de Max Weber, já que essas características, firmadas no bem-estar imediatista, conseguidas por meio da fé e do trabalho, submetidas à ideia de que estas qualidades são indispensáveis à prosperidade terrena, evidenciam a emergência do protestantismo mediante os pressupostos do capitalismo. A concepção da teoria de Weber utilizada para análise do movimento protestante e o *ethos* do discurso da religião de prosperidade material como resultado da ligação do indivíduo com Deus configura aproximação com os processos de racionalização pensados por Michel Foucault.

A premissa de racionalização na sociologia weberiana disposta em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* propõe o estudo da mentalidade do capitalismo. Foucault, por sua vez, debruçou-se sobre o estudo da governamentalidade, ou seja, as mentalidades governamentais não só do capitalismo, mas, de uma maneira geral, o processo iniciado na Idade Média e que alcançou a modernidade. Nisto, a partir de 1980, os estudos da governamentalidade foram focados, sobretudo, na dimensão programática das artes de governar, isto é, sobre os programas e as racionalidades para dirigir as condutas.

³⁷⁵ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 11.

³⁷⁶ MARIANO, *Neopentecostais...* p. 36.

Weber foi quem inaugurou a maneira estabelecida de que o termo racionalização produz um excesso de poder, uma majoração dos efeitos de poder. Já Foucault parte da ideia de que as racionalidades são formas de poder. Nisso, não comunga da generalização emitida por Weber quando se apropria da racionalização da sociedade, a fim de perceber, de maneira mais localizada, os tipos de racionalidades que se enraízam sobre experiências fundamentalmente específicas (*e.g.* como a racionalidade da psiquiatria exerce seu efeito de poder sobre os loucos, como a racionalidade pastoral exerce um regime de servidão voluntária nos seguidores de uma dada religião). Foucault considera em suas proposições que os tipos de racionalidades – que são específicas e que dizem respeito a experiências específicas – são uma forma de poder. A inovação desses estudos ditados por Foucault se encontra na ideia de regime de verdade. Para o autor, essas racionalidades se exercem sob a forma da subjetividade dos indivíduos, ou seja, a partir de um certo regime de verdade. Segundo Foucault, a verdade exerce poder e os discursos exercem poderes³⁷⁷.

Em suma, enquanto Foucault relaciona como a economia orchestra as demais áreas, Weber, ao analisar o capitalismo enquanto cultura, entende que ele interage sem sobrepor as demais.

Nesse sentido, Freston salienta que é necessário conhecer melhor o protestantismo para compreender a recente relação com o estudo das grandes igrejas pentecostais como instituições em evolução dinâmica. É preciso entender a estrutura, o *ethos* do protestantismo, para entender as ações da IURD. Tal comportamento é alusivo ao perfil protestante de afastamento às práticas de adultério, vícios de jogo, álcool, entre outras situações, em atenção à economia doméstica. Mariano afirma que o comportamento pentecostal revela “ruptura com o ascetismo e inserção na sociedade com acomodação social”³⁷⁸.

3.3 Nasce no Brasil um fenômeno neopentecostal: a Igreja Universal

O contexto de surgimento da IURD é essencialmente carioca. Freston aponta uma possível explicação para o surgimento e crescimento da onda pentecostal iurdiana no Brasil:

³⁷⁷ Foucault trata do neoliberalismo como uma política, e uma outra forma de fazer política. Nildo Avelino aponta estudos de Foucault que levam a perceber como a vontade se integra à subjetividade dos indivíduos, acarretando situação de poder. AVELINO, *Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault...* p. 145.

³⁷⁸ MARIANO, *Neopentecostais...* p. 23.

começa após a modernização autoritária do país, principalmente na área das comunicações, quando a urbanização já atinge dois-terços da população, o milagre econômico está exaurido e a ‘década perdida’ dos 80 se inicia. A onda começa a se firmar no Rio de Janeiro economicamente decadente, com sua violência, máfias do jogo e política populista.³⁷⁹

O novo pentecostalismo

se adapta às tendências econômicas diversas do nacionalismo: o aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão de mão-de-obra do campo; a estrutura moderna de comunicações de massa que no final dos anos 70 já alcança quase toda a população; a crise católica e o crescimento da umbanda; e a estagnação econômica dos anos 80.³⁸⁰

O Instituto de Estudos da Religião (ISER) realizou em meados de 1990 uma pesquisa no Rio de Janeiro, cujo resultado revelou um crescimento pentecostal concentrado nas camadas pobres da população: 61% dos pentecostais recebiam até 2 salários mínimos, 2% recebiam entre 2 e 5 salários mínimos e apenas 1% recebia mais de 5 salários mínimos. Além disso, 42% tinham menos de 4 anos de escolaridade, 35% entre 5 e 8 anos, e 23% nove ou mais anos de escolaridade³⁸¹. Os descritores definidores da membresia da IURD apontadas pelos censos de 1991 e 2000 revelam as mesmas características, ou seja, o mesmo grupo social.

Comentando o envolvimento da IURD com a escassez de políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal no final dos anos 1980 e a década de 1990, Renata Siuda-Ambrosiak, em seus estudos, considera que a IURD obteve grande expressão religiosa no Brasil precisamente na época da redemocratização. A filósofa reporta a “teoria de segurança existencial”³⁸² formulada por Norris e Inglehart para explicar que a “demanda pela religião surge sempre quando caem os indicadores socioeconômicos básicos por isso o grau de participação nas práticas religiosas em sociedades pobres é mais elevado do que nas mais

³⁷⁹ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 66.

³⁸⁰ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 95.

³⁸¹ FERNANDES *et al.*, *Novo Nascimento...* p. 10-12.

³⁸² A autora se refere à aceitação neopentecostal preponderante entre os brasileiros com a segurança mais frágil existencial: “na sua maioria mulheres pobres de cor”, moradoras das comunidades de baixa renda das grandes metrópoles, em detrimento de fiéis católicos “que se definiam brancos, instruídos e com renda melhor” que os seguidores da IURD. SIUDA-AMBROSIK, Renata. Estratégias comprometidas pela IURD para o fortalecimento das suas influências sociopolíticas no Brasil. *Revista Brasileira de História das Religiões*. v. 5, Edição Especial, jan/2013. Disponível em <http://www.dh.i.uem.br/gtreligiao/html>. Acesso em: 21 mar. 2023. p. 243.

ricas”³⁸³. A pesquisadora conta que o Brasil experimentou uma breve fase de consumo advinda com o Plano Cruzado, no governo Sarney, em 1986. Contudo, a fragilidade econômica devido ao reflexo do “milagre econômico” ocasionou o desenvolvimento rápido do mercado negro e, no percurso de um ano, o plano econômico desmoronou. A IURD começou a registrar nesse período uma notória margem de visibilidade, chegando a organizar reuniões no Maracanã com índice de 250 mil pessoas presentes no evento.

A pesquisadora aponta os desdobramentos do governo Collor que atenuaram o posicionamento do líder da IURD contra o presidente, sendo algumas: a política de “congelamento” das contas bancárias, ocasionando ao pobre e à classe média arcar com os custos da reforma, assim como medidas que desembocaram na rápida falência de empresas. O modelo religioso da IURD se pauta no voluntariado e no ajuntamento de multidões de pessoas em busca de realizarem seus sonhos e reconstruírem suas vidas.

Mariano aponta que o combate aos cultos afro-brasileiros foi um fator preponderante na expansão institucional da IURD no contexto carioca³⁸⁴. Ele diz que a guerra espiritual é preconizada pela IURD por meio de rituais exorcistas públicos para converter adeptos de cultos de matrizes africanas e outras religiões³⁸⁵. A presença na mídia, práticas de sucesso e agrado das massas equivalem ao processo de “neopentecostalização” abordada por Mariano e afirmada em Freston, quando o autor diz que a “pentecostalização” do RJ ocorre por meio de enfrentamentos à umbanda³⁸⁶.

Diferente de outros movimentos protestantes fundados por liderança estrangeira, a IURD fora organizada por mentalidades brasileiras na pessoa de Edir Macedo – que exerce a função de empresário e administrador, além de líder religioso, mostrou capacidade de escolher posições-chaves para ordenar seu império das comunicações³⁸⁷ – junto com outras advindas da Igreja Pentecostal de Nova Vida. Essa relação permite a construção de uma brasilidade na penetração da sociedade carioca/brasileira nessa formação do protestantismo pentecostal. A princípio, Macedo se juntou com seu cunhado Romildo Ribeiro Soares (conhecido como Missionário R. R. Soares), Roberto Augusto Lopes e aos irmãos Samuel e Fidélis Coutinho, e deram origem à Cruzada do Caminho Eterno. R. R. Soares e Macedo

³⁸³ SIUDA-AMBROSIK, *Estratégias comprometidas pela IURD para o fortalecimento das suas influências sociopolíticas no Brasil*, p. 241.

³⁸⁴ MARIANO, *Neopentecostais...* p. 41.

³⁸⁵ MARIANO, *Neopentecostais...* p. 43.

³⁸⁶ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 33.

³⁸⁷ Confabulamos na entrevista o perfil de formação profissional dos editores da *FU*.

romperam dois anos depois com os irmãos Coutinho e fundaram a IURD. Contudo, essa liderança não seguiu a mesma direção. Nisto, Mariano enfatiza a afirmação de Brandão: “Se alguma coisa é realmente estável no mundo da religião, essa coisa é a dialética de sua constituição, onde a Igreja conquista o sistema e gera a seita que vira a Igreja que produz a dissidência”³⁸⁸.

Inicialmente, R. R. Soares era o líder e pregador principal da IURD. Contudo, a notoriedade, carisma e envolvimento de Macedo apresentando programa na Rádio Metropolitana, no Rio, ocasionou preferência no circuito da Igreja em detrimento de R. R. Soares. No rumo dos acontecimentos, Macedo propôs uma assembleia eclesiástica com os seguidores reunidos, para decidir qual figura permaneceria conduzindo a IURD. Macedo concebeu vitória na consulta, enquanto R. R. Soares recebera um auxílio financeiro. Logo, em 1980, com a cisão ocorrida, R. R. Soares fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus. Roberto Lopes foi o cofundador que esteve mais tempo em parceria com Macedo. Em 1981, “instituíram o episcopado na IURD, sagrando-se bispos mutuamente”³⁸⁹. Em 1987, Roberto Lopes voltou para a Nova Vida e, ao romper com a IURD, depôs na imprensa: “A visão de Macedo, hoje, é só empresarial e mercantilista”³⁹⁰.

Conhecedor da religiosidade popular brasileira, Edir Macedo nasceu numa família de pobres imigrantes em 18/02/1945 em Rio das Flores, Vale do Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, divisa com Minas Gerais. Edir é o 4º filho de uma família de origem católica. A mãe, Eugênia Macedo Bezerra, teve 33 filhos, sendo que 10 vieram a óbito e 16 sofreram aborto, segundo Edir, por nascerem fora do tempo³⁹¹. Frequentou a umbanda, mas “a decepção com promessas e curas o fez decidir por outro caminho”³⁹². Aos 16 anos foi trabalhar na Loterj, empresa responsável pelas loterias no estado do RJ. Permaneceu por quase 20 anos, angariando cargo, por meio de promoções, no setor da tesouraria ligado a distribuição dos prêmios. Iniciou graduação em Matemática na Universidade Federal Fluminense e estudou

³⁸⁸ MARIANO, *Neopentecostais...* p. 55.

³⁸⁹ Para mais informações, sugerimos buscar as fontes consultadas. Frisamos que o levantamento realizado por Freston obteve depoimento de Roberto Lopes, consultoria de publicações internas e entrevistas com pessoas não mais afiliadas a IURD. O autor destacou intenção de checar as informações com Edir Macedo, mas não foi possível coletar o testemunho do mesmo. FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...*

³⁹⁰ Informações concedidas ao *Jornal da Tarde* em 09/04/91. Cf. MARIANO, *Neopentecostais...* p. 56.

³⁹¹ MARIANO, *Neopentecostais...* p. 54.

³⁹² Confissão exposta no livro MACEDO, Edir. *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?* 7. ed. São Paulo: Unipro, 2021.

Estatística na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ligada ao IBGE, mas não concluiu ambos os cursos³⁹³.

O dia 9 de julho de 1977 marcou oficialmente a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus. Nesta ocasião foi realizado o primeiro culto na Igreja da Bênção, que dois anos mais tarde mudou definitivamente de nome para Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O galpão, situado na Avenida Suburbana, no Rio de Janeiro, foi o lugar dos primeiros eventos da Universal. Aos 33 anos de idade, Edir Macedo decidiu sair do emprego estável que tinha, junto à Loteria do Estado, para se dedicar exclusivamente à Igreja Universal do Reino de Deus. Quando Edir deixou a Igreja Pentecostal Nova Vida, começou a pregar independentemente num Coreto, Praça no Méier, Rio de Janeiro; até conseguir o espaço de uma antiga funerária, onde iniciou as reuniões neopentecostais da nova formação evangélica que ele estava criando³⁹⁴.

Edir Macedo foi viver nos EUA em 1986 e lá aprimorou conhecimentos na pretensão de implantar igrejas em territórios internacionais. Nos períodos seguintes, a imagem de perseguida por seus adversários, cultivada pela IURD, acarretou um espírito solidário, levando os políticos eleitos pela Igreja a manifestarem apoio, justificando a presença no Congresso para defesa dos interesses da IURD. A sensibilidade ao sofrimento resultou em maior crescimento da popularidade da instituição³⁹⁵. A IURD adota o estilo de pregadores religiosos norte-americanos conhecido como Teologia da Prosperidade (doravante, TP) e ênfase na cura.

3.4 Degustando a *Folha Universal*

A meta estabelecida para este espaço é analisar a IURD, com base na análise de discurso prevista em José D'Assunção de Barros. Para isso, serão considerados os elementos

³⁹³ REFKALEFSKY, Eduardo. *Estratégias de Comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus, no Brasil, e dos Televangelistas nos EUA: um estudo comparado*. [s.d.]. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/58558771798262954517269761410346029462.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

³⁹⁴ Em 2007, por autoria de Douglas Tavolaro, foi publicado o livro *O bispo, a história revelada de Edir Macedo* narrando a formação da instituição e o percurso de liderança de Edir Macedo.

³⁹⁵ “O número dos membros da IURD cresceu então praticamente de um dia para o outro: a Igreja inaugurava em média 9,32 santuários por mês no país e 1,96 fora das fronteiras do Brasil. Na primeira metade dos anos 90, a IURD abriu um total de 2.014 filiais no Brasil e 236 em 65 países do mundo. (Campos, 1999, p. 2)”. SIUDA-AMBROSIK, *Estratégias comprometidas pela IURD para o fortalecimento das suas influências sociopolíticas no Brasil...* p. 244.

do contexto, intratexto e intertexto nos quais a produção do documento está inserida. Trataremos da comunicação impressa como estrutura de poder sob o viés da religião e mercado. Temos como objetivo explicar o conceito de circularidade cultural de Ginzburg, investigando a presença de tais práticas no interior da instituição.

Conforme aponta José D'Assunção Barros, em sua obra *O Campo da História*³⁹⁶,

[...] podemos dizer que a análise de um discurso deve contemplar simultaneamente três dimensões fundamentais: o intratexto, o intertexto e o contexto. O 'intratexto' corresponde aos aspectos internos do texto e implica exclusivamente na avaliação do texto como objeto de significação; o 'intertexto' refere-se ao relacionamento de um texto com outros textos; e o 'contexto' corresponde à relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve. São precisamente estas duas últimas dimensões que exigem que o texto, além de ser tratado como um objeto de significação em si mesmo, seja considerado também como objeto de comunicação.³⁹⁷

Consideramos que a atuação da mídia impressa iurdiana é preponderante nos temas alusivos à economia. Ao inserir em suas comunicações chamada para os cerimoniais ministrados pela Igreja (*i.g.* uso dos símbolos Pão da Fatura, Maçã do Amor, Rosa Consagrada, Nardo Ungido, Sarça dos Milagres³⁹⁸) a instituição se dispõe como “agência divina”³⁹⁹ para cura física, emocional e espiritual. Assim, preocupa-se com as demandas particulares enquanto promove a salvação espiritual. A prestação de serviços religiosos fica disponível a todos os interessados em usufruir dos hábitos cristãos.

Embora a IURD não aponte a questão do dinheiro como pecado, não encontramos mensagens de pedidos de contribuição à Igreja na *FU* no ano analisado. Mesmo assim, percebemos a interação aferida à mudança de vida social e econômica por meio de expressões como fé e negócios. A IURD revelou preocupação com o tema da prosperidade, mostrando que em segundo plano fica a antiga escatologia pentecostal, com o vislumbre da vida celestial. A nova perspectiva adotada por meio da Teologia da Prosperidade provoca essa mudança de prioridade. Ou seja, o desejo de experienciar a vida terrena (interesse no aqui e agora), de consumir a felicidade disponível neste mundo, não é concebido com pesar em relação à

³⁹⁶ BARROS, José D'Assunção de. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

³⁹⁷ BARROS, *O Campo da História...* p. 137.

³⁹⁸ *FU*, 12, 14/06/1992.

³⁹⁹ “Agências de cura divina” é conceito cunhado por Douglas Monteiro Teixeira (1979), originado nas análises dos megaeventos em estádios, atividades midiáticas (como programas de rádio em que envolve concentração evangelística a “clientela flutuante e transitória”). MARIANO, *Neopentecostais...* p. 26.

Porém, os dados expressivos da IURD colocam o registro descompromissado de adeptos em contradição. Neste caso, cabe considerar nesta ideia de expansão a notoriedade quantitativa do fiel praticante integrado às atividades religiosas institucionais.

esperança do porvir, num futuro certo de vida eterna com Deus. Sob o viés da Teologia da Prosperidade, a busca da felicidade não é amoral.

A TP é originária dos EUA entre os anos 1930 e 1940. Foi formulada por Essek Willian Kenyon (1867 - 1948), natural de Saratoga, Nova Iorque, mas seus ensinamentos só foram difundidos a partir dos anos 1970. É o autor original da Confissão Positiva. Uma das frases mais populares entre os pregadores da prosperidade, criada por Kenyon, era: “O que eu confesso, eu possuo”. Para Kenyon, a força da fé é medida pelas confissões positivas, as quais ativam o lado positivo da força, e as confissões negativas, que ativam o seu lado negativo. “Isto é, as palavras proferidas com fé encerram o poder de criar realidades, visto que o mundo espiritual, que determina o que acontece no mundo material, é regido pela palavra”⁴⁰⁰. Desse modo, afirmava que a pobreza e a doença são vencidas por meio da confissão positiva.

Kenneth Hagin⁴⁰¹ (1917 - 2013), nascido no Texas, iniciou a divulgação doutrinária baseada na fé triunfalista nos EUA com auxílio das lideranças ministeriais locais. A continuidade desses ensinamentos foi reforçada, chegando a outros países como o Brasil⁴⁰².

Em linhas gerais, Gabriel Lourival diz que os ensinamentos da TP fornecem orientação para aumentar rendimentos financeiros, livrar-se de doenças e problemas e até evitar acidentes, vivendo uma vida sem dificuldades. Traz promessas de que o mundo será repleto de felicidade para os herdeiros (entenda-se: cristãos) das promessas de Deus. O autor relata que essa teologia é atraente a igrejas voltadas para o bem-estar humano, gerando líderes e membros consumistas, fortalecendo o desejo de acomodação ao mundo. Logo, a TP atrai o indivíduo religioso que deseja ser bem-sucedido em seus empreendimentos, ensinando o cristão a fazer negócios com Deus por meio dos dízimos e ofertas em troca de riquezas⁴⁰³. Para Mariano, esse sistema de barganha tende a aumentar o quantitativo de dizimistas e, como consequência, colaborar com maiores entradas de ofertas, fortalecendo compromissos da sociedade de consumo⁴⁰⁴.

⁴⁰⁰ MARIANO, *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade...* p. 29.

⁴⁰¹ Mariano pondera que Hagin chegou a plagiar os escritos de Kenyon. Além disso, envolveu-se com a Ciência Cristã, sobre a qual o sociólogo se aporta à classificação de Bryan Wilson: “‘Os manipulacionista’, segundo ele, ‘encontraram um método para obter a salvação, mas a salvação considerada, em geral, como a possibilidade de conseguir as coisas boas deste mundo, especialmente uma vida longa, a saúde, a felicidade e um sentimento de superioridade e inclusive de triunfo’”. R.R. Soares chegou a publicar 33 livros de Kenneth Hagin por sua gráfica, Graça Editorial. MARIANO, *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade...* p. 29.

⁴⁰² MAURILIO, Gabriel Lourival. *Teologia da Prosperidade: uma análise na perspectiva bíblica*. São Paulo: Dialética, 2022.

⁴⁰³ MAURILIO... *Teologia da Prosperidade...*

⁴⁰⁴ MARIANO, *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade...* p. 32.

Contudo, cabe mencionarmos que a difusão da questão da prosperidade financeira no meio pentecostal no Brasil, mas não da TP propriamente dita⁴⁰⁵, ocorreu por meio do livro intitulado *Dinheiro: um assunto altamente espiritual*, de autoria do pastor Robert McAlister (1930 - 1993). Este autor, fundador da Igreja de Nova Vida, cuja formação foi base para o novo pentecostalismo no Brasil, estabeleceu a seguinte associação entre a espiritualidade e finanças dos fiéis:

Como afirmei antes, a última coisa que o homem dá a Deus é a sua carteira. Muito mais fácil entregar a Jesus o coração do que o dinheiro. Só que é impossível separar as duas coisas. A salvação abrange todos os aspectos da vida, até mesmo a conta bancária.⁴⁰⁶

Conforme consta no livro *O Bispo*, de Douglas Tavolaro, Edir Macedo pondera que a cosmovisão de dinheiro na IURD é firmada na lei de retorno infalível: “As pessoas não devem dar oferta para ajudar a igreja, mas para ajudar a si próprias. Quem dá, está fazendo um investimento em si, na sua vida. É o que mostra a Bíblia. Quem dá, tudo recebe de Deus. É inevitável. É toma lá, dá cá”⁴⁰⁷. Dessa forma, o primeiro bispo da igreja, Edir Macedo, justifica a Teologia da Prosperidade, aplicando a ideia de que a fé racional é diferente da religião. Numa reunião para líderes de países em que a IURD está instalada, ele argumentou:

Vocês precisam ensinar as pessoas a pensarem. Somente quando pensam elas são livres. A fé deve ser inteligente e não emotiva. Essa é a mensagem. Por favor, pastores, muita atenção para isso. A religião é que usa a emoção para iludir as pessoas. Nós, não. Nós usamos a fé racional.⁴⁰⁸

O biógrafo Douglas Tavolaro indica que a Teologia da Prosperidade é adotada pela IURD em detrimento da “Teologia da miséria”, antes estabelecida pela Igreja Católica. Reproduzindo as palavras de Edir Macedo, em entrevista, Tavolaro esclarece:

A Igreja Católica sempre impregnou na cabeça das pessoas que riqueza é coisa do mal e que pobreza é boa. Eles querem que eu pregue a “teologia da miséria”? Querem que eu pregue a pobreza? Querem que as pessoas sejam pobres e a igreja rica? Eu prego o que Jesus falou. Ele veio trazer vida, e vida com abundância. Está escrito na Bíblia católica também. [...] Somos acusados de exploração da boa-fé por puro preconceito, por inveja do sucesso da igreja e do meu trabalho como pregador. Analise a história de quem está na igreja. A maioria entrou falida, sem nada, fracassada na vida

⁴⁰⁵ MARIANO, *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade...* p. 31.

⁴⁰⁶ MCALISTER, Robert. *Dinheiro: um assunto altamente espiritual*. Rio de Janeiro, RJ: Anno Domini, 2010, p. 53. Cf.: BRAGANÇA, Ubirajara; BRAGANÇA, Ubiratan. *Respeitável público, o show já vai começar: As ilusões do grande circo neopentecostal brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contextualizar, 2020, p. 68.

⁴⁰⁷ TAVOLARO, Douglas. *O bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse, 2007, p. 164.

⁴⁰⁸ TAVOLARO, *O bispo...* p. 200.

econômica, e hoje são empresários bem-sucedidos, donos de negócios lucrativos, carros, casas, bens que não acabam mais. E o mais importante: tiveram a família reconstruída, a felicidade de volta.⁴⁰⁹

Analisando a nota acima, podemos observar que a IURD promove a aquisição de riquezas materiais com a finalidade de empreendedorismo, diferentemente da busca pacífica pelo lucro no viés puritano (*i.e.* mediante ascese intramundana). Ademais, a menção “exploração da boa-fé” equivale aos escândalos que envolvem a instituição, como o fato ocorrido em 24 de maio de 1992. Nesse episódio, o bispo Edir Macedo foi detido por onze dias, mediante à acusação de vilipêndio, estelionato, charlatanismo e curandeirismo. O inquérito foi aberto em 1989, por cinco fiéis, após se perceberem lesados em decorrência das promessas de milagres em troca de doações financeiras feitas para a igreja⁴¹⁰. Porém, posteriormente, as acusações foram arquivadas. Antes desse ocorrido, Edir Macedo teria sido indiciado por usar as finanças da instituição de forma clandestina e por enriquecimento pessoal, valendo-se da posição na instituição.

Diana Lima⁴¹¹, ao tratar da associação entre neoliberalismo e a Teologia da Prosperidade, esclarece que, nessa posição teológica, o fiel acredita que, por meio da confissão positiva, terá acesso aos benefícios que a vida pode oferecer (*i.e.* estado físico saudável, casamento harmonioso, riqueza material, poder para subjugar o demônio etc.), e a relação entre o cristão e Deus se mantém nos termos da reciprocidade. Ou seja, para receber a graça do Senhor, o religioso deve viver de acordo com a fé, entregar regularmente o dízimo e fazer suas ofertas. A autora frisa que “a mensagem da Prosperidade liberta os fiéis das exigências ascéticas determinadas pelo protestantismo histórico e pelas denominações pentecostais tradicionais, e não apenas legitima como estimula uma vida aqui e agora de plenitude”⁴¹².

Concernente às campanhas financeiras promovidas pela IURD, outra situação de desordem quanto à forma de arrecadação ocorreu em abril de 1992. Na ocasião, em um evento no estádio do Maracanã, sacos foram vistos nas costas dos pastores da IURD. Os pastores alegaram que havia pedidos de oração, negando ser dinheiro o conteúdo carregado. Esse

⁴⁰⁹ TAVOLARO, *O bispo...* p. 164-165.

⁴¹⁰ O GLOBO, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1992.

⁴¹¹ LIMA, Diana. "Trabalho", "mudança de vida" e "prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. *Religião & Sociedade*, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100007. Acesso em: 24 jun. 2021.

⁴¹² LIMA, "Trabalho", "mudança de vida" e "prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus...

episódio gerou uma grande demanda de notícias na mídia quanto à disparidade financeira de riqueza arrecadada pela liderança e a intencionalidade de buscar adeptos da camada de pobreza na membresia.

Quanto aos ensinamentos da Teologia da Prosperidade, esses são disseminados pelas lideranças neopentecostais, com mais visibilidade no Brasil, ao final da década de 1980. Nesse período, o cenário político-social foi marcado pela crise econômica, por recessão, falências, desvalorização da moeda e inflação descontrolada no país⁴¹³.

A TP se aplica por meio de afirmações acerca da vida material, rejeitando o estado de dúvida acerca de doenças, falta de dinheiro ou quaisquer outros problemas/males que cerceiem o ser humano. Nisto, essa Teologia se desenvolve numa espécie de enfrentamento da pobreza, ensinando que a pobreza é oriunda da falta de fé ou ignorância.

Cabe reforçarmos que, nesse sentido, está estabelecido que a doação financeira/monetária faz parte do âmago da prosperidade, diferentemente da teologia tradicional puritana (intencionada em aumentar o bem de Deus no mundo). O fiel iurdiano é persuadido a agir como um investidor para que, por meio da doação à Igreja, receba a devolução em forma de lucro da parte de Deus.

Freston afirma que a “Teologia da Prosperidade é uma etapa avançada da secularização da ética protestante”⁴¹⁴ e que a religiosidade popular é a base da Teologia da Prosperidade no Brasil, porque “veem a solução dos problemas econômicos nas atividades religiosas”⁴¹⁵. O discurso religioso que fomenta a TP se pauta na negação da pobreza. Dessa maneira, a narrativa iurdiana pode sustentar a ética do trabalho e a iniciativa empresarial num contexto adverso.

Ainda sobre a caracterização da *FU* por meio do projeto Ler e Escrever, o impresso mostrou que a IURD exercita incentivo para que seus membros aprimorem conhecimentos em estudos seculares, a fim de prosseguirem na educação formal e desenvolverem uma consciência de ascensão social em seus adeptos. Decerto o exame escolar de Freston merece reparo, quando concluiu que a falta de valorização da IURD para adquirir estudos seculares

⁴¹³ PEREIRA, Harrison Novaes Silva; ARAÚJO, Ayala de Sousa. IURD: uma breve análise do crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus nas décadas de 1980 e 1990. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, Ano 04, ed. 06, v. 12, p. 05-20, jun. 2019.

⁴¹⁴ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 105.

⁴¹⁵ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 106.

fosse talvez por ter percebido que “a educação formal não é tão importante para ascensão social nos anos 80 e 90”⁴¹⁶.

Nesse caso, vale ressaltarmos o que anteriormente já abordamos sobre a percepção de circularidade cultural conceituada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, permitindo-nos entender como a abrangência da propaganda e o proselitismo religioso, nos critérios de eficiência e relevância da instituição, são praticados na nova fase do pentecostalismo. O conceito foi apresentado na obra *O queijo e os vermes*⁴¹⁷, em que o autor analisa dados que podem trazer à tona a expressão da religiosidade popular. Ele discute a relação entre o erudito e popular nas culturas. Ginzburg desenvolve o termo inspirado no linguista russo Mikhail Bakhtin (1895 - 1975) e indica que “entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”⁴¹⁸.

Deste modo, entendendo que as práticas e os conceitos das camadas populares circulam entre as camadas eruditas e vice-versa, o autor busca revisitar o terreno da cultura para analisar os diferentes discursos existentes entre a cultura dominante e a subalterna, construindo, assim, um pensamento em que o enfrentamento entre esses dois níveis de cultura jamais se sobreporiam um ao outro, sobretudo no tocante a uma possível admissão de uma assimilação direta da cultura dominante pela cultura ou pela camada popular. Nesse intuito, o conhecimento da identidade da igreja e a percepção da lógica do discurso atrativo aos fiéis, ocasionalmente, favorece entendermos a máquina de crescimento da instituição.

3.5 O poder do discurso

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. [...] Paralelamente, a história oral [...] oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história.⁴¹⁹

⁴¹⁶ FRESTON, *Protestantismo e Política no Brasil...* p. 102 (nota de rodapé).

⁴¹⁷ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴¹⁸ GINZBURG, *O queijo e os vermes...* p. 13.

⁴¹⁹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992, p. 44.

Considerando que o desenvolvimento desta dissertação se encontra localizado no recorte da História do Tempo Presente⁴²⁰, a inserção do trabalho do historiador é dificultada em vista do caráter temporal recente de acontecimentos. Por isso, utilizamos o testemunho de pessoas que vivenciaram diretamente a fundação da *FU* e que podem nos tecer informações, a fim de delinear os cuidadosamente a identidade da Igreja Universal. Portanto, neste capítulo, serão apresentadas as fontes orais coletadas e o seu panorama de análise. A contribuição dos responsáveis pela estrutura original da linha editorial, enquanto interlocutores, permite a interpretação das atividades do passado a partir da descrição do que se encontra em suas memórias, como a imprensa própria da IURD iniciou.

A História Oral⁴²¹ é o recurso metodológico utilizado para pesquisar as memórias dos entrevistados. Além do relato, possibilita checar as informações emitidas no impresso e alcançar os objetivos propostos, tendo em vista a sensibilidade do tema e a dificuldade de adentrar o setor confessional. Ademais, “ela permite o acesso aos meandros dos acontecimentos que estão ausentes dos documentos escritos, como as negociações, as conversas, os encontros, o sentimento, a emoção”⁴²². Neste ponto, enquanto pesquisadora e entrevistadora, é respeitoso e honrável reconhecer a excelência e zelo emitidos na linguagem não verbal dos editores, comunicando apreço nas lembranças, sentimentalismo na tonalidade da voz e olhar, sobretudo, consciência de engajamento intelectual na prestação do serviço ao qual foram convidados a executar. Desse modo, cabe frisarmos que:

[...] na história do tempo presente, o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim a falta de distância, ao invés de inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um melhor entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental que ordinariamente separa o instrumental

⁴²⁰ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença histórica. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). 8. ed. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 219-229.

⁴²¹ Esta pesquisa, segundo as ramificações da História Oral adotadas por José Carlos Sebe Bom Meihy, insere-se na História Oral Temática por haver um tema central determinado pelo historiador/entrevistador e as entrevistas contêm perguntas que versam sobre esse tema. MOREIRA, Luciana Verônica Silva. *História Oral: a ciência dos homens no tempo presente*. In: FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva; OLIVEIRA, Jaqueline (Orgs.). *História oral: experiências de pesquisas na pós-graduação*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p. 26.

⁴²² MOREIRA, *História Oral...* p. 24.

intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.⁴²³

Nesse sentido, é válido obter o testemunho dos jornalistas porque

compreende-se que a História é a ‘ciência dos homens no tempo’ o historiador não precisa mais escolher somente os grandes homens e os grandes feitos, mas também pode se interessar por sujeitos que individual ou coletivamente viveram e contribuíram para o desenrolar da trajetória de grupos da sociedade.⁴²⁴

Por fim, a entrevista gravada segue disponibilizada de forma transcrita como material de apêndice desta dissertação, para garantir usos futuros em pesquisas acadêmicas.

3.5.1 Jornalistas e editoriais da IURD: percepções dos depoimentos colhidos

[...] a desesperança leva as pessoas a procurarem qualquer tipo de salvação. Mas na verdade, a minha expectativa é que daqui a mil anos ou dois mil anos o resultado da Ciência e a clarividência da Ciência leve as pessoas a diminuírem essa necessidade de se apegar a algo que não existe [...].⁴²⁵

Com base no exposto até este momento, podemos argumentar que

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.⁴²⁶

Desse modo, traçaremos a dinâmica de funcionamento da IURD por meio do diálogo cuidadoso com os responsáveis pela linha editorial do instrumento de comunicação impresso da Igreja. Daremos atenção à qualidade da fonte de informação, considerando que “o contexto

⁴²³ AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). 8. ed. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. XXIV.

⁴²⁴ MOREIRA, *História Oral...* p. 31.

⁴²⁵ Depoimento de Julio Miranda em entrevista para compor este material.

⁴²⁶ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

de produção das notícias e os posicionamentos e interesses de quem as escreve fazem parte da historicidade do documento jornalístico”⁴²⁷.

Nosso contato para estruturar a fonte oral começou por meio telefônico com Claudio Ignatiuk. Conversamos em duas chamadas, em dias alternados, com duração aproximada de 25 minutos cada ligação. Após essas primeiras apresentações individuais, Claudio mediu o convite com Cleyber Fintelman e Julio Miranda, tendo em vista que ambos estiveram juntos, fomentando e idealizando como seria a linha editorial do impresso a ser investido pela IURD. Com o aceite de todos os editores, acordamos que o próximo encontro seria presencial com todos os entrevistados reunidos concomitantemente. Assim, a entrevista foi coletada no Paço Imperial na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 de maio de 2022.

Antes de a entrevista iniciar, os entrevistados solicitaram um breve relato biográfico do percurso acadêmico para se certificarem do conteúdo da entrevista e das intenções da entrevistadora. Cumprindo-se os preceitos éticos de esclarecimento e consentimento, cada participante entrevistado autorizou a divulgação dos depoimentos para fins acadêmicos. Os termos seguem em apêndice nesta produção, bem como a transcrição na íntegra da entrevista gravada concedida. A estrutura da entrevista preparada foi temática, com perguntas prévias elencadas e entregues via e-mail aos participantes, cujo registro se encontra no apêndice deste trabalho. No percurso do diálogo, os jornalistas oportunizaram acrescentar mais questões e a conversa fluiu além do proposto inicialmente. Seguimos, então, com os resultados e a discussão com base no relato prestado.

Apesar de obter certas reservas no sentido de que a ciência precisa ser capaz de comprovar o que afirma, acerca da construção do conhecimento feita pelo historiador, a História Oral permite ter o homem como objeto de análise. Cabe intensificarmos as considerações de Bourdieu quanto ao comportamento social do homem como um ser complexo⁴²⁸. Para a análise da atuação dos intelectuais, é importante ponderarmos que embora não esteja dissociado da sociedade, o campo intelectual não pode ser compreendido apenas como espelho dela, pois possui dinâmica própria. Os membros desse campo não apresentam identidades únicas, mas sim, múltiplas. Na interpretação de Bourdieu,

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores

⁴²⁷ AMARAL, *O CPDOC JB, Arquivo e lugar de memória...*

⁴²⁸ FIGUEIREDO; OLIVEIRA, *História oral...* p. 20.

de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.⁴²⁹

Vale destacarmos que o ofício do historiador consiste em submeter as fontes coletadas ao crivo teórico-conceitual. Logo, é essencial reputarmos que o historiador também está envolvido em suas visões de mundo e posicionamentos ao intentar fomentar a escrita da história. Temos em vista que *habitus*, para Bourdieu, é “o produto de condições objetivas parecidas com aquelas nas quais funciona; ele engendra condutas que são perfeitamente adaptadas a estas condições, sem ser o produto de uma busca consciente e intencional da adaptação do sujeito histórico”⁴³⁰.

Outro conceito próprio para analisar a atuação dos jornalistas, interligado ao de campo, é o consenso no dissenso. O sociólogo define:

Embora os homens cultivados de uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões. É, sobretudo através das problemáticas obrigatórias nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época podendo-se situá-lo e datá-lo [...] O desacordo supõe um acordo nos terrenos do desacordo e os conflitos manifestados entre as tendências e as doutrinas dissimulam, aos olhos dos que deles participam, a cumplicidade em que choca o observador estranho ao sistema. É preciso não confundir o consenso na dissensão [...] que constitui a unidade objetiva do campo intelectual de uma dada época – ou seja, a participação na atualidade intelectual – como uma submissão à moda.⁴³¹

Ao firmar o posicionamento a respeito da secularização⁴³² do tempo, Julio Miranda aproximou o depoimento prestado com a fala encontrada em Ricardo Mariano. O autor diz que os “jornalistas estão entre os principais grupos laicos e laicistas⁴³³ que atuam em defesa da laicidade⁴³⁴”⁴³⁵. “Mas o que ocorreu, de modo geral, é que as comunidades religiosas

⁴²⁹ BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 87.

⁴³⁰ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Lisboa: Difel, 1989).

⁴³¹ BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 207.

⁴³² A secularização é um processo pelo qual pensamento, práticas e instituições religiosas perdem significação social. Os valores fundamentais que regem as sociedades modernas não derivam de preceitos religiosos. RANQUETAT, *Laicidade, laicismo e secularização...* p. 2. Em resposta a entrevista, o jornalista disse esperar, mesmo que em longo prazo, que não haja mais religião.

⁴³³ O laicismo é uma forma agressiva, combativa de laicidade que procura eliminar, extirpar a religião da vida social. RANQUETAT, *Laicidade, laicismo e secularização...* p. 11.

⁴³⁴ Se pode falar em laicidade quando o poder político não é mais legitimado pelo sacro e quando não há a dominação da religião sobre o Estado e a sociedade, implicando a autonomia do Estado, dos poderes e das

sobreviveram e até floresceram na medida em que não tentaram se adaptar às supostas exigências de um mundo secularizado”⁴³⁶.

Delineando a IURD num aspecto positivo, Mariano expõe haver mudanças de caráter secularizante, cujos efeitos mais visíveis têm consistido em torná-los cada vez menos distintos e, por consequência, cada vez menos um retrato negativo dos símbolos de nossa brasilidade⁴³⁷.

Tendo em vista que os editores selecionados para gerir a *FU* tiveram um vínculo estritamente profissional com a IURD e, apesar de promover o viés pentecostal por meio do serviço prestado, os entrevistados negaram ter confessado a religião em qualquer momento.

Convém atentarmos para o significado do fenômeno da dessecularização. Pierucci chama de novo “despertar religioso”⁴³⁸ a mobilização destinada ao aumento e proliferação de manifestações e formas religiosas a partir da década de 1970. Quanto ao surgimento das igrejas neopentecostais nesse período, Mariano considera que elas não só abandonaram o tradicionalismo de sua religião, mas mobilizaram novos ritos, crenças e práticas. Atenuaram costumes e comportamentos, construindo padrões diferenciados de se relacionar com a sociedade⁴³⁹. Exatamente nessa década vimos emergir a IURD, mostrando que o arrefecimento do sagrado não ocorreu com o advento da modernidade.

Cabe aqui destacarmos a formação em Marketing e a experiência profissional em revistas e periódicos do mercado financeiro revelada pelos editores, de modo a colaborarem com a linha editorial do jornal. Sobre isso, Pierucci adverte:

A atual visibilidade midiática da religião massivamente professada, casada com o marketing religioso propriamente dito, tende a tornar o fenômeno ainda mais impactante, mais impressionante, mais irrefutável à medida que se aproxima o ano 2000, fim de século que ainda por cima e para compor melhor o cenário propício à logomaquia pretensamente pós-moderna dos velhos e novos celebrantes do sagrado recidivo é fim de milênio.⁴⁴⁰

instituições públicas em relação às autoridades religiosas e a dissociação da lei civil das normas religiosas. RANQUETAT, *Laicidade, laicismo e secularização...* p. 3. Historicamente, concretamente, a laicidade jamais se expressa como uma mera neutralidade, pois se revela também como uma visão de mundo, um conjunto de crenças. RANQUETAT, *Laicidade, laicismo e secularização...* p. 8.

⁴³⁵ MARIANO, Ricardo. *Laicidade à brasileira...* p. 252.

⁴³⁶ BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 9-24, 2000, p. 21.

⁴³⁷ MARIANO, *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade...* p. 9.

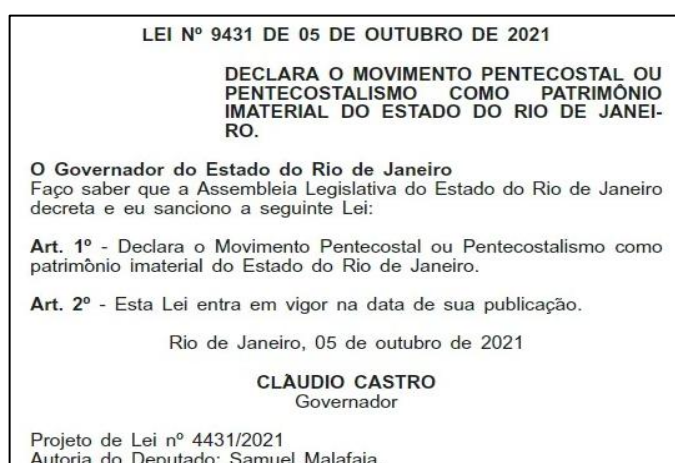
⁴³⁸ PIERUCCI, *Secularização em Weber...*

⁴³⁹ MARIANO, *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade...* p. 8.

⁴⁴⁰ PIERUCCI. *Secularização em Weber...*

Com base no exposto, a motivação do estudo do processo de crescimento da IURD está embasada em dados como os do IBGE (2000), por exemplo, no qual o número de fiéis da instituição era de aproximadamente 260 mil⁴⁴¹, em 1990, passando a 2,1 milhões⁴⁴², em 2000. O censo colocou a IURD em primeiro lugar na posição quantitativa de afiliados entre todas as Igrejas neopentecostais. Apesar desses dados, o bispo Edir Macedo, em entrevista concedida ao jornalista Douglas Tavolaro⁴⁴³ (que escreveu sua biografia no livro *O Bispo – A história revelada de Edir Macedo*), contesta a estatística oficial do IBGE, com base em declarações da liderança da igreja. Para essa liderança, a estatística não computa com precisão os brasileiros moradores de áreas carentes, como favelas e morros, onde se encontra uma das forças da Universal, o que poderia fazer a estimativa saltar para 8 milhões de fiéis⁴⁴⁴.

Os dados apontados pela IURD revelam a intenção da instituição em favorecer a divulgação de números expressivos de adeptos. Ademais, na ocasião da entrevista, os editores relataram que a IURD apresenta forte engajamento em atrair pessoas aos templos, fato que se confirma na intensidade de convites expostos na *FU*. Portanto, frisamos que o comparativo confirma o salto em números na década de 1990 em colaboração com a fundação da *FU*, em 1992 – haja vista o precedente que a presença midiática televisiva, alicerçada em 1989, não anulou investimentos em material impresso. Além disso, a Lei nº 9431, recentemente publicada, mostra a notoriedade que o pentecostalismo continua projetando na sociedade.



⁴⁴¹ Os dados do IBGE de 1991 apontam 268.954 afiliados da IURD, entre os quais constituíam a maioria os brasileiros pobres (e de cor), residentes das cidade. SIUDA-AMBROSIK, Renata. *Estratégias comprometidas pela IURD para o fortalecimento das suas influências sociopolíticas no Brasil...* p. 243.

⁴⁴² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico: características gerais da população*. Rio de Janeiro, 2000.

⁴⁴³ Douglas Tavolaro é jornalista e biógrafo do bispo Edir Macedo. Ocupou o cargo de vice-presidente de Jornalismo da rede Record (emissora pertencente ao bispo Macedo) entre 2009 e 2019.

⁴⁴⁴ TAVOLARO, *O bispo...* p. 214.

Figura 27 – Lei 9431/2021

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro⁴⁴⁵.

A autoria da Lei coube a Samuel Malafaia, político que possui parentesco com o pastor Silas Malafaia⁴⁴⁶. O irmão do deputado estadual é líder de uma das manifestações pentecostais mais expressivas do Rio de Janeiro: a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que conta com 138 igrejas com mais de 50.000 pessoas alcançadas e promove expansão de filiais em todo o território nacional e em Portugal⁴⁴⁷. Além disso, o teólogo é televangelista e apresentador do programa *Vitória em Cristo*, que está há cerca de 40 anos ininterrupto em transmissão (atualmente está em rede nacional pelas emissoras *Rede TV* e *Band*). Por ser renomado conferencista, exerce influência no meio religioso e notoriedade por se posicionar em campanhas presidenciais (e.g. esteve a favor de Jair Bolsonaro nas campanhas presidenciais das eleições de 2018 e 2022)⁴⁴⁸. É autor de vários livros cristãos e gerencia a *Editora Central Gospel* e *Central Gospel Music*.

A estrutura de poder da família Malafaia revela existência de uma noção desenvolvida pela coletividade dos pentecostais, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais, colocando o movimento pentecostal em voga na sociedade por meio da patrimonialização imaterial. O processo de patrimonialização está ligado aos mecanismos pelos quais a sociedade seleciona certos bens que ela considera mais significativos do ponto de vista de sua memória coletiva. Maurice Halbwachs (1877 - 1945) afirma que memória individual e coletiva não se dissociam, pois ambas se complementam na compreensão de identidade e percepção que um sujeito tem de si e dos outros. Na obra *A Memória Coletiva*, Halbwachs desenvolveu estudos sobre o conceito de memória coletiva, inaugurando essa categoria na área das Ciências Sociais. Ele a define como uma representação coletiva dos grupos sociais, com a finalidade de mantê-los coesos e unidos.

⁴⁴⁵ RIO DE JANEIRO. Lei nº 9431, de 05 de outubro de 2021. Declara o movimento pentecostal ou pentecostalismo como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Ano XLVII, nº 191, p. 4, 06 out. 2021.

⁴⁴⁶ PROGRAMA VITÓRIA EM CRISTO. Programa de TV. *ADVEC*. Disponível em: <https://www.vitoriaemcristo.org/programa-de-tv/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

⁴⁴⁷ ASSEMBLEIA DE DEUS VITÓRIA EM CRISTO. Home. *ADVEC*. Disponível em: <https://advec.org/>. Acesso em 10 de março de 2023.

⁴⁴⁸ LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Religião & Sociedade*, v. 42, n. 1, p. 153-176, jan. 2022.

Halbwachs longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’.⁴⁴⁹

Nesse ponto de vista, as memórias individuais somente fariam sentido dentro de quadros sociais de memória mais amplos. Essa memória coletiva, porém, só poderia ser apreendida e reproduzida mediante as práticas sociais dos grupos, ou seja, empiricamente. Assim, a preservação da memória dos grupos sociais é reivindicada como o fundamento da preservação dos próprios grupos sociais. Sem a preservação e a valorização da memória coletiva, a identidade dos grupos e a sua coesão interna estariam ameaçadas⁴⁵⁰.

Le Goff atenta para o fato de ser uma conquista o papel da memória coletiva. Contudo, o autor sinaliza o perigo de essa memória ser usada como instrumento de poder. Afinal, quem pode atribuir valor ao que é honroso guardar ou exigente descartar nos lugares de memória?

Importante lembrar que os vestígios do passado, as fontes históricas, são fruto de uma escolha entre o que será lembrado e o que será esquecido, escolhas quase sempre ligadas ao poder. Na contemporaneidade também as tecnologias da informação e comunicação têm assumido importante papel na construção de memórias e identidades.⁴⁵¹

Para tanto, Le Goff esclarece que é de competência dos profissionais científicos da memória (*e.g.* historiadores e jornalistas) assegurar e garantir a democratização da memória social, na qual já estão os organismos de poder e as empresas de comunicação de massa, numa ação contrária ao “conhecimento privado e monopolizado por grupos precisos em defesa de interesses constituídos”⁴⁵².

Não tivemos intenção de traçar todas as razões do crescimento pentecostal, mas apenas citar alguns fatores possíveis que possam ter contribuído (*e.g.* contexto econômico e religioso). A realização desta pesquisa não visa a finalizar os estudos sobre a lógica de crescimento expansivo da denominação, mas apenas contribuir para desvendar e evidenciar o discurso da identidade religiosa da IURD, no interior de seus espaços de atuação, confrontando com a propaganda que a instituição expressa na sociedade secular.

⁴⁴⁹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3.

⁴⁵⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁴⁵¹ FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva; OLIVEIRA, Jaqueline (Orgs.). *História oral: experiências de pesquisas na pós-graduação*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p. 38.

⁴⁵² LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1990, p. 251.

Considerações Finais

Um dos fatores de crescimento da IURD resulta do processo de redemocratização do Brasil, pois viabilizou o aprimoramento das fronteiras do movimento religioso neopentecostal nos espaços públicos do país. A estrutura da IURD, atrelada à demanda geral de religiosidade da sociedade brasileira, pavimentou o sucesso da Igreja. Desdobramentos dos tempos de estagnação e conseqüente crise econômica e a falta de políticas públicas marcaram a expansão acelerada do aumento de adeptos ao neopentecostalismo. O engendramento da economia junto às práticas da IURD é revelado nos jornais da época analisada.

Para este trabalho, tomamos como base de estudo a comparação entre as estratégias da mídia impressa da IURD e fontes seculares. A comparação permitiu destacar as características peculiares da IURD, seja em termos de planejamento de comunicação, seja para mostrar as características do contexto sócio-econômico-cultural-religioso brasileiro.

O pensamento da IURD veiculado ocorre por meio da adoção da Teologia da Prosperidade. Os ensinamentos dela decorrentes passaram a ser disseminados pelas lideranças neopentecostais, com mais visibilidade no Brasil, no fim da década de 1980. Nesse período, o cenário político-social foi marcado pela crise econômica, por recessão, por falências, pela desvalorização da moeda e pela inflação descontrolada no país.

A caracterização dos jornais e o cotejamento de fontes tiveram por finalidade tratar as seguintes questões: analisar o discurso atrativo veiculado nos impressos e, perceber se a imprensa religiosa estava empenhada em educar seus fiéis conforme padrões econômicos vigentes na sociedade. Neste percurso, a entrevista com os editores revelou que os discursos proferidos no jornal *FU* se norteavam a apresentar soluções para as desesperanças de ordem existencial, financeira e física da sociedade brasileira (*i.e.* inflação, desemprego, fome, violência generalizada, falta de acesso à assistência médica e aos remédios). Naquele período, em relação ao marketing, o meio de comunicação impresso se destinava a apresentar a IURD como resposta às aflições humanas.

Nesse sentido, verificamos que a identidade religiosa do sujeito iurdiano estava pautada na afirmação do mundo contrária ao protestantismo tradicional de ascetismo intramundano. A mensagem contida na *FU* mostra aversão a drogas, homossexualidade e a promiscuidade. Em contrapartida, incentiva o embelezamento feminino, a prosperidade ou sucesso financeiro e estimula as competências de sensibilidade social em práticas de auxílio mútuo, por meio de serviço voluntário. Quanto ao comportamento religioso nos editoriais *Palavra de Fé*, o líder

Edir Macedo orientava a vida de oração em comunhão constante com Deus, leitura bíblica, busca da integridade e pureza na vida cristã, sem pesar no sentido de atribuir ser referências de pecado a experimentação da vida terrena no desejo de consumir a felicidade disponível no mundo. O viés de novidade na religiosidade não anula a esperança da salvação eterna, mas se afasta da antiga escatologia tradicional.

Questões levantadas nos anúncios do jornal *FU* dialogando com a sociedade ao propor soluções econômicas práticas em ramos de atividades para gerar negócios rentáveis, formavam ideias atraentes para a saída da crise econômica-social vigente, apresentando à população brasileira um discurso embasado na Teologia da Prosperidade. Dessa maneira, o discurso iurdiano pode sustentar a ética do trabalho e a iniciativa de empreendedorismo num contexto adverso.

O recorte desta pesquisa se inscreveu no Rio de Janeiro, ano de 1992, e, conforme analisado, quando a imprensa secular, por meio de seus textos sobre a economia passou a tecer uma interpretação da cidade relacionada ao caos, esse material editorial bem montado passou a reforçar a Teologia da Prosperidade. A imprensa iurdiana, que misturava esses saberes às suas expectativas e aos desígnios da propaganda, teve papel fundamental na construção da associação entre consumo e empreendedorismo de si mesmo, como estratégia de salvação emergente, promovendo mensagens de campanha da felicidade descartando a pobreza e a doença.

Optamos por analisar a mídia impressa religiosa a fim de verificar se o conjunto de informações publicadas a respeito do movimento neopentecostal poderia apontar transformações numa dada cultura de consumo/sociedade neoliberal. Quanto à comunicação de massas, o relato de origem revela que mesmo com a concessão de uma emissora de TV nacional, a IURD não recusou o projeto de inserção na mídia impressa, contribuindo para a expansão vertiginosa denominacional.

Fica a saber o que de fato ocorreu com o advento da chegada da cultura de consumo no Brasil e como ela configura o perfil do consumidor a partir desse marco de origem.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Roberto Marinho – Biografia. *ABL*. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/roberto-marinho/biografia>. Acesso em: 25 out. 2022.

AGÊNCIA IPPUR. O neoliberalismo segundo Foucault: pistas para análise. *YouTube*, 04 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hQhhne1ewPI>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ALVES, Rubem. *Livro Sem Fim*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O que é Religião?* 9. ed. São Paulo: Loyola, São Paulo, 2008.

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). 8. ed. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AMARAL, Roberta Valle. *O CPDOC JB, Arquivo e lugar de memória*. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social. Niterói, 2017.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019.

ARAÚJO, Israel de. *Dicionário Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

ARQUITETOS DO PODER. Direção: Vicente Ferraz e Adriana Aldé. Produção de URCA Filmes. Brasil, 2010. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-ator-politico-aparece-em-cena>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ARQUIVO GERAL da Cidade do Rio de Janeiro. Marcelo Crivella. *RIO Prefeitura*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/ccnlep/marcelo-crivella>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ARQUIVO MARCKEZINI. Reportagem Globo Serviço: Plano Collor, 16/03/1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Pnax588vno&t=1528s>. Acesso em: 24 jun. 2022.

ASSEMBLEIA DE DEUS VITÓRIA EM CRISTO. Home. *ADVEC*. Disponível em: <https://advec.org/>. Acesso em 10 de março de 2023.

AVELINO, Nildo. Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 139-157, 2010.

_____. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/52276730/Foucault_e_a_racionalidade_neo_liberal. Acesso em: 17 jun. 2022.

BAPTISTA, Bruno Ferrari. *Imprensa, hegemonia e a agenda neoliberal no Brasil: o discurso privatista e a imagem depreciada do Estado e do funcionalismo público nas páginas do jornal O Globo (1990-1999)*. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BARROS, José D'Assunção de. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber: um perfil intelectual*. Tradução Elisabeth Hanna; José Vargas Filho. Brasília: Ed. UnB, 1986.

BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 9-24, 2000.

BERNARDINO, Lilian. *A ética protestante e o espírito do capitalismo: A ideologia de prosperidade e sucesso econômico da Igreja Universal do Reino de Deus (1992)*. 2018. Monografia (Graduação em História) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora UnB, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda, 1983.

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Lisboa: Difel, 1989).

_____. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRAGANÇA, Ubirajara; BRAGANÇA, Ubiratan. *Respeitável público, o show já vai começar: As ilusões do grande circo neopentecostal brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contextualizar, 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Resultados. *TSE*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1989/resultados>. Acesso em: 27 jun. 2022

_____. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, 3 set. 1992.

_____. Câmara dos Deputados. Denúncia por crimes de responsabilidade contra o Sr. Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello, oferecida pelos cidadãos Barbosa Lima Sobrinho e Marcello Lavenere Machado. *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, ano 143, 3 set. 1992. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03SET1992SUP.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

_____. Medida Provisória nº 154, de 15 de Março de 1990. Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 16/3/1990, p. 5534. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-154-15-marco-1990-370448-norma-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

_____. Medida Provisória nº 155 de 15 de março de 1990. Cria o Programa Nacional De Desestatização, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 16/03/1990, p. 5535. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=155&ano=1990&ato=4f7oXTU9UeFpWT053>. Acesso em: 12 jul. 2022.

_____. Senado Federal. Criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina. *Agência Senado*, ed. 76, 05 mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 181-185, dezembro/2007. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbh/a/SWbgjcSDJyhTzr5d3xPjswy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2023.

CARNEIRO, Dionísio D. Verbete “Plano Collor”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-collor>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CISCON-EVANGELISTA, M. R.; MENANDRO, P. R. M. Trânsito religioso e construções identitárias: mobilidade social de evangélicos neopentecostais. *Psico-USF*, v. 16, n. 2, p. 193–202, maio 2011.

COUTO, André. Verbetes “Partido da Reconstrução Nacional (PRN)”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-reconstrucao-nacional-prn>. Acesso em: 11 jun. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEIROS, Pablo. *Protestantismo em América Latina*. Nashville: Editorial Caribe, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: República*. São Paulo: Casa da Palavra, 2019. v. 4.

DORNELAS, José. *Empreendedorismo, transformando ideias em negócios*. 8. ed. São Paulo: Empreende, 2021.

DREHER, Martin N. Protestantismo na América meridional. In: SIEPIERSKI, Paulo; GIL, Benedito (Orgs.). *Religião no Brasil*. Enfoques, dinâmica e abordagens. São Paulo: Paulinas, 2003. (estudos ABHR).

ESTADÃO EMBED. Discurso do presidente americano, Ronald Reagan, em 1987 em Berlim. *YouTube*, 7 nov. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4xS2harPG_4. Acesso em: 18 jun. 2022.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia. *Locus*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p.290-306, 2019.

FERNANDES, Rubem César *et al.* *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero: um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. Verbetes “Jornal do Brasil”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 26 out. 2022.

_____. *Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3.

FGV. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva; OLIVEIRA, Jaqueline (Orgs.). *História oral: experiências de pesquisas na pós-graduação*. Porto Alegre, RS: Fi, 2019.

FILHO, Azis; CONTREIRAS, Hélio. Maestro do poder. *Istoé*, 13 ago. 2003. Disponível em: www.istoe.com.br/13018_MAESTRO+DO+PODER/. Acesso em: 25 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? Crítica e *Aufklärung*. Tradução G. Borges. 1978. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

_____. Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 84, n. 2, p. 35-63, 1990.

_____. *Dits et écrits: 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.

_____. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-79)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Tradução/transcrição, notas e apresentação Nildo Avelino. São Paulo/Rio de Janeiro: CCS/Achiamé, 2010.

FRESTON, Paul. *Protestantismo e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

G1. Cientistas políticos e historiadores analisam o legado da era Collor. *globo.com*, 29 set. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/09/cientistas-politicos-e-historiadores-analisam-o-legado-da-era-collor.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

_____. Impeachment se deve a 'meia dúzia de hipócritas', diz ex-ministro Magri. *globo.com*, 29 set. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/09/impeachment-se-deve-meia-duzia-de-hipocritas-diz-ex-ministro-magri.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GERBELLI, Luiz Guilherme; G1. Para evitar 'década perdida', PIB tem de crescer 10% neste ano, mostra estudo. *globo.com*, 05 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/05/para-evitar-decada-perdida-pib-tem-de-crescer-10percent-neste-ano-mostra-estudo.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GOMES, Rodrigo. *1989: a maior eleição da História*. Porto Alegre: Lorigraf, 2014, p. 6.

GUILHERME, Cássio Augusto. *1989: história da primeira eleição presidencial pós-ditadura*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

HADDEN, Jeffrey K. Toward desacralizing secularization theory. *Social Forces*, v. 65, n. 3, p. 587-611, mar. 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HISTÓRIA GRUPO O Globo. 1925 - Lançamento de O Globo. *globo.com*. Disponível em: <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1925-1964/noticia/1925-lancamento-de-o-globo.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

HORTA, Pe. Jesus. *Panorama e estatística do fenômeno religioso no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico: características gerais da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JORGE, Vladymir Lombardo. Verbetes “O horário gratuito de propaganda eleitoral”. *FGV CPDOC*, 1994. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/horario-gratuito-de-propaganda-eleitoral-hgpe>. Acesso em: 16 jun. 2022.

JORNAL NACIONAL. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro, reconhecem as Organizações Globo. *globoplay*, 02 set. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2798447/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

KEDDIE, Nikiki. Secularism and its discontents. *Daedalus*, n. 132, p. 14-30, 2003.

LA BOÉTIE, Étienne. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. 3. ed. bilíngue. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Religião & Sociedade*, v. 42, n. 1, p. 153-176, jan. 2022.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. Verbetes “O Globo”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 27 out. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. Primeira República. *FGV CPDOC*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO%2C%20O.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

LEITE JR, Alcides Domingues. *O que é liberalismo?* São Paulo: Lafonte, 2020.

LEITE, Rosângela Ferreira. “República de Consumidores” e os consumidores da República: apontamentos historiográficos e caminhos de pesquisa. *História Unisinos*, v. 23, n. 1, p. 110-116, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5798/579865455017/html/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

LEMOS, Renato. Verbete “Fernando Collor”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgy.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 21 jun. 2022.

LÉONARD, Émile-Guillaume. *O Protestantismo Brasileiro: Estudo de eclesiologia e de história, social*. Tradução Linneu de Camargo Schützer. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.

LIMA, Diana. "Trabalho", "mudança de vida" e "prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. *Religião & Sociedade*, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100007. Acesso em: 24 jun. 2021.

LIMONCIC, Flávio; GRIN, Mônica. *História e Sociologia*. Rio de Janeiro: Cederj, 2009.

LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUKACS JR, Estevão. Nova República? *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 6, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12330>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MACEDO, Edir. *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?* 7. ed. São Paulo: Unipro, 2021.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Laicidade à brasileira: Católicos, Pentecostais e Laicos em disputa na esfera pública*. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011.

_____.; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, p. 92-106, nov. 1992. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5134/1992_mariano_envolvimento_pentecostais_eleicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, PR: CRV, 2015.

MATOS, Alderi Souza de. O Movimento Pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *Fides Reformata*, São Paulo, v. XI, n. 2, p. 23-50, 2006.

MCALISTER, Robert. *Dinheiro: um assunto altamente espiritual*. Rio de Janeiro, RJ: Anno Domini, 2010.

MONTEIRO, Maria Carmina. Verbetes “Antônio Magri”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-rogerio-magri>. Acesso em: 04 jun. 2022.

MORAES, Reginaldo de. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001. (Série Ponto Futuro, n.6).

MOREIRA, Luciana Verônica Silva. *História Oral: a ciência dos homens no tempo presente*. In: FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva; OLIVEIRA, Jaqueline (Orgs.). *História oral: experiências de pesquisas na pós-graduação*. Porto Alegre, RS: Fi, 2019.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Verbetes “Diretas Já”. *FGV CPDOC. Dicionário de verbete temático*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MOURA PAIVA, Grazielle Albuquerque de. A imagem de modernidade brasileira: Collor e a eleição de 1989. *Tensões Mundiais*, v. 6, n. 11, p. 105-127, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/652>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MOVIMENTO UNIVERSAL. Catedral Mundial da Fé – A Pedra Fundamental. *Movimento Universal*, 11 maio 2012. Disponível em: <https://movimentouniversal.wordpress.com/2009/05/11/catedral-mundial-da-fe-a-pedra-fundamental/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

O GLOBO. O caçador de marajás. *O Globo*, 18 dez. 1989. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/o-caccedilador-de-marajaacutes-8952245>. Acesso em: 21 jun. 2022.

_____. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, 31 ago. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 08 fev. 2023.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 1, jan.-abr., p. 158-192, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/7PrFqzvf674MD6yX7YMgmwr/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PEREIRA, Harrison Novaes Silva; ARAÚJO, Ayala de Sousa. IURD: uma breve análise do crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus nas décadas de 1980 e 1990. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, Ano 04, ed. 06, v. 12, p. 05-20, jun. 2019.

PEREIRA, Lia Valls. Verbetes “Mercosul”. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/mercosul>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: a contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. 1-32, 1998.

PIONEIROS & EMPREENDEDORES. Roberto Marinho. *Pioneiros & Empreendedores*. Disponível em: <https://pioneiros.fea.usp.br/roberto-marinho>. Acesso em: 24 out. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLÍTICOS BRASILEIROS. Discurso de posse do presidente Fernando Collor – 15 de março de 1990. *YouTube*, 24 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nvflshij2kl>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PORTAL DOS Jornalistas. Omar Peres. *Portal dos Jornalistas*, 11 jun. 2017. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/omar-peres/>. Acesso em: 26 out. 2022.

PORTAL IMPRENSA. Ranking de jornais impressos no Brasil com maior tiragem: dados fornecidos em 2021, pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação). *Portal Imprensa*, 24 jun. 2021. Disponível em: https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/84451/estado+assume+lideranca+de+ranking+de+jornais+impressos+com+maior+tiragem+diz+ivc. Acesso em: 15 jan. 2023.

PROGRAMA VITÓRIA EM CRISTO. Programa de TV. *ADVEC*. Disponível em: <https://www.vitoriaemcristo.org/programa-de-tv/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

RANQUETAT, Cesar Alberto Jr. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Tempo da Ciência*, p. 59-72, jul/dez. 2008.

RECORD TV. Com você, a gente vai longe! *Record TV*. Disponível em: <https://recordtv.gupy.io/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

REFKALEFSKY, Eduardo. *Estratégias de Comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus, no Brasil, e dos Televangelistas nos EUA: um estudo comparado*. [s.d.]. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcgclefindmkaj/http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/58558771798262954517269761410346029462.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

REPUBLICANOS 10. Missão, Visão e Valores. *Republicanos 10*. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/missao-visao-valores/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

RIESEBRODT, Martin. A Ética Protestante no Contexto Contemporâneo. *Tempo Social*, v. 24, n. 1, jun. 2012.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 9431, de 05 de outubro de 2021. Declara o movimento pentecostal ou pentecostalismo como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Ano XLVII, n. 191, p. 4, 06 out. 2021.

RODA VIVA. Roda Viva Retrô | Pedro Collor de Mello | 1992. *Youtube*, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yzYJhIa-nfs&t=1731s>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RUSSAR, Andrea. Estado laico brasileiro foi criado em 1890, mas ele ainda é frágil. *Paulopes*, 14 jun. 2015. Disponível em: <https://www.paulopes.com.br/2015/06/estado-laico-brasileiro-foi-criado-em.html#.XAPmxNtKh0w>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SALLUM JR, Brasílio. *O Impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SANCHIS, Pierre. A profecia desmentida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1997.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

SILVA, Anderson Aparecido Lima da. *Crítica e poder: Michel Foucault nas encruzilhadas do Esclarecimento*. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SIUDA-AMBROSIK, Renata. Estratégias comprometidas pela IURD para o fortalecimento das suas influências sociopolíticas no Brasil. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 5, Edição Especial, jan/2013. Disponível em <http://www.dh.i.uem.br/gtreligiao/html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Madras, 2009. (Obra publicada originalmente em 1776.)

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAVOLARO, Douglas. *O bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse, 2007.

THÉRET, Bruno. O Neoliberalismo como retórica Econômica e Modo de Ação Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 24, fev. 1994.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

VENANCIO, Renato; DEL PRIORE, Mary. *Uma breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

VON MISES, Ludwig. *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. Tradução Haydn Coutinho Pimenta. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WIKIPÉDIA. Jornal do Brasil. *Wikipedia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_do_Brasil. Acesso em: 30 out. 2022.

WOLFF, Elia. A reforma de Lutero: uma releitura ecumênica. *Theologica Xaveriana*, v. 183, p. 209-235, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.tx67-183.rlrepr>. Acesso em: 18 mar. 2023.

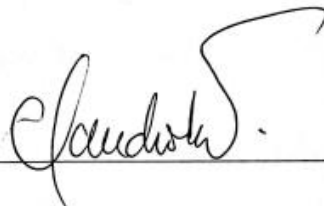
ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, v. 4, 1985, p. 90. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 24 set. 2022.

Apêndices

Apêndice A – Termos de consentimento e autorização de publicação das entrevistas

Termo de CONSENTIMENTO de Entrevista

Considerando o depoimento que concedi à Lillian Nascimento Bernardino, para a Dissertação de Mestrado **O REINO DE DEUS À BRASILEIRA: A HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A IMPRENSA E PROPAGANDA DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói (UNIVERSO), sob da Linha de Pesquisa II: Política, Movimentos Sociais e Memória às 14h do dia 20 de maio de 2022, eu, **Claudio Ignatiuk**, autorizo o seu uso para a referida Dissertação e/ou outras publicações acadêmicas.

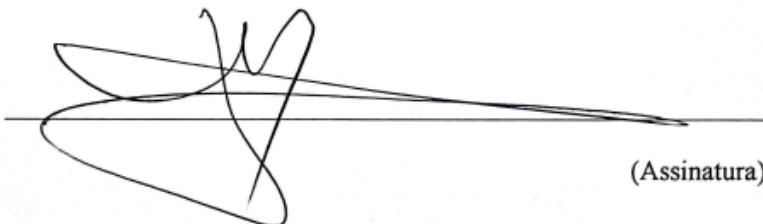


(Assinatura)

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022.

Termo de CONSENTIMENTO de Entrevista

Considerando o depoimento que concedi à Lilian Nascimento Bernardino, para a Dissertação de Mestrado **O REINO DE DEUS À BRASILEIRA: A HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A IMPRENSA E PROPAGANDA DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói (UNIVERSO), sob da Linha de Pesquisa II: Política, Movimentos Sociais e Memória às 14h do dia 20 de maio de 2022, eu JULIO CESAR MIRANDA DA SILVA, autorizo o seu uso para a referida Dissertação e/ou outras publicações acadêmicas.

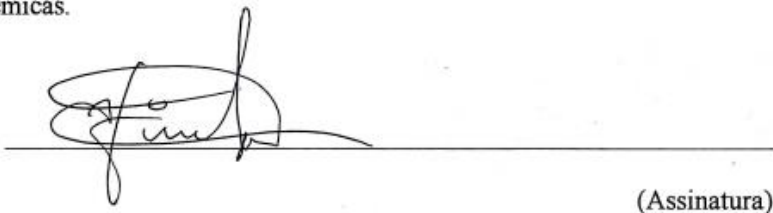


(Assinatura)

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022.

Termo de CONSENTIMENTO de Entrevista

Considerando o depoimento que concedi à Lilian Nascimento Bernardino, para a Dissertação de Mestrado **O REINO DE DEUS À BRASILEIRA: A HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A IMPRENSA E PROPAGANDA DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói (UNIVERSO), sob da Linha de Pesquisa II: Política, Movimentos Sociais e Memória às 14h do dia 20 de maio de 2022, eu, **Cleyber Fintelman**, autorizo o seu uso para a referida Dissertação e/ou outras publicações acadêmicas.



(Assinatura)

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022.

Apêndice B – Roteiro de entrevista

Roteiro de Entrevista

BLOCO I – DADOS BIOGRÁFICOS

- Nome completo, a data e local de nascimento.
- Breve relato sobre a formação e as atividades profissionais experienciadas.
- Que aspectos da trajetória ressaltariam?

BLOCO II – EXPERIÊNCIAS NO JORNAL *FOLHA UNIVERSAL*

1- Como ocorreu a origem do jornal? Quais as intenções da instituição em investir na mídia impressa?

2- Como houve a seleção dos editores do jornal?

3- Quais foram os critérios analisados para a formação da estrutura do jornal?

4 – Ocorreram muitas intervenções na linha editorial do jornal, no período em que estiveram atuando nele?

5- Em 2022 o jornal completa 30 anos de atividades ininterruptas e publicação gratuita. Como os senhores analisam:

- suas contribuições profissionais na articulação e divulgação da identidade da instituição religiosa, tendo em vista que o perfil do jornal permanece inalterado e o alcance de adeptos/fiéis expandiu consideravelmente, dentre outros meios, devido a propagação do veículo informativo *Folha Universal*?
- as principais mudanças na linha editorial do jornal na década de 1990 e na atualidade?

BLOCO III – FINALIZAÇÃO E QUESTÕES GERAIS

- Gostariam de falar sobre mais alguma coisa?
- Agradecimentos finais.

Apêndice C – Transcrição das entrevistas



UNIVERSIDADE SALGADO DE
OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-
GRADUAÇÃO E PESQUISA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS, IDEOLOGIAS E RELIGIÕES (LEPIDE)

Transcrição de entrevista realizada com os jornalistas organizadores da linha editorial de origem do jornal *Folha Universal*. Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FINTELMAN, Cleyber; IGNATIUK, Cláudio; MIRANDA, Júlio. Cleyber Fintelman; Claudio Ignatiuk; Julio Miranda (depoimento, 2022). *Entrevista concedida a Lilian Bernardino*. 2022. Rio de Janeiro. LEPIDE Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), (50min 33s).

Cleyber Fintelman; Claudio Ignatiuk; Julio Miranda (depoimento, 2022)

Niterói
2023

Transcrição adaptada⁴⁵³

Tipo de entrevista: Temática/Pesquisa - estruturada

Nomes dos entrevistados: Cleyber Fintelman, Claudio Ignatiuk e Julio Miranda

Local da entrevista: Paço Imperial – Rio de Janeiro - RJ – Brasil

Data da entrevista: 20/05/2022

Nome do projeto: O Reino de Deus à Brasileira: A História em Diálogo com a Imprensa e Propaganda do Movimento Neopentecostal em 1992.

Entrevistadora: Lilian Bernardino

Técnico de gravação: Lilian Bernardino

Transcrição: Lilian Bernardino

Duração: 50min 33s

Arquivo digital: áudio: m4a.

Entrevista realizada no contexto do Projeto de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, intitulado: **O REINO DE DEUS À BRASILEIRA: A HISTÓRIA EM DIÁLOGO COM A IMPRENSA E PROPAGANDA DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM 1992.**

Discente: Lilian Nascimento Bernardino, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana Gomes

⁴⁵³ Consideramos a transcrição adaptada tendo em vista que ao longo da entrevista, a princípio estruturada, foi concedida – por parte dos editores – oportunidade para gerar mais perguntas. Portanto, disponibilizamos ao final do texto o bloco de perguntas previamente organizado.

Entrevista: 20/05/2022

L.B. – Prezados, em primeiro lugar, obrigada pelo aceite em colaborar com esse projeto de mestrado sobre o discurso veiculado no jornal *Folha Universal* em 1992. Começaremos com um breve relato sobre a formação acadêmica e atividades profissionais experienciadas até chegarem à organização do jornal *Folha Universal*. Que aspectos da trajetória ressaltariam?

J.M – Sou formado em Jornalismo, tenho pós-graduação em Marketing e mestrado em Administração. Antes de ir para a Universal, eu já tinha editado revistas e periódicos do mercado financeiro como responsável. E essa experiência que eu tive durante muito tempo foi o que me levou a ser convidado por um diretor da gráfica (*Universal*) para montar o jornal. Ele me contactou e falou: – “A Igreja tem um projeto de montar um jornal, e me pediram uma pessoa para ser uma espécie de coordenador e líder da implantação para elaborar um projeto, e eu pensei em você, você quer ir lá conversar? E eu falei assim: – “Claro, vou lá conversar por uma questão profissional”. Então eu fui, e conversei com um grupo de bispos que eu não me recordo exatamente o nome⁴⁵⁴ e elaborei um projeto que era uma linha editorial do jornal. Eu elaborei um projeto que eu já tinha feito para o mercado financeiro com a linha editorial que me agradava, porque eu pensei: – “Não vou para lá só para pegar só depoimento das pessoas se curando de câncer e tal, até porque as pessoas falavam isso, mas não tinham comprovação. E tinha também uma parte social. Então, foi um projeto editorial, que eu elaborei em linhas gerais, e, quando o Claudio e o Cleyber chegaram, nós esmiuçamos esse projeto. Então, o projeto tinha uma parte do jornal que fazia cobertura do que acontecia na Igreja e com os pastores, e a outra parte do jornal, que deve ser a linha editorial até hoje, porque eu já dei uma olhada, que tinha cuidados com a saúde, cuidados legais, estímulo ao estudo, História, higiene pessoal, ou seja, tinha toda outra parte que o nosso projeto foi construído. Eu fiz alguma coisa em linhas gerais, mas nós detalhamos o que seria antes de sair o número 0. E foi assim que começou. Eu fui convidado a ir para lá por um senhor chamado Paulo Miranda, que era diretor da gráfica e que eu tinha conhecido no mercado financeiro. Ele

⁴⁵⁴ Nesse momento de fala, Cleyber acrescenta: – “Naquela ocasião ainda não existia o termo “bispo” na denominação, havia apenas um com esta titularidade, o bispo Edir Macedo, os outros eram pastores.”

se converteu, foi para lá, levou a sua gráfica e doou a gráfica para a Igreja. Então, o Paulo me apresentou a alguns pastores para fazermos o modelo do jornal (...)

L.B. – Observado o sobrenome igual, há algum parentesco entre vocês?

J.M – Zero parentesco. Nada. (...) Eu já conhecia o Cleyber, porque tínhamos trabalhado juntos na mesma empresa no mercado financeiro, e o Paulo tinha tido uma referência do Claudio, que eu ainda não conhecia. Ele falou: – “Tem o Claudio, um jornalista, já trabalhou no Jornal do Brasil, seria interessante você conversar com ele para integrá-lo à equipe”. Assim, eu liguei para o Claudio, e ele foi lá, nós nos identificamos na hora. Ele tinha muita experiência e fazia muitas coisas na área, e Cleyber também. Nós três montamos o projeto do jornal, e o Paulo o levou para um conselho de pastores e foi aprovado. Assim, nós fizemos o número 0, o número 1, o número 2 até soltar para a distribuição. A tiragem começou com dez mil exemplares e aumentou em semanas até chegar a 100 mil.

C. I – Julio esqueceu de falar um negócio. Lilian, antes de apresentarmos esse projeto do jornal, que nós tínhamos elaborado entre nós, eles queriam, na verdade, uma publicação mais elaborada. Então, nós fizemos, a princípio, uma revista⁴⁵⁵. Nós começamos fazendo uma revista, em quatro cores, chamada Plenitude⁴⁵⁶. Antes de fazermos o jornal, nós fizemos este protótipo da Plenitude, que seria a revista em quatro cores, com esse projeto falado pelo Julio. Um projeto que unisse as informações da Igreja, os eventos que a Igreja estava programando ao longo do tempo e dos locais e os mesclados, com matérias sobre dente, sobre saúde e sobre educação. Eu acho que eles queriam trazer mais gente para a Igreja, aumentar o número de fiéis para a Igreja. E essa revista viria para atender a esse público, que não era formado pelo pessoal da Igreja. Eram pessoas de fora, que podiam ser cooptados para esse projeto, para a Igreja. Acontece o seguinte: quando nós fizemos o primeiro número e depois acho que terminamos o segundo, se eu não me engano, o grande problema foi o retorno desse negócio. O que aconteceu? Eles deixavam essas revistas na Igreja, só que em troca de quê? Um real, dois reais⁴⁵⁷. Esse valor não cobria o custo das revistas, que era caro naquela época. O produto (papel) para confeccionar ficou mais caro do que se imaginava na época, porque não houve

⁴⁵⁵ C.F. interrompe dizendo: – “Nós fomos chamados para fazer esta revista”.

⁴⁵⁶ C.F. menciona: – “Já existia este nome, mas nós repaginamos.”

⁴⁵⁷ Frisa-se aqui que a moeda vigente na época era o Cruzado.

retorno para pagar nenhum custo dessa revista em quatro cores. Então, quem intermediou a situação com eles (a liderança da Igreja) foi o Julio. E eles davam uma resposta muito rápida. Não estávamos acostumados a trabalhar assim, com um parecer, positivo ou negativo, com tamanha rapidez. Lá as coisas aconteciam rapidamente. Então, quando Julio apresentou a proposta para eles, os caras perceberam que não valia a pena fazer, porque o custo da revista era muito alto, e o retorno não cobria o custo da revista do ponto de vista gráfico. Então pensamos em mudar, em fazer um jornal barato. Então veio o tabloide, e fizemos a Folha Universal. Mas não lembro de onde partiu o nome, se foi você, Julio? (...) (Julio interrompeu para responder).

J.M. – O nome foi o seguinte: nós fizemos um concurso interno para escolher o nome do jornal. E tiveram várias sugestões dos funcionários da gráfica. Teve um menino lá que sugeriu o nome “Folha Universal”, o Celinho, que trabalhava na área de editoria, fazendo as artes finais. E ele (não há menção de quem é a pessoa) botou lá: a sugestão do Célio foi “Folha Universal”. E todo mundo gostou. Nós gostamos e levamos isso, a nossa aprovação, para os bispos. Como funcionava? O Paulo Miranda⁴⁵⁸, que me conhecia do mestrado e trabalhou em uma mesma empresa que eu, me chamou para ser uma espécie de coordenador dessa área. E, quando Cleyber e Claudio chegaram, nós montamos essa equipe. Então, eu era o elo entre o jornal ou a revista e os bispos. Quando tinha que aprovar a pauta da semana, eu descia, vinha aqui para o centro e discutia a pauta com o bispo, apresentando as matérias selecionadas. Os bispos sempre aprovavam as nossas matérias, até porque nós sempre agíamos de uma maneira muito honesta. O fato de não sermos da Igreja não nos levou a desdenhar das coisas, a fazer as coisas de mau jeito⁴⁵⁹. Então, o que foi feito? “– A nossa linha é a moral, a linha ética” ... Então, se eles estavam nos pagando para fazer isso, então vamos fazer isso. Eu só fui para lá porque eles toparam a parte social, o estímulo a estudar, estímulo à empregabilidade, a essas coisas todas, e nós concordamos com isso. Mas eu era apenas o coordenador e o elo entre a equipe, nós três, certo? O Paulo, por exemplo, não participava de nada, ele era gerente da gráfica. E quem olhava e aprovava eram os bispos daqui, e, às vezes, os de São Paulo. Então, a gente fazia o jornal semanal, e o Cleyber, com a experiência que ele teve, fazia uma varredura nas Igrejas para ver o que tinha nos lugares: depoimentos, testemunhos, eventos, e

⁴⁵⁸ Paulo Miranda assumia a função de gerência da *Folha Universal*. Fonte consultada: *Folha Universal*, 1ª edição, 15/03/1992, p. 2.

⁴⁵⁹ Cleyber acrescentou: – “Nós conquistamos a confiança deles”.

nós mandávamos fotógrafo, e o Cleyber ia cobrir. O Claudio ficava falando com os pastores também e coordenando toda a parte editorial, e a gente montava. O jornal saía no final da semana. Então, durante a semana, a gente montava com o trabalho do Cleyber de prospectar campo e de coisas interessantes para o jornal. Porque, quando você está na nossa posição, acontece o seguinte: qual é o nosso propósito? O propósito é o que estão nos pagando. Então é o que acontecia: “vai ter um depoimento aqui, um cara virou pastor, um cara que era presidiário, vai ter um evento ali” (...)

C.F. – A gente não estava lá para acreditar ou não naquilo (...)

C.I. – Nós éramos os únicos que não eram da Igreja.

L.B. – Na Igreja havia alguém com formação na área para colaborar com o jornal? Inclusive quem os recrutou?

J.M e C.F. – Não havia ninguém com formação na área.

J.M – Paulo Miranda, quem nos recrutou, não tinha formação em absolutamente nada, só gráfica.

C.F – Ele mal falava.

J.M – Paulo Miranda me chamou porque: primeiro, ele confiava em mim e, depois, conseguimos montar uma equipe para um trabalho de excelência.

L.B. – Vamos retornar à pergunta inicial sobre a formação de cada um para termos as demais respostas?

C.I. – Eu sou jornalista. Iniciei os estudos pela UFF, fiz publicidade pela Hélio Alonso (FACHA), onde terminei a formação em Jornalismo, e fiz pós-graduação em Marketing na Universidade Estácio de Sá. Trabalhei no Jornal do Brasil e fui editor em várias revistas.

C.F. – Sou formado em Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Fui colega de trabalho do Julio, durante uns três anos, onde eu era gerente de uma das áreas do comitê de divulgação do

mercado de capitais. Eu trabalhava na área jornalística dessa entidade. Quando aceitamos esse desafio de atuar num jornal religioso, recebemos muitos questionamentos de conhecidos jornalistas da área. Eles diziam: – “Vocês trabalham para o bispo Macedo?” (Há um certo tom de desdém na fala de C.F.). E, voltando ao que JM já explicou, há pessoas que trabalhavam para o Roberto Marinho, que se dizia católico, para o senhor Abravanel, que se diz judeu, para o Adolfo Bloch, na época, que era o poder, também judeu. Esse exemplo que Julio deu foi de um estagiário da Globo que ele chamou para trabalhar com ele, e o estagiário falou: – “Não... que isso? Trabalhar para o bispo Macedo?!” E nós falamos isso ao telefone para ele: – “Você trabalha para o Roberto Marinho, qual a diferença?” Porque a nossa visão sempre foi essa. E eu, desde o início, eu via o jornal “Folha Universal” como um *raw form*⁴⁶⁰ e continuo achando que é. Não dá para considerar como uma imprensa, como se fala, generalizando. É um *raw form*, que nós criamos, demos forma e chegou a 3 ou 4 milhões de exemplares. Tiragem em que só na China, na Índia, sei lá (...)

L.B. – Esse fato de a tiragem ter uma proporção dimensional de impacto chama a atenção, tendo em vista a questão, mencionada anteriormente, do empecilho financeiro nos critérios de formação da revista, e, posteriormente, no investimento do jornal. Como entender essa lógica?

C.F. – Sim, o jornal ficou mais acessível porque quem conhecia o público eram eles (reporta aos pastores). Quando eles viram que a revista que nos colocaram para reformatar saiu um produto caro para o público deles, e que os custos não seriam pagos com a revista, então acordaram de sair da revista e criar um jornal.

L.B. – O jornal não ficou restrito ao público da Igreja. Houve a distribuição, inclusive gratuita, de porta em porta, com o passar dos anos de edição, levando informação sobre a Igreja.

C.F. – Sim. Eu sou testemunha dessa transformação, porque eles (Claudio e Julio) saíram e eu continuei. Porque para mim era meu mercado de trabalho e eu continuei por muitos anos. E aquilo que, no início, quando nós começamos, tínhamos dificuldade, como ligar para um órgão público, para Segurança do Trabalho ou Ministério da Educação (comentários

⁴⁶⁰ Forma bruta – projeto em forma bruta, inicial

recebidos: “Falar o que da Universal?” “O repórter da Universal quer falar sobre isso...”); aquela dificuldade... Depois de algum tempo essa coisa se inverteu, o veículo passou a ser procurado.

L.B. – Em 2022, o jornal completa 30 anos de atividades ininterruptas e publicação gratuita.

Como os senhores analisam suas contribuições profissionais na articulação e divulgação da identidade da instituição religiosa, tendo em vista que o perfil do jornal permanece inalterado, e o alcance de adeptos/fiéis expandiu consideravelmente, dentre outros meios, devido a propagação do veículo informativo *Folha Universal*?

C.F. – Realmente nós não tínhamos noção da dimensão que o impresso alcançaria. Mesmo sendo, como falei, um *raw form*. Ainda que a tiragem alcance 10 milhões de exemplares, continuarei afirmando que é um *raw form*. Além de ser um *raw form*, é marketing. Puro marketing. E nós fomos ferramenta desse marketing.

C.I. – Concordo plenamente. Nossa intenção não era essa.

J.M. – O jornal virou um instrumento. Embora o projeto original editorial tivesse essa parte social, mas a parte que não era social, as matérias que eram feitas, necessariamente, captadas dentro das Igrejas, as pessoas dizendo que se salvavam disso, salvavam daquilo; isso ajudou muita gente a se convencer. E é disso que eu me arrependo profundamente.

C.I. – Lilian, sabe o que aconteceu também? Enquanto o jornal não existiu, não existia estrutura nenhuma comercial. O Julio aceitou, aceitou ela legal. Enquanto não existia o jornal, o negócio ficava espaço. Era difícil um crente colocar outro que não era da Igreja. Mas a partir do momento que existiu essa ferramenta, essa ferramenta foi um poder. Um poder de dissuasão das pessoas. E o curioso é o seguinte: à medida que nós fomos avançando com a edição, ela foi tomando uma importância que a gente também não esperava. Por exemplo, nós começamos a ter matérias assinadas por pessoas que os bispos mandavam, mas era bom. Tinha um rapaz que escrevia sobre apologia. E era bom. Havia um juiz que se converteu, um coronel do exército escrevendo. Então, nós fomos assimilando também coisas que nos foram mandadas. Nós fazíamos uma pré-seleção, mas mandavam matérias para a gente. Começamos a receber matérias assinadas. Antes ninguém esperava isso.

J.M. – Uma coisa precisamos registrar: eles nunca obrigaram a gente a publicar nada. Nunca. A pauta que mandávamos para eles e que eram cobradas de nós, mesmo essas matérias assinadas, se batessem lá na minha mesa, a gente conversava, ficava na minha gaveta e acabou: – “Cadê a matéria?” – “Não vou colocar”.

L.B. – Essa é uma das questões: havia algum tipo de intervenção nas matérias a publicar?

C.I. – A única intervenção que havia era quando a gente entregava. No início era o seguinte: quando nós produzíamos. Enquanto não ajeitamos a equipe para trabalhar, até encontrarmos o arte finalista, que era o desenhista, o Rui. Enquanto a gente não ajeitou o grupo para que a gente coordenasse bem, a parte gráfica era um problema para a gente. E era eu quem fazia a primeira página sempre. Eu quem fazia a diagramação da primeira página. Então se a gente não tivesse pessoas que (...) digo, eu quem ajeitava as matérias, mas ele quem produzia a arte final. Eu estava à frente desse negócio. A gente começou a ajeitar essa edição, porque ela foi ficando cada vez mais interessante, no ponto de vista de conteúdo.

L.B. – O leitor estava participando?

C.I. – Sim. O leitor estava participando. E essa edição começou a se fortalecer de matérias externas, de matérias mais importantes, de matérias que o bispo mandava o Julio (...) não, é o seguinte: nós temos que fazer (...) ele quer dizer que eles não interferiam na matéria, interferiam, sim. “– Ah, Julio, eu quero fazer uma matéria com essa pessoa, dá para você providenciar isso?” Isso não é mandar, mas é sugerir. Na sexta-feira, preparávamos a edição. Às vezes, eu sozinho, ou eu e Cleyber levávamos, nem lembro se Julio ia, íamos para a Tribuna da Imprensa para fazer, para deixar aquilo lá. Só podíamos sair de lá quando deixávamos pronto, e a gente via que ia sair tudo certinho. Porque era a impressão, o acabamento, a dobra e tal.

J.M. – A gente ia imprimir o jornal no centro da cidade, que era a gráfica do *Jornal do Comércio* da família do Hélio Fernandes (do Tribuna da Imprensa). Então eles rodavam o jornal diário para a centenário aqui e sublocavam o espaço para a gente imprimir o jornal. O jornal chegou a 10 mil, a 40 mil, a 50 mil, a 100 mil, a 200 mil em 3 meses. Mas voltando ao

que você queria saber, sem querer te interromper, eu já recebi ligação assim lá: “– Julio, o coronel tal quer fazer uma matéria”. Mas eu nunca recebi uma ligação dizendo: “– Você vai botar essa matéria”. Aí eu estabelecia comunicação com o coronel para fazer um filtro e tomar ciência do conteúdo que ele pretendia tratar. Porque o meu nome estava lá como jornalista, como profissional. Então eu não permitia passar coisa que eu (...) Por exemplo, todas as pessoas que foram para a Igreja dizendo que foram curadas pelo Espírito Santo etc., eu falava: traz o laudo médico, atestando tal coisa, sem isso não entrou, nunca. Porque era um negócio que tínhamos combinado na preparação do projeto. Não colocaríamos um jornal assinado por nós três, que geríamos enquanto responsáveis. Nós éramos a cabeça daquele jornal, porque não tinha ninguém mais. Nós éramos as pessoas que geriam. E todas as informações, tudo o que a gente queria fazer naquele jornal que a gente achava que era legal(...) nós criamos um concurso, com uma citação da Bíblia. Quem descobrisse de quem era a citação, ganhava um prêmio (...)

C.F – A gente sofria uma certa pressão, até do Paulo, às vezes, porque tudo o que saía na *Rádio Copacabana* -- que era a grande rádio do bispo Macedo, na época – as pessoas contando seus testemunhos, e o Paulo chegava com essa pessoa para colocar aquela fala no jornal. Então orientávamos que o texto escrito é totalmente diferente. Ele escutava o que falávamos.

J.M. – O jornal funcionava assim: nós fazíamos uma reunião de pauta, depois as matérias eram colhidas, nós fazíamos uma outra reunião para ver qual era a importância a dar a matéria de capa e fazer a primeira página, entre nós, em consenso. Feito isso e as matérias já preparadas, datilografadas e combinadas onde ia sair cada matéria, o Claudio organizava isso junto com o pessoal de editoria, junto com o Cleyber. E assim, Cleyber saía dessa editoria já pronto para organizar a próxima edição, porque ele quem captava os sensores dele, as informações importantes para constar no jornal.

L.B. – Por ser um jornal semanal havia um volume muito grande de informações para abordar?

C.I e C.F – Era muito dinâmico para uma equipe reduzida. Depois que foram entrando mais pessoas, que, na verdade, ajudavam a gente.

C.I – Na verdade, acabavam a ajudando a gente, porque o Edir Macedo não escrevia matéria nenhuma. Ele gravava as matérias, os discursos dele e mandava a fita para a gente. Então eu mandava essas meninas escrever o que ele falava. E, a partir daí, eu redigia os textos, a partir desse texto. E fazia um texto todo baseado naquilo que ele estava falando. Mas eu reconstruía os textos. Logo, de alguma forma, elas acabavam ajudando a gente. Porque as funções do jornalismo para principiantes, nós designávamos a elas a execução. Depois essas duas meninas foram estudar jornalismo e, ainda assim, elas nos ajudavam em algo administrativamente. Às vezes, até para colher algum depoimento. Depois, éramos nós quem transcrevíamos as matérias.

J.M. – Naquela época, acredito que não houve um erro na escrita da Língua Portuguesa do jornal. Tamanha era a capacidade dos profissionais envolvidos, ansiosos por efetuar um bom trabalho.

C.F. – Tinha um que revisava o texto umas três vezes.

C.I. – Nós tínhamos honra e ética, enquanto profissionais que éramos. Se pedissem para fazermos um jornal do presídio, escreveríamos com o máximo de rigor e excelência possíveis.

J.M. – Tem aquela máxima, que indagaram um jornalista assim: “–Você tem que escrever sobre Jesus. Faz uma matéria sobre Jesus”. E o jornalista diz assim: “– Contra ou a favor?” Porque, o jornalista é preparado para lidar com a palavra, com o vocábulo, com as ideias, com as intenções. Se o jornalista tiver ética e, se quem está pagando para fazer, também tiver o mínimo de ética, e, por essa razão, combinamos que a editoria do jornal teria que ter uma parte de prestação de serviços para a sociedade, então, o jornalista vai lá e vai escrever, porque foi preparado para isso.

L.B. – Como vocês analisam as principais mudanças na linha editorial do jornal na década de 1990 e na atualidade?

C.I. – O que ficou de bom desse jornal para gente é que ele manteve a nossa estrutura editorial.

J.M. – Interessante pensar que, neste ano, o jornal completa 30 anos. Outro dia, eu estava andando na Taquara, e um menino me abordou e falou: “–Você conhece o jornal *Folha Universal*?”. Eu disse: “– Não, deixa eu dar uma olhadinha aqui!”. E ele: “– O senhor não conhece?”, e eu falei: “– Não conheço!”. Então ele falou: “– Então, dá uma olhadinha! O senhor vai gostar muito desse jornal. Ele pode salvar o senhor.” E eu falei: “ – É mesmo?” Então ele me deu o jornal, ficou olhando para mim assim e perguntou: “– O senhor nunca viu esse jornal?”. E eu disse: “ – Não, nunca vi esse jornal!” (risos). Então dei uma olhada, com essa curiosidade, para saber como estava o editorial. E estava do jeito que a gente deixou. A primeira parte toda tratando de Igreja, depoimento. E a parte de trás com abordagem social. Hoje! Estou falando de algo que ocorreu aproximadamente há um mês.

C.F. – Importante registrar que, na época, era pastor e, depois, virou o poderoso bispo Rodrigues. O pastor Rodrigues era um desses contatos que aprovava ou fornecia munição para as coisas acontecerem do jeito que aconteceram. Ele era um homem de visão e estava à frente de seu tempo. Ele bancava o Paulo e a gente, dando todo o apoio ao jornal.

J.M. – Depois ainda teve o pastor Batista que virou presidente de todos os organismos de comunicação da Universal: a *Rede Record*, das rádios. Ele ficava em São Paulo. Ele fazia contato comigo. Ele era pastor e depois virou bispo. E ele era um dos primeiros pastores que a gente ia na Visconde Inhaúma, nas primeiras reuniões. Nos conhecemos ali, onde era a *Rádio Copacabana*, escritório do Edir Macedo. Depois esse bispo João Batista montou um jornalismo de comunicação da Igreja. Gente boníssima! Ele via nossa identidade de propósito como um veículo que a gente estava cuidando. A honestidade do trabalho. Com o passar do tempo a gente... / porque no início a gente ficava sozinho na gráfica Universal, depois começou a aparecer bispos, pastores para visitar e conhecer a gente, para ver como o jornal era feito, para levar matéria.

C.I. – O jornal foi tomando uma dimensão muito interessante. No início, começamos com poucos anunciantes. Depois aumentou consideravelmente o número de anunciantes. E depois, com as matérias que tínhamos, foi fortalecendo. E à medida que o jornal foi tomando a forma definitiva como a gente queria, foi chegando sugestões e uma necessidade de as pessoas quererem anunciar.

C.F. – Chegou a ter um departamento exclusivo de marketing somente para anúncios comerciais do jornal.

C.I. – Depois de um certo tempo, começamos a fazer uma síntese das principais matérias do mês inteiro com a revista Plenitude, que era um negocinho pequenininho. Uma revista com capa em cor, e o interior era preto e branco mesmo. Só a capa era em cor. Então, a gente ainda tinha esse veículo.

L.B – Ao final de cada edição do jornal do ano de 1992 havia um destaque com o título “Endereços da Felicidade” e logo abaixo estavam descritas as localizações das IURDs do RJ. Parece ser um convite a pessoa encontrar aquilo que ela estaria desejando. Qual o propósito de fazer menção à Igreja desta forma?

J.M. – Não havia uma intenção pessoal. Havia o compromisso de cumprir o que a Igreja Universal nos contratou para produzir. E, por isso, precisávamos colocar o discurso deles numa parte do jornal. E a outra parte, a gente reservava para satisfação nossa, pessoal. E para fornecer informações sociais. Mas nós fomos fiéis ao que eles nos pediram para fazer. E, neste caso, por direcionamento da Igreja, toda a primeira parte do jornal era um convite a ter esperança. Era o que eles nos contrataram para fazer, e nós fizemos.

C.I. – Quando houve os 10 anos da Igreja, não me lembro se foi em 90, a gente esteve lá. Foi um encontro de pessoas que fundaram a IURD, junto com o bispo Edir Macedo. Naquela ocasião, pudemos constatar que eles tinham as melhores intenções. Todo aquele grupo de

pessoas que formou a Igreja, que não foi só o Edir Macedo (pois ele não estruturou sozinho), tinha a boa intenção em formar uma Igreja não para exploração, mas uma Igreja de ajuda espiritual mesmo.

J.M. – A gente tinha essa percepção deles. E a nossa era de que realmente existia gente na Igreja que achava, sinceramente, que o negócio era salvar almas e melhorar a vida das pessoas.

C.F. – Importante frisar os projetos sociais divulgados no jornal. Tinha um projeto deles, o Ler e Escrever, que era fenomenal. O objetivo era alfabetizar, atendendo crianças e adultos. Essa era uma parte social, a outra, também muito boa, que era da parte social, eram as visitas aos presídios. As pessoas, independente da religião do detendo, que estavam há muitos anos sem nenhuma visita de um familiar, sem contato nenhum com o mundo aqui fora. E a Igreja fazia esse contato, esse intercâmbio. Eu estive presente, várias vezes, testemunhando aqueles encontros. Íamos lá e abraçávamos aquele detento. Íamos na casa da pessoa, de suas famílias. Na maioria das vezes, comunidades carentes. A Igreja ia lá, e eu ia registrando os fatos. Esse trabalho era incrível.

J.M. – O que podemos afirmar é que na origem da IURD e, na época em que estivemos lá, havia uma proposta sincera de ajudar as pessoas. Depois que eles se misturaram com a política, eles começaram a querer dominar o Estado.

L.B. – Como vocês entendem essa questão da secularização e a religião envolvendo o Estado Laico?

C.F. – Nós aceitamos esse desafio, porque o Paulo conseguiu nos convencer, não só pelo salário, foi pela liberdade, como Julio já disse, de tocar as coisas do jeito que ele queria. E, nesse início, realmente nós conseguimos. E, sobre o nosso objetivo, que era justamente colocar a parte jornalística social que nos interessava, como a saúde, como anteriormente foi dito, que, para este público, ainda hoje é muito pouco (JM acrescentou: eles precisam, eles precisam). E na época não tinha nada disso. Ninguém abordava assuntos femininos sobre

moda, necessidades pequenas, pautas sobre ginecologia. E a nossa proposta foi dar forma jornalística aos testemunhos contados na rádio. Analisávamos delicadamente as palavras pronunciadas para ajustá-las à forma escrita (J.M. interrompeu dizendo: tornávamos verossímil isso aí). Então, nós não temos do que nos envergonhar ou nos arrepender de nada.

L.B. – Gostariam de falar sobre mais alguma coisa?

C.I. – Lembro-me de alguns eventos grandes que cobrimos, como no estádio do Maracanã. Era muita gente. Eu fiz um título sobre o Jardim Botânico dizendo “Santuário vivo na cidade”. Depois eles mandaram retirar a palavra “santuário”, porque palavra era vinculada à Igreja Católica.

C.F. – Tinham palavras que nós não sabíamos a melhor forma de expressá-las.

L.B. – Vocês lembram quem eram os bispos que analisavam esses aspectos?

J.M. – Eles não faziam análise. Apenas olhavam o jornal.

C.F. – Eles não se aprofundavam em nada.

C.I. – Uma ou outra vez que acontecia isso. Como, por exemplo, eu quem botei esse título, que era uma matéria sobre o Jardim Botânico. E tinha uma estagiária que colocamos lá. Ela foi lá fazer a matéria do Jardim Botânico, e o título que eu botei foi: “Santuário vivo na cidade: Jardim Botânico”. Uma coisa assim. Então, quando o título que mencionei foi impresso na capa, eles pediram para retirar. E isso era fácil de fazermos o ajuste.

J.M. – Nunca fomos cerceados. Em nenhuma situação eles disseram: “Essa matéria não vai sair”.

L.B. – O que analiso aqui é o pensamento de vocês enquanto intelectuais movendo um jornal religioso. Algo a acrescentar sobre isso?

J.M. – O meu pensamento a respeito disso é o seguinte: a desesperança leva as pessoas a procurarem qualquer tipo de salvação. Mas, na verdade, a minha expectativa é que, daqui a mil anos ou dois mil anos, o resultado da Ciência e a clarividência da Ciência levem as pessoas a diminuírem essa necessidade de se apegar a algo que não existe, que não está comprovado que existe. Não pode existir do ponto de vista científico, se você pegar qualquer análise científica aí da Biologia, da Astronomia. É só virar um telescópio para cima que você tem bilhões de galáxias. O planeta Terra é um planeta do Sistema Solar dentro da galáxia Via Láctea. A galáxia Via Láctea tem bilhões de sistemas solares com planetas iguais ao da Terra. Só que existem bilhões de galáxias. Bilhões de galáxias. Imagine você, seria uma pressuposição: “Penso, logo existo”. Na medida que você pensa, você reconhece a noção que só você existisse no mundo. Isso é uma análise que eu queria fazer. Outra análise é a seguinte: os elementos químicos que têm no teu corpo, em predominância, são cinco: oxigênio, hidrogênio, metano etc. São equivalentes em abundância no universo. Você é constitutiva do universo. Você não é uma coisa apartada do universo. E, se você olhar o *Velho Testamento* e o *Novo Testamento*, tem dois mil anos um, e três mil e poucos anos o outro – o velho testamento – que se iniciou no pentateuco, os cinco livros primeiros da Bíblia, que retratavam a sociologia da época, os modos de viver da época. O que, evidentemente, já afloravam as divergências entre as pessoas, as mazelas, as sacanagens entre as pessoas. Isso foi sendo registrado. E aí, entenderam que deveria ter um ente que a tudo regulasse. E esse ente chama-se Deus aqui, mas tem 5 mil deuses na Índia, por exemplo. E os índios também têm, os indígenas daqui. Entende? Alguém a que a tudo isso regulasse. Regulasse a forma sociológica e antropológica da vida. Então esse deus da bíblia é isso: um deus de três mil e quinhentos anos. Se você for ao alcorão, é um deus de 700 anos para cá, mais cedo. E o Torá são cinco mil anos. Ou seja, cinco mil anos em relação ao *Big Bang*, que são 14 bilhões de anos. Fora que você é constitutiva do universo na medida dos elementos químicos que você tem, que têm em abundância no universo. Que papo é esse que você tem sua alma, e seu espírito vai sair dali e vai para ali. Você sabe quantas pessoas, segundo os estudos, já passaram pela face da Terra até agora, no total? 108 bilhões. Nós temos 8 bilhões vivas hoje, mas já se passaram 100 bilhões no total desde o primeiro registro. É isso. Acabou. Você é um fenômeno físico-químico e ponto. Acabou. Então, como é que você vive? Como é que é minha proposta de

vida? Você tem que viver as experiências sensoriais da vida. Emocionais. Você tem cinco sentidos explícitos e um não explícito. Visão, audição, olfato etc. Mas tem um que é maravilhoso que é a capacidade de pensar, e pensar esses cinco. E viver esses cinco por 80 anos, que é o *gap* que você tem de vida aqui como Lilian. Daqui a cinco milhões de anos essa carne aqui acabou. Faça tudo que tenha direito. Desafie-se. Entregue-se aos prazeres da vida e aos emocionais com ética. É isso.

L.B. – Julio, você pode esclarecer um pouco mais como você entende essas questões de secularidade?

J.M. – As desesperanças e as promessas não cumpridas ao longo dos mil anos, ao longo do tempo, vão fazendo as pessoas acreditarem nisso [na religião]. E a Ciência vai ajudar, vai mostrar às claras que você tem os elementos químicos do universo. A Ciência fez uma vacina em um ano. A Ciência vai resolver esse problema. Então haverá uma descrença nessa coisa etérea da salvação, que é uma pressuposição. É um desejo. É uma esperança que faz você mover sua vida diária. O cara sai no dia a dia para trabalhar na esperança que “Deus dará”, até um dia que ele vai descobrir que não é verdade. Como é que ele vai descobrir isso? Via o aumento da consciência. Via conhecimento. Então, eu usava uma frase, quando eu dava aula, que eu gosto. É a seguinte: “O conhecimento liberta”. Liberta de tudo. Liberta da religião. Liberta de seus preconceitos.

C.F. – A gente pratica a educação domesticamente.

C.I. – Isso que ele está falando só vai ocorrer quando essas desigualdades acabarem. A desigualdade é que promove esse tipo de coisa. Se você acredita numa coisa além do que aquilo que você possa alcançar, você está querendo se agarrar em alguma coisa. A água não tem cabelo, você não pode segurar não (risos). Então, enquanto houver essa desesperança entre os povos, enquanto não se tirar essa desigualdade, que é um negócio profundo na humanidade hoje, enquanto não terminar essa desigualdade, ninguém poderá pensar do jeito que se pode pensar. Aí você vai se desapegar disso, e acreditar na religião e não vai acreditar, como Julio falou, que somos partes constituintes de um universo. E o frei Beto falou muito

sobre isso também. Nós somos energia. Nós não fazemos um corpo primeiro e temos um espírito. Nós temos um espírito dentro de um corpo. Então nós somos energia. E eu acredito que, quando eu morrer, essa energia volta a se constituir no universo de novo. No que eu vou me transformar eu não sei. Esse é o meu ponto de vista.

J.M. – Vai se constituir em matéria de novo, em pó e acabou. Não existe espírito, alma, essas coisas. Isso é um delírio.

L.B. – Agradeço a disponibilidade do tempo dedicado a esta entrevista. Sobretudo, expresseo gratidão às pontuações desenvolvidas além das questões previamente elencadas. Com certeza, são de grande valia suas colaborações no desenvolvimento dessa pesquisa.